



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 62

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 7 de maio de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com o [pedido de debate de urgência sobre o Programa Operacional Açores 2014-2020](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Artur Lima, seguida da intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), o debate prosseguiu contando com a participação dos Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Félix Rodrigues (*CDS-PP*).

Sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – “Cria o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico ao consumidor final – Ecotaxa”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, usaram da palavra, no debate na generalidade e na especialidade, os/a

Srs./a Deputados/a Luís Rendeiro (*PSD*), Paulo Borges (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e para um contraprotesto a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Borges (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Mendes (*BE*).

Novamente para protesto usou da palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 64/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos de idade, inclusive”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para o efeito usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Félix Rodrigues, para apresentação do diploma, Cláudio Almeida (*PSD*), Marta Couto (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

Usaram da palavra para declarações de voto os/a Srs./a Deputados/a Cláudio Almeida (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Marta Couto (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos discutir o ponto dois da nossa Agenda: **Debate de Urgência sobre o Programa Operacional Açores 2014-2020**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos são os seguintes:

CDS, PS e Gov. - 32 minutos;

PSD - 24 minutos;

BE, PCP e PPM - 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PS governa os Açores há 17 anos. O PS sempre governou com generosos envelopes financeiros da União Europeia que totalizaram, até 2013, cerca de 2,8 mil milhões de euros. Beneficiarão ainda, durante o resto do atual mandato, de dinheiro do novo Quadro Comunitário na ordem dos 1,5 mil milhões de euros.

É verdade que foram beneficiadas e requalificadas escolas, serviços de saúde, a rede viária. Mas também é verdade que foram construídas muitas infraestruturas que não são sustentáveis e, pior, não têm (ou não tiveram) um carácter reprodutivo para a economia regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Olhemos então para alguns indicadores: chegados a 2014, com cerca de 3 mil milhões de euros investidos na economia (repito: 3 mil milhões de euros investidos na economia), é o próprio Governo Regional que reconhece, e a

humildade fica bem, na caracterização que faz da Região no Plano Operacional 2014-2020, que ainda somos uma Região pobre e, muito pior, uma Região com demasiada pobreza e assimetria social.

Em termos de coesão social, o Governo Regional constata que ainda existem cerca de 18% de açorianos pobres e, em cinco anos, só conseguiu reduzir a taxa de pobreza em 3 pontos percentuais, reconhecendo o crescimento do número de famílias e de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e que, por isso, a quantidade de apoios sociais é ainda significativa na componente da despesa pública.

O Governo socialista reconhece que a escolaridade é a base para o sucesso e progressão socioprofissional, porém, com todo o investimento que tem feito na educação constata que uma percentagem significativa de jovens não completou sequer a escolaridade obrigatória, que é significativo o abandono escolar (34% - 2012), que os níveis de qualificação da população ativa são insuficientes e que não há uma efetiva ligação entre as famílias e as escolas para motivar os nossos jovens a prosseguirem estudos.

Passados todos estes anos de governação socialista e investidos todos estes milhões, os Açores vivem hoje o maior flagelo social da sua história autonómica: uma taxa de desemprego superior a 17%,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... por contraponto às taxas de 2% no início do milénio e de 4% à entrada do último Quadro Comunitário de Apoio.

Os números são dramáticos e pior ficam quando o Governo reconhece que a taxa de desemprego é de 38% entre os jovens e que existe 30% de pessoas que perderam o emprego e não conseguem uma nova oportunidade.

Apesar de alguns destacados dirigentes socialistas negarem com todas as suas forças a “indignidade política” do aconselhamento à emigração, o que é certo é que o Governo Regional reconhece, e cito, “a retoma do fluxo emigratório, resultante do agravamento dos desequilíbrios de oportunidades de emprego e de rendimento”... E estamos a falar de um economia que tem tido ao seu dispor mais de 3 mil milhões de euros!

Deputado José San-Bento (PS): Que interessante!

O Orador: Em termos de coesão territorial e sustentabilidade, o diagnóstico socialista apenas reconhece a necessidade de comprar novos mega-barcos para o transporte de pessoas e mercadorias, hipotecando deste modo mais de metade do total dos fundos comunitários destinados aos Açores nos próximos sete anos para os transportes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Esta é a realidade que o próprio Governo reconhece. Não é nada boa, apesar de todo o capital investido. Mas, pior ainda, é a visão que o Governo socialista tem para o futuro e isto é que é dramático.

O turismo, o mar e as energias renováveis continuam, ao fim de 20 anos e três Quadros Comunitários de Apoio, a ser apontados como “sectores emergentes”, quando já deviam ser pilares económicos fundamentais ao desenvolvimento.

No combate ao desemprego as políticas que se perspectivam visam perpetuar a dependência em programas de ocupação laboral, mantendo a iniciativa privada amarrada à teia da subsidi dependência, empurrando os jovens para a precariedade de estágios e formações, manobrando as estatísticas que, mesmo assim, não conseguem ser favoráveis...

Em síntese, continuaremos a assistir ao financiamento do desemprego, ao subsídio da precariedade e ao estímulo à emigração, disfarçada no vocabulário socialista como “mobilidade transnacional dos trabalhadores”.

O mais trágico é que existe um objetivo ao qual o Governo Regional não define sequer uma meta. Refiro o combate à pobreza e às políticas de redução do número de pessoas em risco de pobreza. Para isso não há meta.

Em todos os macro-objetivos traçados no Programa Operacional, a Região compromete-se a crescer em sentido positivo. No caso concreto do combate à pobreza a Região não é capaz de traçar um indicador de redução da pobreza para 2020.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta é a última grande oportunidade dos Açores para alcançar níveis de crescimento, desenvolvimento e convergência...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem visto sobre o que se passa nos Açores!

O Orador: ... com as médias nacional e europeia. Esta é a última vez que Bruxelas concederá aos Açores um volume financeiro na ordem dos 1,5 mil milhões de euros.

O CDS-PP analisou com muita acuidade este Plano Operacional 2014-2020. E concluímos esta análise com muita preocupação. O que vemos é que quanto mais dinheiro tivemos, pior ficaram as nossas famílias e empresas. O que vemos é que quanto mais dinheiro teremos, mais dependentes ficarão as nossas famílias e empresas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Após muitos meses de intenso trabalho de preparação do novo período de programação de política regional europeia que se estenderá até 2020;

Após aturadas negociações em que, perante um cenário europeu de contenção, não só conseguimos manter o nível dos montantes comunitários inscritos no anterior quadro, como até o conseguimos aumentar;

Após audições sucessivas aos parceiros sociais e aos partidos políticos para recolha de opiniões e sugestões que pudessem resultar – como resultaram – em melhorias naquele que será o documento orientador das políticas de desenvolvimento da Região para os próximos sete anos, o Programa Operacional para os Açores;

Após tudo isso, vem o CDS-PP pedir um debate de urgência – sublinho a urgência – sobre esse mesmo Programa Operacional para os Açores 2014-2020, como se estivéssemos perante um facto novo ou na iminência de tomar importantes decisões sem delas se conhecerem os contornos, as motivações e os objetivos finais.

Deputado Berto Messias (PS) e Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: É um direito que lhe assiste, naturalmente.

Mas, embora estranhando a iniciativa, o Governo dos Açores congratula-se até por mais esta oportunidade que tem para explicar o que – depois de todas as negociações e consultas já referidas – dá forma e substância ao Programa Operacional para os Açores 2014-2020.

Como dissemos ainda na passada semana, temos a ambição realista de, em 2020, os Açores serem uma Região mais desenvolvida não só do ponto de vista económico, mas também social e ambiental, juntando à criação de emprego e de riqueza uma verdadeira inclusão social e a manutenção, o mais intacto que for possível, do nosso património natural.

Esse é, globalmente, o objetivo que queremos alcançar, até 2020, com o Programa Operacional para os Açores, o qual, como é óbvio, orienta e concentra o conjunto de políticas que se constituirão como fatores estruturantes do desenvolvimento da Região.

Face ao resultado alcançado neste último Quadro Comunitário, em termos de convergência com a média de riqueza da União Europeia, ambicionamos, naturalmente, prosseguir nesse caminho de aproximação aos níveis de desenvolvimento dos nossos parceiros europeus.

Recordo que nos comprometemos a atingir 70 por cento do PIB médio da União Europeia, neste Quadro que agora termina, e que, atualmente, já conseguimos ultrapassar essa meta, chegando aos 71 por cento do PIB.

É esse caminho de convergência que queremos voltar a prosseguir.

O Programa Operacional para os Açores 2014/2020 – apresentado aos parceiros sociais e partidos da Região e ontem aprovado em Conselho de Governo – contém orientações que têm em vista não só ultrapassar a simples capacidade de absorção de fundos comunitários, mas, sim, garantir a obtenção efetiva, comprovável e quantificada de resultados.

É para alcançar esse objetivo que o Programa Operacional para os Açores define, com precisão, objetivos e prioridades de investimento, conferindo especial ênfase à criação de emprego e ao desenvolvimento económico.

O Programa Operacional para os Açores até 2020 pretende concretizar o desenvolvimento da atividade económica com base na inovação e no conhecimento; alcançar maiores níveis de sustentabilidade, através de maior eficiência na utilização dos recursos; ter uma Região mais ecológica, mas sem prejuízo da competitividade; garantir uns Açores mais inclusivos, favorecendo uma economia com níveis mais elevados de emprego e com sólida coesão económica, social e territorial.

Com este programa pretendemos potenciar a relevância dos Açores na União Europeia, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e o continente americano, trazendo novas e enriquecedoras capacidades à sua condição de Região Ultraperiférica – isto é, transformando uma desvantagem numa oportunidade de ser diferente, para melhor, no contexto das RUP.

Para o conjunto de intervenções com financiamentos comunitários, os Açores disporão de uma dotação de 1.600 milhões de euros, em resultado – é sempre bom lembrar – de uma negociação difícil, face ao quadro internacional de restrições económicas e financeiras, mas que se concluiu de forma muito positiva para a Região.

Sectorialmente, o Programa Operacional para os Açores prevê 412,5 milhões de euros para o crescimento inteligente, incluindo-se aí o apoio ao investimento empresarial, a investigação aplicada e a inovação, as tecnologias de informação e de comunicação e a eficiência energética.

Trezentos e três milhões de euros serão aplicados no que podemos considerar uma grande aposta nas empresas regionais, apoiando os seus projetos de investimento, a sua modernização e a sua internacionalização.

Como tive já a oportunidade de referir, nesta intervenção, esta aposta do Governo dos Açores concretiza-se através de sistemas de incentivos e de

fomento do investimento privado que, como não poderia deixar de ser, se interligam com o nosso grande desígnio da criação de emprego.

Assim, para a promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego, bem como para fomento da inclusão social e do combate à pobreza e à discriminação, o programa tem uma dotação de cerca de 500 milhões de euros, maioritariamente disponibilizados pelo Fundo Social Europeu.

Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais orientados para as crianças, jovens e idosos, na rede de saúde pública, em programas de emprego, nas ações no âmbito da economia social e, ainda, no acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho terão uma dotação de cerca de 172 milhões de euros.

Para intervenção na rede pública de ensino, construção e remodelação de escolas, formação profissional, reconversão de ativos e combate ao abandono escolar precoce, o programa dispõe de recursos financeiros de mais de 228 milhões de euros.

As intervenções no território, nas redes de infraestruturas, no ambiente, na prevenção de riscos e nos transportes mobilizarão mais de 219 milhões de euros, sendo que o setor dos transportes – e designadamente a construção dos dois navios – absorve uma parte importante desta dotação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais de metade!

O Orador: O financiamento de obras em portos e a construção do projeto de valorização de resíduos em S. Miguel também dispõem de dotações, mas trata-se de projetos que estão inseridos em programas de âmbito nacional – Fundo de Coesão –, não sendo enquadráveis, em matéria de financiamento, nas grandes áreas que acabei de referir, situação que foi admitida pela intervenção anterior.

Concluindo, são estes os traços gerais do Programa Operacional para os Açores, desenvolvido em articulação com a Comissão Europeia e o Governo da República, num trabalho intenso e de grande complexidade, mas gratificante pelos bons resultados que foi possível alcançar.

É com esse programa que queremos promover o salto qualitativo dos Açores para patamares de desenvolvimento económico e social que vimos perseguindo na última década e meia.

Nesse espaço de tempo convergimos 11 pontos percentuais com a média da União Europeia e queremos prosseguir nesse caminho de superação do atraso de décadas em que nos encontrávamos.

Como também dissemos na semana passada, quando apresentámos o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial COMPETIR+, o crescimento económico é um objetivo fundamental e, nessa medida, tudo temos feito – e continuaremos a fazer – no sentido de promover o aumento da produtividade, da competitividade, da especialização, da criação de valor acrescentado e da capacidade exportadora da nossa economia.

O novo sistema de incentivos – que, é bom recordar, mereceu nota positiva e a concordância da UGT, da CGTP, da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e da Associação de Municípios da Região, da Federação Agrícola e da Federação das Pescas – visa, exatamente, impulsionar o investimento empresarial, proporcionando condições adequadas à concretização de projetos.

A unanimidade que suscitou e o alargado consenso que se gerou à volta do COMPETIR+ transmitem-nos um sinal inequívoco da importância que o programa encerra em termos de mudança paradigma.

Desde logo, a de que será conferida maior prioridade e intensidade de apoio às empresas que desempenham um papel fundamental na criação de emprego e de riqueza, bem como às que melhor utilizam os nossos recursos endógenos.

Por outro lado – e porque continuamos a defender que o desenvolvimento dos Açores só será concretizado se forem mitigados os problemas decorrentes da nossa dispersão geográfica –, a discriminação positiva das ilhas da coesão, assim como do Faial e Pico, será garantida, de forma transversal, em todos apoios previstos.

Queremos, pois, que a nova política de incentivos às empresas para o período 2014-2020 promova o aumento da produtividade e da valia dos projetos de

investimento, numa lógica que privilegie os melhores em detrimento, se for o caso, dos mais vultuosos.

Vamos apoiar a penetração das empresas açorianas nos mercados concorrenciais, estimulando a criação de maior valor acrescentado por via da inovação e, ou também, de um maior aproveitamento do valor económico dos nossos recursos endógenos.

No âmbito do Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação – direcionado para projetos em áreas como o setor agroalimentar, o turismo e a economia do mar, a indústria transformadora, a economia digital e a logística – prevê-se um leque de despesas elegíveis amplo e que cobre todas as necessidades possíveis de inserir em projetos dirigidos ao alargamento da base económica de exportação.

Também ao abrigo deste subsistema está previsto abranger projetos que envolvam inovação no âmbito da transformação e comercialização de produtos do setor agrícola, pescas e florestais.

Ainda com o objetivo de reforçar as nossas capacidades exportadoras, será criado um Subsistema de Incentivos para a Internacionalização para o desenvolvimento de projetos de prospeção de mercados externos, comercialização e *marketing*, prevendo-se igualmente o apoio a iniciativas de cooperação entre as empresas.

O subsistema prevê a elegibilidade de despesas com o transporte de produtos regionais, assim como com as apólices de seguros de crédito à exportação e de seguros-caução e juros com o acesso a operações de crédito que promovam as exportações.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Outro subsistema de incentivos, este virado para a Qualificação e a Inovação, complementa e enriquece o objetivo de fomentar as exportações, na justa medida em que a competitividade das nossas empresas será tanto maior quanto melhores forem a qualificação e a inovação que apresentarem, diferenciando-se pela positiva e trazendo mais valor acrescentado ao setor exportador.

O subsistema disponibiliza apoios dirigidos ao reforço da capacitação das nossas empresas para o alargamento das suas competências avançadas e para o desenvolvimento de novos produtos e serviços de cariz transacionável.

Apoiar ainda mais o Empreendedorismo é o que o Governo dos Açores pretende com um subsistema próprio no âmbito do COMPETIR+.

Neste sentido, apoiaremos ações coletivas de empreendedorismo, em consonância com o Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo, aprovado pelo Governo em 2013, que visa, entre outros aspetos, apoiar a criação e capacitação de infraestruturas de incubação de empresas ou o desenvolvimento de projetos-piloto de aproveitamento de oportunidades de inovação.

O tecido empresarial dos centros urbanos terá ao seu dispor uma linha de apoio ao urbanismo sustentável integrado, com vista a revitalizar a sua atividade e, em paralelo, promover a requalificação do espaço urbano.

A medida visa estimular a cooperação entre empresas, associações empresariais e autarquias, proporcionando uma intervenção coordenada entre aquelas entidades para reforçar a concretização da reabilitação urbana.

Por outro lado, o Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local apoiará projetos que conduzam à modernização e expansão da capacidade produtiva de setores tradicionais, permitindo o reforço do mercado interno e, com esse reforço, a previsível evolução positiva dos pequenos mercados de ilha.

A eficiência empresarial, qualquer que seja a dimensão das unidades, é, aliás, indispensável num processo de desenvolvimento económico.

Por isso, o Governo dos Açores vai criar um Subsistema especificamente dirigido a incentivar a cooperação interempresarial e a constituição de '*clusters*' em setores considerados estratégicos.

O objetivo é o de promover a articulação entre os agentes económicos, beneficiando as empresas e proporcionando vantagens competitivas que lhes possibilitem competir a nível internacional nas suas estratégias de exportação.

Transversal a todo este conjunto de medidas é a intenção de privilegiar o apoio a projetos que se apresentem com reais possibilidades de concretizar uma boa

aplicação dos investimentos, do ponto de vista dos potenciais resultados em competitividade, em produtividade, em efetiva criação de emprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que já ouvi isto?

O Orador: Haverá, por isso, prémios de realização para os projetos que resultem em contributos efetivos para o valor acrescentado e para a criação de emprego, os quais poderão ter um acréscimo de até 25% no apoio a fundo perdido.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Outro apoio que poderá ser importante para as empresas numa fase inicial do seu desenvolvimento consiste em – por um período de dois anos – considerar como despesas elegíveis os encargos com os novos postos de trabalho criados, nomeadamente o salário bruto e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

Em suma, o novo Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial COMPETIR+ integra, e já procura operacionalizar, a mudança de paradigma que o próximo Quadro Comunitário encerra, numa lógica de orientar os investimentos exclusivamente para a obtenção de resultados, e a que, no seio da União Europeia, se tornou hábito designar por estratégia 20-20.

O Governo confia nestes instrumentos para continuar a promover a afirmação dos Açores no contexto nacional e europeu como uma Região onde se trabalha, com vontade e competência, na construção do futuro.

Sabemos que o caminho não é fácil, mas temos a certeza de que vamos alcançar esse futuro melhor, com a ajuda de todos quantos também quiserem levar os Açores para a frente.

Obtidos os consensos essenciais com os parceiros sociais, desenvolvemos os instrumentos que nos permitem vencer os desafios que asseguram o futuro da nossa Região – e é neste desafio que contamos com todos.

Com orgulho no nosso passado, com confiança no nosso presente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O hino é logo à tarde!

O Orador: ... é, pois, o momento de nos concentrarmos na definição do nosso futuro

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos agora abrir o debate. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre oportuno nesta Casa falar sobre tão importantes recursos que recebemos. Disto não há que ter medo, nem receios.

É sempre bom trazer ao debate, é sempre bom trazer a esta Casa, porque é sempre bom avaliar, em que é se utilizou o dinheiro e quais é que são os resultados.

Os Açores receberam mais de 5000 euros *per capita* entre 2000 e 2006 de Fundos Comunitários e estão a receber cerca de 6000 euros por habitante entre 2007 e 2013 e, agora, vamos receber entre 2014 e 2020, 1.546 milhões de euros (550 mil euros por dia).

Recebemos da Europa muito dinheiro, mas temos os piores resultados sociais de sempre em Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Isso ninguém contesta.

O próprio Programa Operacional reconhece estes maus resultados quando refere que:

- Temos 73% da média do PIB *per capita* da União Europeia. Ou seja, continuamos pobres apesar de termos recebido quase 2.800 milhões de euros de fundos;
- Uma taxa de desemprego de 17%, com uma dramática taxa de 38% de desemprego jovem;
- 56,9% da população ativa na Região apresenta níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 2º Ciclo do ensino básico;

- Uma taxa de pobreza de 17,9%;
- Uma taxa de abandono escolar de 34,4% e um nível elevado de insucesso escolar;
- E já que estamos a falar de fundos, o novo PRORURAL indica um risco de marginalização elevado na agricultura.

Com tanto dinheiro recebido da Europa a primeira conclusão é óbvia: **temos uma crise própria que advém das opções políticas de quem tem governado os Açores.**

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, a culpa não é só externa, a culpa é de cá.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: E com isto nos orgulhamos. Vem o Governo dizer que nos orgulhamos do nosso passado.

Deputado Francisco César (PS): E orgulhamo-nos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor é que devia ter vergonha!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi a decisão dos açorianos!

O Orador: O PO também reconhece fraquezas e ameaças como, por exemplo:

- O reduzido potencial demográfico;
- Disparidade inter-regional na distribuição da população;
- A excessiva dependência do mercado externo quer no abastecimento quer no escoamento;
- O facto da criação de uma base económica nos Açores confrontar-se com baixos níveis de qualificação dos ativos;
- E o PRORURAL+ assinala que temos uma incapacidade de diversificação do tecido empresarial e uma desertificação e envelhecimento das populações.

Estas observações levam-nos a uma segunda e grande conclusão: **Não saímos do ponto de partida do que estávamos em 2007. Porquê? Porque quer as ameaças e as fraquezas, quer os pontos fortes e as oportunidades são praticamente as mesmas das identificadas em 2007.**

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora nem mais!

O Orador: Não evoluímos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Importa dizer neste debate que o principal objetivo apontado pelo Governo Regional em 2007 para o final de 2013, isto é, após a utilização de 1.538 milhões de euros do Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013, **não foi atingido.**

Em 23 de janeiro de 2007 o Governo Regional, pela voz do Vice-Presidente, anunciava, com grande pompa e circunstância, nesta Assembleia como principal objetivo do Quadro Comunitário de Apoio a criação de muitos postos de trabalho.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Vice-Presidente do Governo!

O Orador: E passo a citar o que foi dito na altura por Sérgio Ávila:...

Peço desculpa! Sérgio Ávila e há pouco referi Vice-Presidente do Governo. Portanto, é a continuidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tens razão Ventura! Continua!

O Orador: ... “criar anualmente dois mil novos postos de trabalho é o nosso desafio e uma ambição que, em termos de emprego, representa uma meta clara: ter em 2013, 121.000 trabalhadores em exercício de funções, nos Açores” fim de citação.

Deputado António Marinho (PSD): Repete, repete!

O Orador: Houve algum barulho. Então vou voltar a repetir.

Deputado António Marinho (PSD): É melhor!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que disse? Primeiro, quem é que disse isso?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sérgio Ávila!

O Orador: O Vice-Presidente do Governo Regional, a 23 de janeiro de 2007...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que se chama?...

O Orador: ... disse nesta Casa, o seguinte:

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sérgio Ávila!

O Orador: ... “criar anualmente dois mil novos postos de trabalho é o nosso desafio e uma ambição que, em termos de emprego, representa uma meta clara: ter em 2013, 121.000 trabalhadores em exercício de funções, nos Açores” fim de citação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sérgio Ávila!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois mil ao ano!

O Orador: É bom que se diga tudo aquilo que foi anunciado em 23 de janeiro de 2007.

Deputado Rogério Veiros (PS): É uns a criar e outros a destruir!

O Orador: Não foram só os 70%.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma desonestidade intelectual!

Deputado António Marinho (PSD): Não é nenhuma desonestidade intelectual!

O Orador: É bom não esquecer tudo aquilo que foi dito. Os objetivos que foram ditos.

Deputado José San-Bento (PS): O que é que aconteceu em 2008? O senhor vem para aqui brincar connosco!

Deputado António Marinho (PSD): Dói muito! Dói, não dói? Dói, dói!

Deputado Berto Messias (PS): Dói imenso!!!

O Orador: Como todos sabemos o resultado é bem diferente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se for preciso repete outra vez!

O Orador: Em finais de 2013 tínhamos 100.095 trabalhadores, menos 21.000 do que o anunciado e prometido.

Também o PRORURAL em 2007 afirmava que o risco de marginalização na agricultura era elevado e o PRORURAL + de 2014 afirma que o risco de marginalização da agricultura é elevado. Tudo igual.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é hipocrisia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é hipocrisia! São os vossos números!

O Orador: Mas vamos lá perceber o que é isto de risco de marginalização da agricultura.

Convém explicar que este indicador é preocupante quando existe um conjunto significativo de explorações com baixos rendimentos e de um número também

significativo de agricultores com idades próximas da reforma. E é deveras preocupante quando cada um destes indicadores é superior a 40%.

Ora, em 2007, o PRORURAL menciona que 48% das explorações nos Açores tinham baixos rendimentos e 42% dos agricultores tinham idade superior a 55 anos.

Em 2014, depois de vários anos, depois de vários milhões depois e muita propaganda à mistura, o PRORURAL+ menciona que 58% das explorações dos Açores têm baixos rendimentos e 49% dos agricultores têm idade superior a 55 anos. Agora percebesse por que é que em 2014 o nome do programa tem o sinal de + à frente: **porque ficamos piores**. Não temos dúvidas.

A Conclusão é óbvia: não evoluímos, pelo contrário regredimos, estamos mais pobres. Uma pobreza reconhecida pelo próprio Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): A sua intervenção é que é uma pobreza!

O Orador: Falhou a estratégia, falhou o modelo seguido para o principal setor exportador dos Açores.

Perante estes insucessos governativos os Açores vivem um paradoxo: o seu Governo Regional fala em boas taxas de execução e diz que é o campeão da utilização dos Fundos Comunitários.

Compreende-se que assim seja pois, infelizmente, o Governo Regional não pode chamar a si o título que mais interessa: **o de campeão dos resultados**.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já várias vezes referimos que a boa utilização dos fundos comunitários não pode ser só avaliada pela taxa de execução mas deve, sobretudo, ser avaliada pelo impacto social e económico na vida das pessoas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: A lógica tem de ser investir os fundos e não gastá-los.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores recebem neste novo Quadro Comunitário de Apoio mais 8 milhões de euros do que no seu antecessor, quando o Quadro Plurianual da

União Europeia é inferior ao anterior, porém (e todos já sabemos) a vontade política de alguns Estados Membros vai-se reduzindo para estas discriminações positivas, porque também são várias as acusações de má gestão.

Deputado José San-Bento (PS): Má gestão?!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É evidente!

O Orador: Mas compreendam os açorianos que não é por causa do Governo da República, nem dos Fundos Comunitários utilizados na construção de escolas que somos, infelizmente, os campeões do abandono escolar e do insucesso.

Mas, também não é por causa do Governo da República nem dos Fundos Comunitários que temos edifícios termais fechados ou a cair aos bocados e casinos por abrir.

Mas, igualmente não é por culpa do Governo da República e dos Fundos Comunitários que temos baixos rendimentos na agricultura.

A culpa é de quem governa os Açores há quase 18 anos. Tiveram dinheiro e tiveram autonomia. Não souberam foi usá-los para dar uma vida melhor aos Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): Nem uma palavra sobre o futuro! Nem uma! Tudo se resume a essa desgraça!

Deputado Luís Garcia (PSD): Grande tarefa! Se estivesse desse lado já tinha abandonado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem não é capaz de avaliar o passado, nunca será capaz de prever o futuro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O novo Quadro Comunitário 2014-2020, que está na base do Plano Operacional para os Açores, em análise nesta iniciativa de debate de urgência por iniciativa do CDS/PP, vai desenvolver-se num período crucial para o futuro imediato do nosso país e da nossa Região em particular.

As sombras sobre o nosso futuro coletivo, em particular sobre os trabalhadores, jovens e pensionistas, adensam-se.

Afinal, a saída limpa não é mais do que a continuação das políticas que impuseram ao país um desemprego record, uma emigração só comparável à dimensão dos anos sessenta do século passado, uma quebra de produção que nos fez retroceder dez anos e um crescimento de pobreza e sofrimento nos lares como há muito não se via.

A dívida em nome da qual todo este flagelo se impôs ao país nunca aumentou tanto, passando de cerca de 97% em 2011 para 130% do PIB em 2014.

Uma coisa é certa, para podermos pagar 8.000 milhões, só de juros, por ano, ao sector financeiro por conta da dívida, o nosso crescimento económico, a existir, é anémico, e por consequência, a vida das pessoas vai continuar um calvário.

A situação de emergência social que se vive também na nossa Região acentuou-se mesmo durante a entrada dos fundos comunitários do programa 2007/2013.

A entrada destes fundos não compensou as nefastas políticas “austeritárias” impostas pela União Europeia com efeitos na Região.

Este facto mostra, de forma clara, que se a União Europeia não mudar de políticas, ou se, da parte da República, não existir um corte com estas políticas, a vida do povo português não vai alterar para melhor, de forma significativa, e logicamente, também nos Açores.

É também no quadro deste programa que novas preocupações se abatem sobre os Açores, como o fim anunciado, para daqui a sete meses, das quotas leiteiras, sem que se vislumbrem no horizonte medidas sérias de compensação, apesar de toda a conversa em torno deste sério problema.

Este facto representa um apoio decidido da União Europeia às economias agrícolas mais poderosas da Europa em desfavor das economias mais débeis. É o resultado do liberalismo económico que só serve os grandes.

Também sobre o sector das conservas pesam temores. A confirmar-se o tratado da União Europeia com a Tailândia e, da mesma forma, a concretizar-se neste período o tão festejado acordo de comércio livre União Europeia-Estados Unidos, que, infelizmente para o nosso país e para a nossa Região, será, sem margem para dúvidas, um desastre.

É pois, num quadro deveras difícil que vamos concretizar o plano operacional dos fundos europeus.

O plano apresentado pelo Governo já recebeu, em reunião com o Senhor Presidente do Governo, a análise do Bloco de Esquerda.

Deputado Francisco César (PS): Já?!

O Orador: Em suma, contém um conjunto de intenções e prioridades com que concordamos, faltam no entanto metas concretas e quantificáveis a curto e médio prazo, tem incongruências e contradições e não aponta clara e corajosamente para um desenvolvimento diferenciado do que temos registado.

Mantém uma linha de continuidade do paradigma económico que tem norteado a Região, assente em baixos salários e produtos de pouco valor acrescentado.

Preparar os Açores para o futuro exige, em nosso entender, iniciar desde já uma aposta decidida em dois vetores estratégicos e endógenos à Região.

São eles o Mar e a situação geoestratégica dos Açores.

No Mar, avançar desde já para a criação do centro público de investigação internacional sobre o mar, alterações climáticas e vulcanologia é para nós, uma alavanca fundamental para o futuro dos Açores e ser um entrave decisivo para o esbulho que já hoje se regista mas tudo indica que, a prazo, a concretizar-se a exploração dos fundos marítimos e das chaminés vulcânicas, entre outras coisas, será muito maior. Ao mesmo tempo este projeto é também em nosso entender a via certa para defender, não só a continuidade da nossa universidade, mas para lhe dar outra pujança.

A nossa posição geoestratégica não tem de estar condenada a servir a guerra, quando deve servir a economia, como temos defendido sistematicamente.

Alavancar a nossa economia para novos paradigmas, a partir das nossas potencialidades, significava avançar para estes dois projetos que são por si

indutores de inovação e desenvolvimento para a Região e atração de mão-de-obra especializada.

Mas no Plano vemos mais do mesmo e nada de projetos que abram o futuro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve! Mais do mesmo!

O Orador: Logo, perdem-se oportunidades.

Evidentemente que apoiamos a modernização das empresas. O que falta saber é como se atraem empresas de maior gabarito tecnológico, se não temos cá as alavancas para as atrair, em consonância como as nossas propostas encarnam.

Não achamos que os Açores têm de estar condenados à nossa economia pequenina. O papel do Estado é abrir novos caminhos e não limitar-se a gerir o que ainda existe.

Mas, neste plano, há ainda uma clamorosa omissão.

Em campanha eleitoral, o Partido Socialista assumiu que planos sérios e fortes de reabilitação urbana são uma forma de combate ao desemprego em todas as ilhas, tal desiderato só seria possível com o novo Quadro Comunitário de Apoio.

Deputado Francisco César (PS): Já está explicado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve!

O Orador: Pois bem o Governo não cumpriu a sua promessa, afinal o combate ao desemprego é retórica e não ação.

O Plano apresentado pelo Governo é microscópico no que se refere a esta questão, pois para 6 a 7 anos só está consignada uma verba direta de 6,5 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Os sistemas de incentivos também têm!

O Orador: Não é sério nem aceitável, esta falta de palavra do governo regional.

O Governo enche o seu discurso da necessidade de modernização, inovação e desenvolvimento. No entanto, o investimento da Região em inovação e desenvolvimento é 0,4% do PIB, muito abaixo do continente que é de 1,52% e ainda mais abaixo da meta europeia que aponta para 2,7 a 3% do PIB anual.

Com as metas alocadas neste plano, no eixo 1, ficaremos muito abaixo destas metas.

Aliás, a política anunciada sobre as bolsas de investigação são mau augúrio neste domínio. Em concreto, o Governo Regional assume que este aspeto é um importante constrangimento à nossa economia, mas depois fica tudo na mesma, tirando o discurso.

É evidente que defendemos o reforço da competitividade das empresas da Região, até porque a nossa economia está num marasmo.

Mas é para continuar a carregar dinheiro para empresas como a COFACO, onde o apoio público é notório e bastante anunciado, mas onde centenas de trabalhadoras continuam, anos a fio, a receber na base do salário mínimo sem promoções, nem aumentos?

A formação profissional é para enganar tolos.

Tudo para continuar a política de enterrar dinheiro em empresas, cujo único fator de competitividade constante e visível é a depressão salarial?

No Ambiente e eficiência de recursos, mais uma vez, as intenções vão no sentido certo. Mas, como é isto compaginável com o gasto de cerca de 90 milhões de euros em fundos comunitários para construir duas incineradoras – S. Miguel e Terceira?

Como se compreende esta incoerência?

No ponto 4 – baixar o teor de carbono, estamos de acordo, mas temos dúvidas.

Vão servir estes fundos, ou parte deles, para fazer nascer empresas de fachada que instalam parques eólicos para venderem energia à EDA, não seria mais barato e mais eficaz ser a EDA a fazê-lo, ou é para dotar alguém de uma renda sem qualquer risco?

O Governo Regional assume a compra de dois navios de grande porte, onde vai gastar mais de 80 milhões de euros. A necessidade destes dois navios não é explicada cabalmente pelo Governo. Tanto mais que aumentam o número de vozes entendidas a questioná-la. Estamos perante uma nova história tipo Atlântida, que foi sempre uma história mal contada.

Deputado Francisco César (PS): A Sra. Deputada abandonou a Comissão!

O Orador: Quarenta milhões não seria uma verba interessante para arrancar com o Centro de Investigação do Mar?

Vislumbram-se apoios massivos para as empresas privadas de transporte terrestre, mas por paradoxal que pareça, este setor não está englobado no Plano Integrado de Transportes, só assim se poderá explicar o porquê de uma pessoa que mora nos Biscoitos e trabalha em Angra, que ganhe o salário mínimo, gaste, por mês, o correspondente a 10% do seu salário em autocarro. Continuamos no mesmo, uns recebem, outros pagam. E quem paga é sempre o mesmo.

O Sistema de Ensino Dual é a novidade de Nuno Crato que o Governo dos Açores perfilha. O ceticismo do Bloco de Esquerda sobre esta novidade é por demais evidente. Tanto mais que o histórico de situações parecidas no nosso país – é verdade, com honrosas exceções – se traduziu na utilização de mão-de-obra escrava que esconde o abandono escolar e o desemprego.

Por tudo isto, pelo enquadramento negativo exterior à Região, pela falta de coragem de abrir novos caminhos por parte do Partido Socialista, pelas incongruências do próprio plano, pensamos que estamos perante o anúncio de novas possibilidades perdidas, que não ajudam a retirar a Região deste marasmo económico.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista veio a este debate de mente aberta, com vontade de discutir provavelmente dois dos mais importantes documentos e programas apresentados para a economia açoriana para os próximos sete anos.

Veio preparado para no presente trabalharmos todos juntos para construir um melhor futuro.

Mas não temos problema nenhum em falar do passado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Do vosso passado!

O Orador: Temos orgulho no que fizemos no passado, das coisas que correram bem e das coisas que não correram como gostaríamos que tivessem corrido.

Os senhores chegam cá e apresentam dados sobre o nosso passado. É verdade alguns desses dados, como também há outros que não esquecemos o que prometemos, não esquecemos o que fizemos, nem esquecemos aquilo que nos propomos fazer.

Temos orgulho no trabalho que fizemos na agricultura, temos orgulho do trabalho que fizemos no turismo, temos orgulho do trabalho que fizemos na rede social que hoje protege os açorianos, temos orgulho na forma como o nosso Governo trabalhou e trabalha.

Mas estamos aqui para discutir o futuro e o que eu lamento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É sinal que tem orgulho na pobreza, no insucesso escolar!...

O Orador: ... é que a nossa oposição, nas suas intervenções, com honrosa exceção do Bloco de Esquerda a que referirei mais à frente, não quis falar do futuro.

Deputado António Ventura (PSD): Já demos o nosso contributo!

O Orador: Os senhores só quiseram falar do passado. Falaram do passado, daquilo que não correu como gostaríamos, quase com prazer, como se para a oposição o melhor fosse o pior para os Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas nós não alinhamos nesse discurso.

Esperávamos que os senhores discutissem nesta sala as razões pelas quais esses resultados não foram atingidos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Razões?! A incompetência do Governo é a principal razão!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Face à pobreza dos resultados é esse o discurso que lhe resta!

O Orador: Vamos esquecer a crise internacional que afetou o mundo, que afetou a Europa, que afetou o país. Bem sei que na vossa opinião o responsável

por esta crise é o Partido Socialista e a governação deste Governo. Vamos esquecer!

Vamos discutir aquilo que interessa. Vamos discutir as razões pelas quais temos hoje problemas ao nível do insucesso escolar e que reconhecemos, hoje, como fundamental melhorar esses resultados.

Temos como prioridade melhorar a qualificação dos açorianos e ter mais resultados ao nível daquilo que é a competitividade das empresas, a investigação, o desenvolvimento, a inovação e melhorar o valor acrescentado dos nossos produtos. Nenhum dos Srs. Deputados referiu isto aqui. Os senhores preferem falar do passado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores já tinham isso em 2007 e em 2000!

O Orador: Perdoem-me a arrogância, Sras. e Srs. Deputados: a razão pela qual os senhores ainda hoje são oposição é porque os açorianos, por duas vezes, nestes últimos sete anos reconheceram, que os senhores são a oposição do passado e nós somos um partido do futuro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está o que eu disse! É para ganhar eleições!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Onde é que estão as vossas propostas para melhorar a nossa capacidade de exportação?

Onde é que estão as vossas propostas ao nível dos transportes?

Ainda hoje não conhecemos, do PSD, as vossas propostas para melhorar os transportes nos Açores.

Onde é que estão as vossas propostas ao nível do reforço da pré-escolarização e da qualidade do ensino pré-escolar?

Onde é que estão as vossas propostas de combate ao insucesso escolar?

Deputado Luís Garcia (PSD): E as vossas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são as vossas?

O Orador: Onde é que estão as vossas propostas de combate à utilização dos recursos?

Nós temos propostas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que elas estão?

O Orador: Estão no Programa Operacional, estão no COMPETIR+!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estão!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não estão! Com esses resultados os senhores deviam ter vergonha! Onde é que estão os dois mil empregos por ano?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que estão os dois mil empregos por ano que os senhores prometeram?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ficam logo nervosos!

O Orador: Onde é que estão as propostas do partido?

Nós temos! Nós apresentamos propostas!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor pensa mas não executa!

O Orador: É lamentável que os Srs. Deputados venham a esta sala...

Eu bem sei que vos incomoda a ausência de propostas.

Sras. e Srs. Deputados, dizer que o Governo e o Partido Socialista não têm propostas, quando fazem um debate sobre uma proposta do Governo, é a maior incoerência que podem ter nesta câmara.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É esta a vossa proposta? São passagens administrativas!

O Orador: Vamos discutir o sistema de incentivos.

Nenhum dos Srs. Deputados falou no sistema de incentivos, nenhum dos Srs. Deputados falou de como melhorar o Programa Operacional.

O Programa Operacional (é o dever, como é certo, do Governo dos Açores, mas que foi feito desde o início) foi preparado com antecedência, preparado com os parceiros sociais. Os partidos foram recebidos, deram os seus contributos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então houve propostas! Olha a incoerência do discurso!

O Orador: O resultado é que a maioria dos parceiros sociais deu o seu apoio a esse sistema de incentivos, apoio ao Programa Operacional.

O próprio Bloco de Esquerda, com a sua liderança bicéfala, cumpriu bem esse desígnio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O problema é que os senhores não têm competência para o fazer!

O Orador: No Palácio de Sant'Ana disse que era um bom programa. Aqui, criticou o Programa até mais não poder.

Sras. e Srs. Deputados, não temos nenhum problema em discutir o passado. Não temos nenhum problema em discuti-lo, apesar do orgulho que temos pela obra feita.

Utilizamos o passado e reconhecemos os ensinamentos que ele nos deu. Mas queremos preparar o futuro! Queremos discutir o caminho a seguir e queremos salvaguardar os seus efeitos.

Temos objetivos claros: emprego, competitividade,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vê-se!

Deputado Luís Garcia (PSD): Emprego? Dois mil por ano!!!

O Orador: ... sustentabilidade ambiental.

Temos propostas concretas para o fazer.

Estabelecemos metas, metas intermédias...

Deputado Luís Garcia (PSD): Para que servem as metas se os senhores não cumprem?

O Orador: ...metas a atingir, ambiciosas, com resultados, porque este Programa Operacional e este sistema de incentivos tem, como foco principal, conseguirmos atingir estes resultados.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é conversa!

O Orador: Queremos e chamamos as Sras. e os Srs. Deputados a essa discussão.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando estão aflitos querem contributos da oposição!

O Orador: Podemos discutir o passado quando quiserem, mas por favor, pelos açorianos comecem aqui também a construir o futuro.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tomei umas notas para realizar esta intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem, Sr. Deputado! É a sua obrigação!

O Orador: Aquilo que me ocorre são as questões fundamentais, que tenho aqui e repeti várias vezes. É aquilo que vai na cabeça dos açorianos: resultados, resultados, resultados!

Meus senhores, nesta perspetiva temos obrigatoriamente que falar no passado. O passado significa que existiu uma disponibilidade financeira que não obteve os resultados que o povo dos Açores esperava.

Temos, como bem disse o Sr. Deputado Artur Lima, que retirar ilações do passado, o que é que correu mal.

Ao longo destes vinte anos de atividade política tenho hoje a absoluta convicção que os portugueses, e a Região Autónoma dos Açores também, têm muita facilidade em desenhar documentos estratégicos. Temos muita facilidade em desenhar boas estratégias, mas temos fragilidades reconhecidas em aplicá-las e obter bons resultados.

Quando me perguntam se estou em desacordo com os eixos prioritários, devo dizer que não estou! Não estou em desacordo com os eixos prioritários, porque eles são de senso comum e são absolutamente racionais.

O problema está na aplicação e na execução desta estratégia e a execução não tem sido positiva. É esta a questão fundamental.

Temos que obter resultados!

Tenho muito pouco tempo para fazer esta intervenção.

Deputado Francisco César (PS): E obter resultados dela!

O Orador: Mas chamo a atenção para duas questões fundamentais.

A Região Autónoma dos Açores criou um sistema e criou uma área gigantesca, à nossa escala, a construção civil, que, como se verificou, não garantiu o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores.

Sem capacidade financeira (não temos!), com a diminuição da nossa capacidade, com a crise internacional e também com os problemas locais, neste momento temos este setor em crise e tivemos que o deixar cair.

A aposta na construção civil foi uma aposta sem futuro.

Qual deveria ter sido a aposta?

A aposta tem que ser na qualificação dos recursos humanos.

Nesta matéria o Governo Regional dos Açores, ao fim de dezoito anos, não apresenta resultados palpáveis.

Hoje, temos o sistema educativo da Europa Ocidental que tem os piores resultados...

Deputado Francisco César (PS): Nem no Botsuana!

O Orador: ... meus senhores, com investimento.

Os senhores dizem:

- Mas nós investimos dinheiro!

Pois investiram!

- Mas nós temos planos estratégicos!

Pois têm!

Mas os senhores não têm uma coisa absolutamente fundamental: resultados!

Até têm resultados, mas são maus resultados! É esta a questão fundamental.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Se os senhores agora me querem convencer de que estamos a mudar de rumo, de que vê-se uma revolução no sistema educativo, de que temos ambição em alterar os resultados que estamos a obter, eu olho para essa realidade e vejo a introdução de mecanismos de facilitismo, a introdução de mecanismos de menor rigor, falta de ambição, falta de qualificação, falta de execução e falta de resultados.

Meus senhores, esta é a crítica que tenho que vos fazer.

Aqui estarei, meus senhores, para acompanhar paulatinamente a execução deste processo, porque da parte da oposição tem que existir essa prioridade e essa urgência, como hoje o CDS aqui fez, que é provocar debates sobre essa matéria, seguir de perto a execução deste plano e confrontar o Governo Regional dos Açores com resultados.

Se os senhores não os tiverem, estamos aqui para fazer a nossa função, que é confrontar-vos com a ausência de resultados. Essa crítica os senhores não a podem deixar de ter, depois de terem desperdiçado um conjunto muito grande de fundos ao longo de todos estes anos.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Desperdiçado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em termos de resultados!

Deputado Francisco César (PS): Nem no Botsuana!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, gostaria de começar por dizer que qualquer abordagem que se possa fazer a este documento encerra em si uma ideia que consideramos essencial.

É ou não efetivamente feito o correto diagnóstico da situação da Região? Não vi ninguém a apontar o contrário!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O diagnóstico é que não corresponde às promessas da propaganda!

O Orador: É ou não feita a correta identificação da estratégia de desenvolvimento da Região? Não vi ninguém a apontar em contrário!

É ou não feita a correta alocação e afetação de recursos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: ... tendo em conta as prioridades estratégicas? Não vi qualquer alternativa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viu sim e ouviu!

O Orador: Há uma questão aqui que é essencial: criticar é sempre possível, falar mal é sempre possível!

Agora há que distinguir em quem limita a sua intervenção à crítica, ao falar mal, ao puxar para baixo, e quem consegue dar contributos para o nosso futuro. Felizmente, no âmbito destes programas, contamos com os contributos de muitas entidades, dos parceiros sociais.

Por isso mesmo este Plano Operacional, este enquadramento de apoio às empresas, tem o apoio generalizado e criou consenso dentro dos parceiros sociais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São dependentes! É para ficar registado!

O Orador: Mas agora o que importa é essa abordagem e esta estratégia para o futuro que os açorianos precisam e para o futuro que os açorianos desejam.

O nosso enfoque, a nossa concentração, o esforço de todos os parceiros sociais está na identificação da nossa estratégia.

Há quem passe a vida a olhar para trás. O nosso objetivo é olhar para a frente com orgulho no que fizemos para trás, aprendendo as lições do passado e tendo confiança no nosso presente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o senhor tivesse aprendido alguma coisa com o passado não estava aí!

O Orador: Falaram e bem em resultados do passado. Então vamos aos resultados.

Efetivamente, hoje, os Açores têm um nível de produção e de riqueza que é 71% da média da União Europeia e não 73 como disse o Sr. Deputado António Ventura (71% da média da União Europeia!).

Mas a verdade é que conseguimos convergir 11 pontos percentuais, ou seja, conseguimos ter um crescimento 11 pontos percentuais superior à média da União Europeia com a aplicação destes fundos.

E mais importante. Tínhamos como objetivo principal deste programa a convergência, por isso se chamava PROCONVERGÊNCIA.

O nosso objetivo ao chegar ao final deste quadro era atingir 70% da riqueza média da União Europeia. Não só cumprimos como ultrapassámos esta meta.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É verdade que ainda existem regiões da Europa mais ricas que os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São todas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Existe alguma mais pobre, Sr. Vice-Presidente?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas também é verdade que quando iniciámos este processo os Açores era a segunda Região mais pobre da Europa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora é a terceira!

O Orador: Neste momento há 60 regiões na Europa que ultrapassámos e temos um nível de riqueza superior àquele que era há anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia!

O Orador: Terceiro aspeto:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Letónia! Estónia! Botsuana!

O Orador: É verdade que temos uma taxa de atividade de 46%. É verdade! Mas também é verdade que há 10 anos tínhamos uma de 42%, ou seja, aumentámos a nossa taxa de atividade.

É verdade que temos uma taxa de pobreza, em 2011, de 17,9%. É verdade!

Mas também é verdade que a taxa de pobreza é inferior àquela que era seis anos antes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a segunda maior do país!

O Orador: ... que já se situava em 21%. Portanto, reduzimos a taxa de pobreza, aumentámos a taxa de atividade, convergimos em termos de riqueza e de rendimento para a média da União Europeia, ultrapassámos sessenta regiões em termos de riqueza.

É também verdade que temos uma taxa de analfabetismo que ainda é de 4,7%, mas também é verdade que temos uma taxa de abandono escolar, hoje, de 2,3%

e que essa taxa, hoje, é metade daquela que era há dez anos e é cinco vezes menos do que há vinte anos atrás.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A taxa de abandono escolar quanto é que é?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que é?

O Orador: A taxa de pré-escolaridade é, neste momento,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A taxa de abandono escolar quanto é que é?

O Orador: ... 90%...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Repita: taxa de abandono escolar!

O Orador: ... quando há dez anos era 70%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Taxa de abandono escolar!

O Orador: Quero dizer-vos, em relação ao emprego, algo de muito claro e objetivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é anedota!

O Orador: O nosso objetivo, no Programa PROCONVERGÊNCIA era, e está definido, criar dois mil postos de trabalho por ano. Está escrito e foi assumido com muito orgulho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que eles estão?

O Orador: ... quando apresentámos o programa em 2007.

Sabem, nos primeiros dois anos desse programa, quantos postos de trabalho líquidos criámos?

Quatro mil e setecentos, ou seja, dois mil, trezentos e cinquenta por ano...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não se viu!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os outros?

O Orador: ... cumprindo esta meta.

Aliás, neste mesmo período de aplicação destes Fundos Comunitários, foram criados, entre 2001 e 2011, líquidos, mais treze mil postos de trabalho.

Ora bem, se conseguimos até 2009 criar dois mil postos de trabalhos líquidos por ano,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual era a taxa?

O Orador: ... o que é que mudou a partir de 2009? O que é que mudou a partir de 2009?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aquilo que os senhores negaram! Uma crise!

O Orador: O Governo era o mesmo, a estratégia era a mesma, a aplicação de fundos era a mesma. Foi com essa estratégia, com essa aplicação de fundos, que este Governo conseguiu criar dois mil postos de trabalhos por ano.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Este ou o outro?

O Orador: O que é que aconteceu a partir de 2009?

Aquilo que aconteceu nos Açores, no Continente, na Europa e no mundo: uma crise internacional!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que os senhores negavam!

Deputado Francisco César (PS): A culpa também é nossa!

O Orador: Não acredito que a vossa demagogia chegue ao ponto de dizer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A demagogia é sua!

O Orador: ... que a crise mundial foi culpa do Governo dos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é demagogo!

O Orador: ... porque enquanto ela não existiu, criou esses postos de trabalho.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Evidentemente, a partir dessa altura não conseguiu criar, como não foi conseguido criar em toda a Europa e em todo o espaço.

Alegar, omitir esta realidade é algo que penso que não contribui para a dignidade deste debate.

Deputado António Ventura (PSD): E a via açoriana?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia pura!

O Orador: O mais importante disso não é o que se passou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que o senhor está a fazer é demagogia pura!

O Orador: O que se passou os açorianos avaliaram.

O que concentra os esforços, a nossa energia, o nosso saber, tudo aquilo que temos para dar aos Açores, é fazer, com a transparência que este documento

revela, a nossa estratégia, os nossos princípios e como queremos, com rigor, aplicar estes fundos nos próximos sete anos.

Essa estratégia (esse diagnóstico) foi verificada, estudada e trabalhada em conjunto com os parceiros sociais e, para bem dos Açores, tem o apoio generalizado dos parceiros sociais. Isso é o mais importante e aquilo que é fundamental neste debate.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar não pode deixar de olhar para o passado.

Julgo que um olhar para o passado é importante porque isso reflete que se fez uma avaliação das medidas, das políticas, das opções que foram tomadas no passado.

Portanto, julgo que é obrigação de todos nós fazer esse olhar para o passado quando esse olhar pretende ser uma avaliação.

Dessa avaliação, aquilo que a Representação Parlamentar do PCP vê é que, apesar do tempo, dos muitos milhões de euros que foram afetos nos envelopes financeiros, nos diferentes fundos da União Europeia, apesar de tudo isso, continuamos na atualidade com alguns constrangimentos que há muito deveriam ter sido afastados da Região, constrangimentos esses que estrangulam o desenvolvimento regional.

Eu não vou fazer um percurso exaustivo sobre eles, mas gostaria de deixar aqui indicação que, na leitura e na avaliação que fazemos, subsistem ainda alguns problemas, desde logo, na questão dos transportes, mas ainda assim estamos a aguardar o resultado da revolução tranquila dos transportes, como o Sr. Presidente do Governo costuma referir.

Os transportes continuam a ser o grande problema do nosso desenvolvimento. É um problema para a mobilidade dos cidadãos, é um problema para a economia regional, designadamente para aquilo que julgo que todos queremos que se desenvolva, que é um forte mercado interno aliado à consolidação da nossa capacidade produtiva, e até a ampliação da nossa base produtiva que nos torne numa economia menos dependente.

Mas não é só essa questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o palavreado de um capitalista!

O Orador: Hoje, quando olhamos para o perfil da nossa população ativa, continuamos a perceber que a nossa população ativa precisa de mais qualificações profissionais,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E aumentar a população ativa!

O Orador: ... mais qualificações académicas. Julgo que sobre isto estaremos de acordo.

Quando olhamos para as questões do emprego, aquilo que verificamos é que estamos com um problema de emprego gravíssimo.

Não querendo pôr em causa aquilo que foi a intervenção do Sr. Vice-Presidente sobre as grandes conquistas das políticas de emprego do Governo, a verdade é que estamos com um grave problema no emprego.

O Plano Operacional que o Governo apresentou até reflete, na negociação dos princípios, estas questões e estes problemas. Reflete certamente!

Ao nível da negociação dos princípios até posso dizer que é globalmente positivo, reflete até algumas das preocupações do PCP.

Mas depois o que é que vemos?

Vemos a repetição, que a receita é no essencial mais do mesmo.

Vejamos relativamente ao emprego.

O que é que se propõe relativamente às questões do emprego e do combate ao desemprego?

Apoio às empresas para a contratação, estágios e empreendedorismo, autoemprego.

É exatamente isso que tem vindo a ser feito pelo Governo Regional, ano após ano, programa após programa.

Quais são os resultados destas medidas e destas opções?

Os resultados, infelizmente, não são resultados que nos possamos orgulhar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça! Está a ouvir, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Temos efetivamente um grave problema de desemprego.

A questão é esta:

Quando olhamos para as propostas, o que é que verificamos na maior parte dos casos?

Uma repetição de uma receita que não tem dado os resultados que todos nós desejaríamos.

Portanto, não se trata aqui de nenhum ataque ao Governo. Julgo que o próprio Governo gostaria de ter obtido melhores resultados com estas medidas do que aqueles que obtém.

É isso que é necessário, é romper com essas opções que têm sido feitas ao nível, por exemplo, do emprego.

A verdade é esta: todos nos preocupamos com o trabalho, com os trabalhadores e com o desemprego. Sim senhor! Todos nós, legitimamente, nos preocupamos.

Mas a verdade é que quando olhamos para as medidas que são propostas pelo Governo no Plano Operacional, para os trabalhadores não vai nada.

Deputado Francisco César (PS): Vai!

O Orador: Não vai nada. É sempre a mesma coisa, vai sempre para o apoio às empresas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para as empresas do regime! Não é apoio às pequenas e médias empresas!

Deputado Francisco César (PS): Programas de emprego!

O Orador: Não vai não!

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, julgo que é necessário dar aqui mais alguma atenção às questões do emprego.

Falando de emprego tenho que falar, certamente, de formação profissional.

Quando fazemos a análise do Plano Operacional verificamos, sim senhor, que a questão da formação profissional continua a merecer muita atenção, continua a merecer muita afetação de recursos, mas mantendo um modelo que, como percebemos, quando olhamos para o passado e até agora, não tem dado resultados, porque a formação profissional, ao contrário daquilo que até é comumente aceite, não tem que ser desenhada para as necessidades do mercado, porque as necessidades do mercado hoje são umas e amanhã são diferentes.

Portanto, o modelo da formação profissional tem que ser um modelo que prepare os cidadãos para aquilo que acontece também, que é a introdução diária, semanal e mensal da inovação e tecnologia em diferentes profissões, seja das mais altamente qualificadas, seja de outras.

Só é possível fazer formação profissional, que possa surtir efeito, se ela tiver uma boa base académica e que dote os formandos de capacidade para poderem enfrentar não só as mudanças no perfil das suas profissões, que decorrem da inovação e da tecnologia,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não gaste o seu tempo, Sr. Deputado!

O Orador: Se não me interromperem, eu demoro menos tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai esgotar o tempo!

O Orador: Eu agradeço a vossa preocupação.

Deputado Francisco César (PS): O que eu acho extraordinário é o senhor dizer para não o interromper! Extraordinário! O senhor nunca interrompe ninguém!

O Orador: Está a descontar? O cronómetro está paradinho?

Presidente: Fazemos a devida tolerância.

O Orador: Tem que estar.

Para terminar (já que há tanta preocupação com a gestão, e eu agradeço a preocupação com a gestão do meu tempo de intervenção), se posso considerar que ao nível da enunciação de alguns princípios até posso concordar com eles, a verdade é que em termos da execução é necessário alterar a receita, porque esta

receita não tem resolvido o problema do desenvolvimento económico regional, não tem resolvido o problema da coesão social e económica na Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional - 9 minutos e 35 segundos;

PS – 24 minutos e 45 segundos;

CDS-PP – 25 minutos e 10 segundos;

PSD – 13 minutos e 15 segundos;

BE – 20 segundos;

PCP – 1 minuto;

PPM – 5 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos continuar com o debate. Estava inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente:

O Sr. Vice-Presidente foi à tribuna e além das críticas que nos fez...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Crítica nenhuma!

O Orador: ... esqueceu-se de reconhecer, como nós reconhecemos, que pese embora alguns avanços, houve sobretudo recuos nessa matéria.

O diagnóstico, Sr. Vice-Presidente, fomos os primeiros a reconhecer dali de cima que estava bem feito. Dissemos que sim.

O problema é o prognóstico que V. Exa. faz.

Deputado Berto Messias (PS): Só se pode fazer no fim!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Só no fim do jogo!

O Orador: Pois é! Até dá para brincar.

Só que a pobreza e as dificuldades que as famílias e as empresas açorianas passam não dá para brincar.

Deputado Francisco César (PS): Mas têm vindo a reduzir!

O Orador: A dose que o senhor quer dar é a mesma dose que vem a dar até agora, o que quer dizer que o “doente pode morrer da cura” que o senhor lhe quer dar. Isso é que é grave!

Há uma coisa que é comum ao seu discurso e ao discurso da bancada do Partido Socialista, que é a vitória!

Deputado Francisco César (PS): Somos do mesmo partido!

O Orador: Os açorianos, com dois Quadros Comunitários, lhe deram duas vitórias.

Deputado Francisco César (PS): E não são?

O Orador: Portanto, o que os senhores querem é ganhar eleições, não querem desenvolver os Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora aí está!

O Orador: Foram os senhores que admitiram isso. O que se passa na vossa defesa é isso: vitória, dizia V. Exa. em aparte. Duas vitórias!

Deputado Francisco César (PS): Não é vitória, é confiança!

O Orador: Dizia aquele senhor: ganhámos eleições!

O que querem é ganhar eleições!

Vamos a factos concretos, Sr. Vice-Presidente.

O coeficiente de Gini, que é um indicador da desigualdade.

Sabe em que lugar está os Açores?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O coeficiente de Gini não é um indicador de desigualdade. É de estatística!

O Orador: Eu vou ler-lhe...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O coeficiente de Gini é um indicador de estatística, não é um indicador de desigualdade!

O Orador: O coeficiente de Gini...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sei muito bem. Explique lá o que é isso!

O Orador: Indicador de desigualdade...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O seu colega de bancada explica-lhe o que é o coeficiente de Gini!

O Orador: Olhe, o senhor ainda vai ter que crescer um bocadinho para me passar atestado de ignorância! Mas vai ter que crescer um bocadinho!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor também vai ter que crescer um bocadinho para ter outra educação!

O Orador: Não senhor, Sr. Presidente. Quem está a ser mal-educado é o Sr. Vice-Presidente. Era isso que o senhor devia ter detetado logo como Presidente do Governo, mas ignorou.

Coeficiente de Gini, Sr. Vice-Presidente. Vou dizer-lhe o que é: é o indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição.

Lá diz o povo que “a ignorância é atrevida”, Sr. Vice-Presidente. O povo diz e tem razão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E é um índice composto!

O Orador: Coeficiente de Gini:

Somos a segunda Região do país em termos de desigualdade. Está satisfeito?!

Vamos à taxa de abandono escolar precoce, Sr. Vice-Presidente, uma década perdida com os seus Quadros Comunitários de Apoio.

Atualmente o abandono escolar precoce é 36,5, em 2013. Era 34 em 2012. Aumentou, em 2013, para 36, Sr. Vice-Presidente.

Sabe quando era 36%, a nível do país, o abandono escolar? Sabe em que ano, Sr. Vice-Presidente? Sabe?!

Em 2006, Sr. Vice-Presidente!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E quanto era na Região nessa altura?

O Orador: Sabe quanto é agora a nível do país, Sr. Vice-Presidente? 19%!

A Região tem o dobro da taxa de abandono escolar do país. A esse nível estamos uma década atrasados do continente. Não convergimos, divergimos, Sr. Vice-Presidente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é verdade!

O Orador: População jovem com formação superior: sabe qual é a percentagem nos Açores, Sr. Vice-Presidente? 16%!

Sabe a nível do país quando é que foi essa percentagem? Foi há dez anos, em 2004!

Divergimos, Sr. Vice-Presidente!

Resultados dos exames escolares: os piores do país, Sr. Vice-Presidente.

Formação ao longo da vida: Açores, a taxa mais baixa do país, Sr. Vice-Presidente.

Taxa de desemprego: Açores, 17%!

Sabe quanto era no início do PROCONVERGÊNCIA? Sabe melhor do que eu, com certeza, Sr. Vice-Presidente.

Aumentou! Ou seja, não foi eficaz a receita que o senhor preconizou.

Taxa de desemprego jovem: 39.6%, em 2013! Sabe o que é que isto quer dizer?

Que em cada dez, quatro jovens açorianos estão desempregados, Sr. Vice-Presidente.

Quais são as medidas que o senhor tem, além da receita costumeira que teve até agora e que deu nisto?

Piorou a taxa de desemprego jovem, Sr. Vice-Presidente!

Piorou a taxa de desemprego global, Sr. Vice-Presidente!

Piorou a taxa de abandono escolar, Sr. Vice-Presidente!

Onde é que o senhor melhorou, Sr. Vice-Presidente?

É isso que o senhor tem que explicar.

Sr. Vice-Presidente, os senhores tiveram um Pró-Rural, um Pró-Pescas, um Pró-Emprego, um PROCONVERGÊNCIA. Sabe onde é que acabou isto tudo, Sr. Vice-Presidente? No “galheiro”!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Tudo isto foi para o “galheiro”, Sr. Vice-Presidente! Porque andaram a sustentar dependências em vez de desenvolver os Açores.

Infelizmente é isso que os senhores querem fazer. Nós não concordamos e temos o direito de não concordar, embora perdendo eleições, Sr. Vice-Presidente, porque não é isso que nos preocupa.

Começou V. Exa. por criticar a forma que escolhemos para o debate. Pois o senhor critica esta ou outra qualquer.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que critica sempre!

O Orador: Quando fiz declarações políticas, o senhor criticou, porque não tinha tempo para o debate, o senhor e o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Mas qual debate?

O Orador: Escolhemos esta para haver tempo para o debate. Também não lhe serve, Sr. Vice-Presidente!

Qual é a que lhe serve?

Vai dizer para eu, na próxima, fazer aquilo que bem disser, Sr. Vice-Presidente.

O senhor não queria era debate, não queria que os açorianos soubessem estes números.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: Mas eles vão saber e têm que saber.

O debate não pode ser no Palácio de Sant’Ana. Tem que ser aqui, neste sítio público, no Parlamento, no local da Democracia dos Açores, Sr. Vice-Presidente.

Vou dar-lhe mais um exemplo: o investimento que os senhores fazem em investigação e desenvolvimento.

É vergonhosa a meta que os senhores querem! É a mais baixa do país, a mais baixa da Europa, tirando agora esses sessenta lugares que o senhor descobriu lá, para a Europa de Leste, que está mais atrasada que os Açores.

Sr. Vice-Presidente, qual é a taxa de investigação e desenvolvimento que os senhores não tiveram o rasgo de fazer?

Houve progressos! Com certeza que houve, Sr. Vice-Presidente.

Mais uma coisa da intervenção, profundamente demagógica, que o senhor fez aí:

Em 2008 e em 2009, quem é que dizia que havia crise nos Açores?

Respondam-me a essa pergunta com honestidade intelectual, para citar Berto Messias.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A crise não havia de chegar cá!

Deputado António Ventura (PSD): Havia ou não havia?

O Orador: Quem é que dizia que havia crise nos Açores?

Em 2008, não havia crise!

Em 2009, não havia crise!

Em 2010, não havia crise!

Em 2012, não havia crise!

Os senhores diziam: “ela chega mais tarde aos Açores e vai embora mais cedo”.

Os senhores é que sempre a negaram e por isso chegámos ao ponto em que estamos: os mais pobres da Europa, os mais atrasados da Europa e os mais atrasados de Portugal. É essa a realidade, com culpa vossa, porque apenas pensaram em ganhar eleições.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a falar não do passado.

Deputado Francisco César (PS): Não! Os senhores não fizeram outra coisa até agora!

Deputado José San-Bento (PS): Já é tarde, Sr. Deputado!

O Orador: Estamos a falar do presente, sobre a realidade. Estamos a falar sobre aquilo que sentem os açorianos neste momento.

A realidade e o presente, que felizmente tem esses maus indicadores sociais, resultam de uma política seguida.

Não podemos perspetivar uma nova política, que foi aquela que os senhores apresentaram, se efetivamente os protagonistas que seguiram esta que falhou são os mesmos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Que credibilidade tem este novo Programa Operacional se os protagonistas são os mesmos e com milhões à sua disposição?

Não se pode falar sobre o futuro sem avaliar quem nos trouxe até aqui. Quem nos trouxe até aqui obviamente não tem capacidade para nos tirar daqui, com estes maus resultados sociais.

Mas mais. O que o PS quer nesta Assembleia é efetivamente não falar sobre o presente, muito menos sobre o passado. Atirar para a frente, fazer de conta que não existe,...

Deputado Francisco César (PS): Não! Os senhores é que pretendem isso!

O Orador: ... criar novas expectativas, criar nova ilusão. Agora é que vai ser! Agora é que vamos resolver o problema!

Essa venda de ilusão para a frente, fazendo esquecer e passando uma borracha nos problemas atuais dos açorianos, é a nova tática, é a nova estratégia.

Deputado José San-Bento (PS): É o que o senhor tenta fazer!

O Orador: “É agora que vamos resolver com estes milhões todos; temos novos programas de incentivos; vamos atingir tantos resultados”, fazendo conta que não existe o problema.

Deputado Francisco César (PS): Não existe o problema?

O Orador: Quando há uma culpa, já estamos habituados. A culpa ou é da crise, ou é do Governo da República,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nunca é deles!

O Orador: ... ou é da oposição e até a culpa pode ser do ADN dos açorianos, no caso do insucesso escolar, mas nunca é de quem governa os Açores.

A culpa nunca é de quem governa os Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assumam humildemente o vosso falhanço, a vossa ineficácia, perante os milhões e a autonomia que tiveram ao vosso dispor!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É inaceitável dizerem que se orgulham dos resultados atuais com autonomia e tantos milhões à vossa disposição. Este é o vosso problema.

É inaceitável, é vergonhoso para esta Casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Vice-Presidente, demagogia é o senhor ter ido àquela tribuna e, dos dois objetivos para o Quadro Comunitário 2007/2013, ter falado sobre os 70% e ter esquecido, propositadamente, o melhor objetivo que foi anunciado, que foi aumentar o emprego para as pessoas.

Isto é que é demagogia, ter esquecido o principal objetivo e ter só falado num.

Isto é que é demagogia!

Quando a crise veio (e isto também é demagogia!), os senhores anunciaram como “amortecedor” da crise nos Açores a via açoriana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A culpa continua a ser sempre da crise. Não funcionou os milhões, não funcionou a autonomia, não funcionou a via açoriana...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e a culpa é sempre da crise. Isto é que é demagogia! É dizer isto nesta Casa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Fazer esquecer propositadamente o trabalho das pessoas, atirando sempre a culpa para os outros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD não governa os Açores. O PSD quando foi chamado a contribuir apresentou o seu contributo.

Deputado Francisco César (PS): Qual foi?

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: A 10-03-2013 apresentou o seu contributo.

Agora, se os senhores se demitiram de governar os Açores digam. Os senhores não querem é governar os Açores.

A grande questão é saber quando é que os senhores passam a governar os Açores e passar a governar para os problemas dos Açores.

Não fujam aos problemas. Admitam os problemas!

Também admitam que falharam nos problemas.

Credibilidade, Sr. Vice-Presidente, é quando assistimos sistematicamente, quase semanalmente, ao anúncio de novos programas, novas ações, novos projetos e a realidade se afunda.

Quando por exemplo, se diz, que há um aumento de empresas nos Açores, que a criação de empresas nos Açores aumentou, mas o desemprego não baixa.

“Ah, as exportações nos Açores aumentaram!” Mas a pobreza não baixa.

“A bota não bate com a perdigota!”

A realidade é diferente da propaganda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E os senhores estão fixados na propaganda e isto é um tique de autoritarismo, isto é um tique de quem governa os Açores há dezoito anos, isto é um tique de quem quer manter o poder.

Este é que é o vosso problema. Governam para as eleições e não governam para o problema dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Srs. Deputados da oposição, na sua maioria, vêm aqui dizer que querem debater, debater e debater... Aquilo que ouvimos é crítica, crítica, crítica e mais crítica!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! O senhor está sempre a criticar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Rebata estes números!

O Orador: Zero de propositura!

Os senhores vêm falar dos seus contributos. Nós não os conhecemos!

Peço desculpa! Conhecemos as propostas do PSD!

Conhecemos a prospeção de petróleo nos Açores como cura para o desemprego.

Deputado Luís Maurício (PSD): É sempre o mesmo! Fica-lhe mal dizer isso!

O Orador: Conhecemos a maior presença das Câmaras de Comércio na avaliação do Quadro Comunitário de Apoio quando elas estão proibidas de o fazer pela legislação comunitária.

Conhecemos outras propostas que estão nesta Assembleia, que o Governo já as apresentou.

Ou então ouvimos intenções, intenções, que nunca se materializam.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Seja politicamente sério!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores é que escreveram aquilo!

O Orador: Se os senhores tivessem propostas na mesma quantidade das vezes com que criticam o Governo, não faríamos outra coisa nesta Assembleia senão discutir propostas do Partido Social Democrata.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O facto é que raramente as fazemos.

Os senhores querem falar do passado, como se isso nos envergonhasse.

Deputado António Ventura (PSD): Não é do passado, é do presente!

O Orador: Sr. Deputado, os senhores deviam ter vergonha da forma como colocam esta situação.

O seu Governo apresentou a maior carga de impostos da história...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... da Democracia portuguesa.

O seu Governo apresentou a maior carga de austeridade da história da Democracia portuguesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que José Seguro diz que não retira!

O Orador: O senhor aumentou a dívida, destruiu o emprego, destruiu empresas e os senhores não querem pelo menos considerar que nos Açores isso tivesse algum efeito.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a via açoriana?

O Orador: É preciso ter topete para apresentar nesta Assembleia as coisas como os senhores apresentam.

Dizer que a crise internacional, a crise do vosso partido, não teve qualquer influência nos Açores, é não ter noção nenhuma de como funciona a economia e de como funciona a sociedade.

Mesmo assim vêm apresentar números. Há números, de facto, que não são aqueles que gostaríamos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Todos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual deles é que gosta?

O Orador: Mas o facto é que em dez anos convergimos com a União Europeia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não convergiu nada!

O Orador: Em dez anos convergimos com o país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não convergiu!

O Orador: Em dez anos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em quê?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga lá um número!

O Orador: ... subimos o nível de riqueza da nossa Região acima de sessenta regiões da União Europeia.

Os senhores desvalorizam, mas isto é verdade.

Os senhores falam em resultados. Hoje temos um tecido agrícola, desde a produção, desde a transformação, desde a comercialização...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos muito mais pobres para a União Europeia!

O Orador: ... com maior prosperidade, com maior riqueza e com capacidade de empregabilidade.

Hoje, temos um setor da pesca (sim, tem dificuldades!)...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ainda ontem!

O Orador: ... estruturante na exportação dos Açores.

Os senhores falam da educação.

Sras. e Srs. Deputados, temos orgulho naquilo que fizemos na educação.

Infraestruturámos um parque escolar que não era trabalhado nem recuperado há anos. Hoje temos um parque escolar moderno, hoje temos um parque escolar pronto a trabalhar para a educação dos açorianos.

Temos resultados! Temos!

Temos uma taxa de analfabetismo abaixo da do país. Sobre isso o senhor não fala.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são os resultados?!

O Orador: Reduzimos a taxa de mortalidade infantil em 53%. O senhor não fala disso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: O senhor não fala que em dez anos reduziu-se a taxa de mortalidade infantil?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A mortalidade?

O Orador: O senhor não fala em aumentar em 26% os tratamentos providenciais do Sistema Regional de Saúde?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falo, falo!

O Orador: Em mais de 78% as consultas de especialidade?

Deputado Luís Maurício (PSD): Foram os senhores responsáveis pelas listas!
Seja sério!

O Orador: Hoje temos uma rede hospitalar moderna. Temos orgulho na obra que fizemos.

O senhor fala do turismo?

Tínhamos duzentas mil dormidas há cerca de dezasseis anos. Hoje temos mais de um milhão de dormidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos hotéis já fecharam?

Sr. Vice-Presidente, corrija o Sr. Deputado!

O Orador: E o senhor vem dizer que não trabalhamos? Que não criamos um setor próspero? Um novo pilar para a economia açoriana, que se encontra em crescimento, que se encontra em transformação? Temos orgulho na obra que fizemos, porque não a fizemos sozinhos. Fizemo-la com os açorianos, fizemo-la em parceria com resultados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Principalmente com os da pobreza!

O Orador: Sabem, Srs. Deputados, estamos orgulhosos da obra que fizemos, mas estamos insatisfeitos, porque há muita obra ainda para fazer.

É necessário melhorar a competitividade das empresas, a sua especialização, o seu valor acrescentado, a sua capacidade para trabalharem entre si, para se aglomerarem, para construírem “clusters”, para melhorarem a sua capacidade exportadora, para criarem emprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lá vem o discurso da ilusão!

O Orador: Se os Srs. Deputados fossem tão rápidos a propor da mesma forma que são rápidos a destruir... Trabalhem connosco!

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores não querem!

O Orador: Trabalhem com os açorianos.

Aproveitem a confiança que também vos foi dada para trabalhar em prol dos Açores,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se pode trabalhar com quem não trabalha!

O Orador: ... porque não esquecemos os resultados que tivemos e vamos trabalhar.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não nos entendemos.

O Orador: É difícil, Sra. Presidente.

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Francisco César termine a sua intervenção.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olha logo quem veio falar de trabalho! Não podia vir de outro lado!

O Orador: Sr. Deputado, Joaquim Machado, tem alguma coisa a dizer?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para mim é fácil de falar, ainda mais de trabalho!

O Orador: Então inscreva-se!

Deputado José San-Bento (PS): Ele precisa de autorização para falar!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Joaquim Machado, inscreva-se!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faça o mesmo, Sr. Deputado!

O Orador: É tão fácil falar, mas é melhor mandar!

Temos orgulho nos resultados da nossa governação.

Sabemos que há coisas a melhorar, que há aspetos a melhorar, mas estamos aqui para discutir o futuro, para trabalhar com este Quadro Comunitário e com o novo COMPETIR+.

Aquilo que lamentamos é que a oposição nos Açores não tenha tido capacidade para o fazer.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem que trabalhar mais as suas intervenções!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Agora sim, uma intervenção serena do CDS!

O Orador: Falamos no plano que está aqui em discussão de mudança de paradigma.

A questão é que o paradigma é uma mudança de visão.

Aparentemente, para fazermos uma mudança de visão temos que fazer um diagnóstico.

É evidente que não falamos com prazer das coisas más.

Deputado Francisco César (PS): Não parece!

O Orador: Falamos com preocupação daquilo que está mau, para que possamos melhorar no futuro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É essa a nossa postura.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é um registo responsável!

Deputado Francisco César (PS): Aprenda Sr. Deputado!

O Orador: A questão é que para sermos responsáveis nas propostas que fazemos, também era preciso que houvesse responsabilidade da bancada do Partido Socialista que ouve as propostas e a primeira coisa que faz é vir criticá-las sem fundamento.

Deputado Berto Messias (PS): Estragou tudo agora!

O Orador: O que nos preocupa no Plano Operacional para os Açores é, por exemplo, que se olhe muito para a execução orçamental e não se faça uma avaliação dos descritores que estão subjacentes a cada um dos objetivos.

Há objetivos inequivocamente válidos no Plano Operacional.

No entanto preocupa-nos quando no PROCONVERGÊNCIA a estratégia para o emprego é fomentar e facilitar a atividade empresarial como forma de criar novos postos de trabalho.

Ora, isso relaciona-se com as empresas já existentes.

Preocupa-nos, quando isto não funcionou, que o PO seja a continuidade, mas de forma mais intensa, para as abordagens desenvolvidas no âmbito do PROCONVERGÊNCIA e do Pró-Emprego.

Preocupa-nos que as estratégias para a empregabilidade continuem a apoiar o trabalho inseguro em vez de um trabalho seguro, ou seja, trabalho precário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O CDS a falar de trabalho precário! Estou a ver o Portas!

O Orador: Esta é uma das nossas preocupações.

Preocupa-nos, por exemplo, que, em termos de modernização da saúde, se invista 8,7 milhões de euros a modernizar equipamentos de saúde (Ciber-Saúde no PROCONVERGÊNCIA) e que agora se invistam doze milhões de euros, com o mesmo objetivo, mas que vai para a Administração Pública, em linha: aprendizagem em linha, cultura em linha, saúde em linha!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um desastre!

O Orador: Tudo se vai fazer pelo telefone nesta Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Então o que é apostámos em termos de modernização...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... dos equipamentos de saúde na Ciber-Saúde?

É uma preocupação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a aprender Sr. Deputado Berto Messias?

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim! Eu aprendo todos os dias! Mas há alguns que não aprendem nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe para o lado!

O Orador: É uma preocupação quando as estratégias para as alterações climáticas globais não estão devidamente enquadradas e pensadas em todos os programas, não só no PO Açores, mas em todos os outros projetos europeus que aí vêm.

A economia do carbono é fundamental nessa lógica das alterações climáticas, porque através da economia do carbono podemos ter barcos eficientes, podemos apostar em energias mais eficientes na Região e podemos inclusivamente internalizar nos produtos açorianos a não produção de CO₂. Isto gera emprego, isto gera riqueza!

Mas só gera riqueza se houver investigação e não é uma investigação centrada nos serviços públicos que fazem investigação. É investigação que tem objetivos muito concretos.

Não podemos dizer que apostamos largamente, por exemplo, na Aquacultura, quando no nosso PO, aquele que estamos a debater, apenas vamos ter um projeto experimental.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é aqui! Oh senhor, não diga uma coisa dessas!

O Orador: O que acontece é que há muito a fazer, há muito a alterar para que os programas sejam eficientes. É disso que estamos a falar, na necessidade de alterarmos o paradigma, em que o paradigma não se altera.

Portanto, o que acontece é que o investimento na investigação e desenvolvimento é ainda baixo. Temos 2,7%! Ainda não atingimos o valor nacional, ou seja, o valor que é previsto para a investigação, que é fundamental para a valorização dos nossos produtos. É de 2,7%, enquanto que nos Quadros Comunitários anteriores apostámos 0,4% do PIB.

Temos que definir claramente quais são os rumos, fazer a intrusão das políticas, fazer a intrusão dos eixos prioritários, porque eles são fundamentais.

Temos um conjunto de propostas claríssimas para dar. Não as damos, porque não há vontade de discuti-las, porque cada vez que se apresenta uma proposta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vêm as críticas!

O Orador: ... vem logo as críticas de imediato.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Qualquer proposta é sujeita à crítica!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ah! Os senhores agora defendem a crítica!

O Orador: É sujeita à crítica, mas há uma discussão que pode ser extremamente positiva.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas há a elegância!

O Orador: É apenas desacreditar o trabalho que qualquer um pode fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que pensávamos que aqui seria debatido, e com gosto, era a nossa proposta para os próximos sete anos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não! Vamos debater a pobreza!

O Orador: Essa proposta que vos foi distribuída identifica claramente os problemas da nossa Região. Assumimos a sua existência e definimos a estratégia como os queremos resolver.

O que é importante neste momento não é ficar pela existência dos problemas.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas vai ficar!

O Orador: Isso fizemos nós, neste Programa. Dizemos: temos estes problemas, assumimos estes problemas e queremos resolver estes problemas desta forma.

O que assistimos aqui, na maioria das intervenções, foi ficar no problema...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é a fuga para frente!

O Orador: ... e não contribuir para a resolução desse problema.

Não vimos aqui ideias! Não vimos aqui alternativas! Não vimos aqui propostas!

O que os açorianos querem é que se juntem a nós na identificação da estratégia,...

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É!... É!... Palmas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os açorianos sabem o que os senhores sozinhos não sabem!

O Orador: ... das propostas e das ideias, para que os Açores, em 2020, seja melhor do que aquilo que é hoje. É o nosso contributo!

É possível fazer mais e melhor?

É possível sempre fazer mais e melhor!

Mas seremos capazes de fazer mais e melhor sempre quantos mais contribuirmos para a solução e quantos menos ficarem apenas no problema.

Somos para os açorianos a solução e um contributo para a solução.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Queremos que os problemas sejam identificados e assumidos, mas o nosso debate não acaba nos problemas.

O nosso debate começa nos problemas e acaba nas soluções!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É isso que damos aos açorianos e, infelizmente, não tivemos aqui um contributo construtivo para acrescentar a isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais do mesmo!

O Orador: É preciso distinguir claramente para quem os problemas são a sua razão de existir, são a sua alegria e quem considera os problemas aquilo que nos move a trabalhar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a sua alegria!

O Orador: ... e a superar.

Há quem queira ficar sempre nos problemas. Há quem queira resolver os problemas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós seremos sempre aqueles que, com falhas, com erros, com omissões, podendo sempre fazer mais e melhor do que fazemos, como qualquer

ser humano, queremos os contributos de todos para que, sabendo dos problemas, nos ajudem na estratégia, nos ajudem no caminho para os resolver.

Até agora tenho que assumir que, neste debate, ideias, propostas, projetos, tirando uma parte da intervenção, que valorizo bastante, do Sr. Deputado Félix Rodrigues, não se assistiu aqui.

Isso faz com que apenas possamos tirar uma conclusão:

Ao Governo, a este Governo, implica exigir ainda mais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca disseram! Os senhores são hipócritas!

O Orador: ... para que tenhamos a cada momento que reforçar o nosso trabalho para fazer mais e melhor do que fazemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hipocrisia!

O Orador: Sabemos e queremos fazer mais e melhor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não são demagogos! Os senhores são hipócritas! Já não se chama demagogia! Chama-se hipocrisia!

O Orador: Queremos fazer mais e melhor!

Sabemos, e os senhores identificaram, quais são os nossos problemas. Elaborámos com transparência o diagnóstico desses problemas, mas não ficámos aí.

Dissemos e propusemos a solução para a resolução...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hipocrisia!

O Orador: ... e para enfrentar esses problemas.

É essa resolução, é essa estratégia, é esse caminho que identificámos, que queremos.

Sabemos que poderá ser ainda melhor com o vosso contributo, quando os senhores acharem que devem dar esse contributo e assim passar este debate de um debate destrutivo para um debate construtivo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o senhor aceita?

O Orador: ... a favor da construção de uns Açores melhor em 2020!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, quando faltam os argumentos ataca-se e tenta-se ridicularizar a oposição, mas saiba o senhor que não é o PSD que está a ser ridicularizado ou atacado, são os açorianos que os senhores estão a atacar e estão a ridicularizar!

Deputado José Ávila (PS): Está enganado!

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade!

O Orador: É essa tentativa que os senhores estão a fazer.

Não é a nós que nos atingem! Atingem é os açorianos!

Os problemas continuam.

Não é atacando o PSD que os problemas desaparecem. É governando sobre os problemas que eles desaparecem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Deputado Francisco César, fiquei contente por saber que afinal José Seguro vai fazer tudo diferente do que fez até agora.

Deputado António Marinho (PSD): Ele nem gosta dele!

O Orador: Vai baixar impostos!

Aliás, até ontem, na entrevista na SIC, fiquei sem saber se vai baixar ou não, mas o senhor pode clarificar.

A única afirmação que foi feita foi “apenas me comprometo a não aumentar a carga fiscal”.

Bom, isto tem duas leituras: significa que aceita as últimas medidas anunciadas pelo Governo da República e aceita as outras medidas; a outra leitura é que o mais difícil já está feito, agora é governar.

Mas nós não queremos outra vez facilitismo e desresponsabilização. É isto que vai pesar em todos os atos eleitorais, os que são responsáveis e os que são irresponsáveis!

Deputado Rogério Veiros (PS): Os senhores querem é austeridade em cima de austeridade! Querem dar cabo do país, das empresas e das famílias!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, a 10-05-2013 entregámos o nosso contributo sobre os Fundos Comunitários, um conjunto de páginas sobre a nossa perspetiva, sobre a nossa visão. Mas não temos os meios técnicos de relacionamento, nem o dinheiro para governar.

Das perspetivas e da visão está ali o Governo que foi mandatado para fazer as ações com base nesses princípios e nessas visões. Isto é que se chama governar. Não é esperar que a oposição governe.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, podem acusar-nos de muita coisa, agora de não governar, não é possível!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, apesar de sermos irrelevantes, sempre demos o nosso contributo nesta Casa quando fomos chamados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Ventura, há aqui um problema que o senhor não percebeu. É que os senhores não são irrelevantes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem disse isso não fomos nós!

O Orador: O problema é esse! É que o seu partido é relevante para a Democracia nos Açores.

Interessa termos qualidade nos seus contributos, não é?

O senhor disse: “apesar de sermos irrelevantes”.

Não! Não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores têm de se entender!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Presidente do Governo é que considerou a oposição irrelevante!

Deputado Luís Garcia (PSD): Entenda-se com o Sr. Presidente do Governo!

O Orador: Eu conheço muito bem o contexto em que essas declarações foram feitas e não foi esse.

O problema é que queremos conhecer as vossas propostas. O problema é que elas têm que ser concretizadas.

Os senhores não se podem escudar sempre atrás dos meios técnicos e não terem capacidade para fazer determinado tipo de coisas. Não podem.

Os senhores não chegar e dizer: “bom, não tivemos tempo para entregar a proposta da RTP; bom, fizemos uma proposta para extrair petróleo, porque não tivemos meios!”

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja honesto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: Os senhores têm responsabilidades.

Nós necessitamos de uma oposição com qualidade e com proponência.

Podem acusar-nos de muita coisa. Aliás, os senhores têm que se entender sobre essa matéria.

Os senhores não podem, de manhã, acusar o Governo de excesso de medidas e, à tarde, de não governar. Entendam-se!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que não se entendem uns com os outros!

O Orador: O Partido Socialista e o Governo, que é por ele apoiado, têm sido incansáveis no combate à crise:

No apoio social, em medidas que permitam às famílias conseguir enfrentar as suas dificuldades;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Peça ajuda a mais alguém, porque os senhores não estão a conseguir!

O Orador: Tem sido fundamental no sentido de conseguir resolver um dos problemas que temos, a qualificação dos nossos desempregados, com programas sucessivos no sentido de melhorar essas dificuldades;

Temos sido incansáveis no sentido de conseguir providenciar crédito às empresas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com o microcrédito tem-se visto!

O Orador: ... com medidas, com linhas de crédito, com sistemas de incentivos muito favoráveis.

Sabe que mais, Sr. Deputado?

Tivemos consciência disso neste Quadro Comunitário, no sistema de incentivos COMPETIR+.

Tivemos consciência de que é necessário exportar, que é necessário valorizar os nossos produtos e é necessário ter um sistema que ajude a que isso seja concretizado, a que as empresas se juntem, que construam, que juntas ganhem massa crítica.

O senhor chega aqui critica, critica, critica... Acaba por não dizer nada!

Sr. Deputado, há uma responsabilidade da oposição, do maior partido da oposição, do seu líder, de propor, de ter responsabilidade nas medidas que apresenta.

Fizemos o nosso papel.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mal!

O Orador: Apresentamos o Programa Operacional, apresentamos um sistema de incentivos inédito que aposta no emprego e na competitividade.

Fizemos o nosso papel. Ouvimos a oposição, ouvimos os parceiros sociais.

Quais foram as críticas dos parceiros sociais que o Partido Social Democrata ouviu sobre o sistema de incentivos? Diga aqui quais foram!

O programa de incentivos COMPETIR+ foi elogiado por todos os parceiros sociais.

Nós preparámos estes programas porque temos noção da conjuntura que nos encontramos, da austeridade que vem do continente.

A semana passada o Governo da República anunciou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já cá faltava!

O Orador: ... uma reposição de rendimento aos funcionários públicos, quando na verdade apresentou um pacote de austeridade de 2.300 milhões de euros.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Seguro?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O seu candidato às europeias o que é que diz?

O Orador: Temos que ter capacidade de proponência, uma capacidade de corresponsabilidade, para conseguir ajudar as empresas e as famílias em setores que são fundamentais para a nossa economia, percebendo, ilha a ilha, quais são aquelas que necessitam de ter maior ajuda, maior capacitação produtiva. É isto que este programa tem em atenção.

É isto que infelizmente os senhores se recusam a responder, recusam a trabalhar connosco para conseguir melhorar estes programas. Criticam, criticam, criticam e acabamos por não ter qualquer tipo de resultado.

Deputado Luís Garcia (PSD): A vossa governação é que não tem resultados!

O Orador: Srs. Deputados, aquilo que vos posso dizer é que se o vosso comportamento, a vossa proponência, fossem avaliados por este sistema incentivos, os senhores acabavam por não ser apoiados em praticamente nada, porque a vossa proponência não tem capacidade de ter qualquer tipo de resultados para a economia açoriana.

Deputado Luís Garcia (PSD): E isso resolve o problema dos açorianos?! Isso é conversa!

O Orador: Nós, pelo contrário, continuaremos a trabalhar convosco, com os parceiros sociais, com os açorianos que quiserem continuar a dar o seu contributo para conseguir desenvolver a nossa terra, para conseguir ultrapassar as dificuldades. Em suma, para conseguirmos ter os Açores melhor preparado para o futuro.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso foi muito mal ensaiado!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Sr. Vice-Presidente, disse V. Exa. ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Vou deixar a câmara acalmar. Sr. Deputado Bruto da Costa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu?! Eu não falei!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sim, sim! O Sr. Deputado Artur Lima gosta muito de acalmar!

Presidente: Não é preciso, Sr. Deputado. Faça o favor.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Eles vão permitir.

O Orador: Eles estão um bocadinho excitados. É normal, dado o assunto!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que fique registado que o Deputado Artur Lima vai acalmar a câmara!

O Orador: Pronto! E acalmei!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Sr. Vice-Presidente disse que os problemas são a nossa alegria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não referi nomes!

O Orador: A alegria da oposição são os problemas!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estava a referir-me a quem?

O Orador: Eu vou citar a sua frase, Sr. Vice-Presidente, para não cometer erros, porque o senhor é muito rigoroso: “para alguns, os problemas são a sua alegria”. Ponto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor é que enfiou o barrete?

Não! Não me diga que enfiou esse barrete!

O Orador: Eu devo dizer-lhe, Sr. Vice-Presidente...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Disse alguns! Não estava a falar de si!

O Orador: Ah! Não era para mim? Então vou passar essa parte.

O problema, Sr. Vice-Presidente do Governo, são os resultados. Falta resultados e é isso que temos que avaliar.

O que estamos a tentar perceber com este debate é como é que os senhores vão conseguir alcançar esses resultados, naqueles indicadores que aqui referimos.

Vou dizer-lhe uma coisa: são os senhores que têm números, que têm dados. Nós não temos.

As propostas que podemos fazer são da análise que fazemos do PO. Não temos dados concretos, salvo aqueles que temos, sabe de quem, Sr. Vice-Presidente? Do Instituto Nacional de Estatística, porque os senhores não fornecem dados, os senhores não têm estatísticas.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Consulte o INE!

O Orador: Os senhores têm uma estatística menorizada, menor apenas em alguns indicadores que os senhores não querem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que é que faz o INE?

O Orador: Os senhores mandam para o INE, não divulgam aqui.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Na esperança que os senhores consultem!

O Orador: Os senhores já tiveram estatísticas como deve ser, nomeadamente na saúde, que os senhores acabaram.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: Percebe, Sr. Presidente?

Olhe, uma das propostas é que invistam dinheiro num serviço de estatística como deve ser. Os senhores não têm e não querem, porque favorece-vos as pessoas não conhecerem e nós também não conhecermos.

Sr. Deputado Francisco César, já aqui elogiei a descida na taxa de mortalidade infantil, várias vezes. O senhor é que está falto de memória.

Deputado Francisco César (PS): Então por que é que não fala neste debate nisso?

O Orador: Ouça! Como não falei neste debate na taxa de mortalidade geral. Sabe quanto é a esperança de vida de um açoriano hoje em dia? Sabe quanto é, Sr. Deputado Francisco César? É cerca de três anos inferior a um continental.

Deputado José San-Bento (PS): Como era há dez anos!

O Orador: Três anos, Sr. Deputado. Não fui eu que fiz os números. São números do Instituto Nacional de Estatística.

Deputado Francisco César (PS): Há números bons e há números maus! É isso que o senhor quer dizer!

O Orador: A taxa de mortalidade por doença isquémica do coração é o dobro do continente, por diabetes a mesma coisa, Sr. Deputado Francisco César. Também não falei nesses números, Sr. Deputado Francisco César, mas podia falar.

Deputado Francisco César (PS): Então o senhor concorda comigo!

O Orador: Quanto ao turismo, Sr. Deputado Francisco César, tenho aqui alguns gráficos, singelos, com certeza.

Olhe: números de hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros nos Açores... Está a ver? Desce até 2013!

Deputado Francisco César (PS): Estão a subir agora!

O Orador: Número de hóspedes e de dormidas... Está a ver? Veio de 1 milhão e 200 mil, como o senhor bem disse.

Agora onde é que está, Sr. Deputado? Diga lá!

Deputado Francisco César (PS): Acima de 1 milhão!

O Orador: Desceu ou subiu em 2013?

Deputado Francisco César (PS): Estão a subir agora!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até às eleições é sempre a subir!

O Orador: Finais de 2013, desceu.

Receitas dos estabelecimentos hoteleiros nos Açores... Subiu ou desceu, Sr. Deputado? Olhe para o gráfico? Subiu ou desceu? Finais de 2013. São os números que eu tenho. Eu tenho números de 2013, Sr. Deputado. Desceu!

Podia continuar por aqui abaixo.

O turismo, hoje em dia, tem sido para os senhores um ziguezague, ora suecos, ora dinamarqueses, ora franceses, ora espanhóis... Enfim! No fim não deu certo, porque os senhores ainda não criaram um turismo sustentável nos Açores. Pode ser que venha a seguir, não sei! Agora, se a receita é a mesma não vai dar certo. Se a receita, em vez do Requalificar é o Requalificar +, não vai dar certo Sr. Vice-Presidente; em vez do Formar é o Formar +, não vai dar certo, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E se fosse Formar -, dava?

O Orador: O problema, Sr. Deputado Francisco César, do Governo, é a falta de resultados. Apresentem resultados!

O senhor não referiu nem me disse como é que vai contrariar os números...

Deputado Francisco César (PS): Já disse três vezes!

O Orador: ... do abandono escolar, da criação de emprego.

Como é que vai contrariar? Não é com a mesma receita de até agora.

Sabe o que é que a receita deu em dez anos?

Foi passar de 3% da taxa de desemprego para 17% de taxa de desemprego! Foi o que a receita deu em três anos.

Deputado Francisco César (PS): A crise não tem nada a ver com isso!

O Orador: A crise!

Deputado Francisco César (PS): Ah!

O Orador: Afinal o senhor já é dos que diz que havia crise? Fico-me por aqui.

Deputado Francisco César (PS): Não há crise no país?

Deputado Luís Garcia (PSD): E a via açoriana?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, o senhor fala, fala, fala... Fala sobre os parceiros sociais, fala sobre a auscultação, fala sobre a participação.

Deixe-me ler um parágrafo da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, entregue a 22 de abril deste ano, sobre aquilo que o senhor diz que foi feito, essa grande participação:

“A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores considera indispensável que haja um debate aprofundado...

Deputado Francisco César (PS): E houve!

O Orador: ... sobre as opções e estratégias, e em particular sobre a regulamentação e implementação das ações, e muito em especial sobre a afetação dos recursos. É necessário que este Programa Operacional altere significativamente o percurso dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, que não conduziram à criação de uma economia mais autossustentável.”

Isto foi entregue depois do senhor ter dito que tinha havido uma grande participação da sociedade organizada e um grande debate e recebeu contributos. Se efetivamente o parecer continua a dizer isto é porque não foi feito,...

Deputado António Marinho (PSD): Está aqui escrito!

O Orador: ... como o senhor está a dizer.

A propaganda continua a ser outra vez diferente da realidade. É esta a verdade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Deram todos parecer favorável!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação. No sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Sendo assim, vamos interromper os trabalhos para almoço e regressamos às 15 para concluirmos o debate.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 13 minutos.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ainda sobre o Plano Operacional e a discussão que está a decorrer por iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP, gostaria, nesta última intervenção, de me referir a um aspeto que também considero muito importante e sobre o qual há necessidade de não só fazer uma profunda reflexão e avaliação, mas sobretudo introduzir alterações de modo a que os resultados possam ser, também aqui nesta área, diferentes daqueles que têm sido até agora.

É inegável que o esforço que foi feito ao nível do parque escolar é muito importante e significativo, embora a Representação Parlamentar do PCP considere que a concentração escolar, em grandes unidades orgânicas é um erro profundo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Aliás, pode levar ao encerramento de um vasto conjunto de escolas do 1.º ciclo do ensino básico, com todos os efeitos perversos que isso teve em termos da coesão territorial de entre outros.

Estou a falar de educação. E estou a falar de educação, porque efetivamente é necessário que se faça essa reflexão e essa avaliação.

A introdução precoce de vias diferenciadas de ensino, como tem sido feito no sistema educativo regional, não resolve o problema. Mantém as nossas crianças e jovens no sistema,...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... mas não contribui efetivamente para os resultados.

Os resultados são aqueles que todos conhecemos. Têm a ver com a forma como está organizado o sistema educativo regional, mas têm a ver com uma coisa que é fundamental, que é o facto de sermos uma das regiões mais pobres da União Europeia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Não havendo...

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Chegados a este ponto do debate não deixa de ser interessante a “fuga para a frente” que é feita pelo Governo e pelo Partido Socialista.

Chegámos ao cúmulo de ouvir aqui, quer por parte do Partido Socialista, quer por parte do Governo, que a oposição apresente soluções, que a oposição apresente propostas, quando é o próprio Governo que não tem soluções, nem tem propostas.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado, estamos a discutir uma delas!

O Orador: É hilariante esta questão de nos virem para aqui desafiar.

Quando se pergunta qual é a solução para combater o abandono escolar precoce, não têm!

Qual é a solução para terem melhores resultados na educação, não têm!

É mais do mesmo!

Qual é a solução para combater o desemprego, não têm!

Antes era o COMPETIR. Agora o COMPETIR+.

Antes era o REATIVAR. Agora é o REATIVAR+.

É aquilo que os senhores tanto criticam: atirar dinheiro para cima dos problemas. Atirando dinheiro para cima dos problemas os senhores não vão conseguir resolver nada.

Reafirmo que este Quadro Comunitário de Apoio, este Programa Operacional, não vai resolver o problema dos Açores, tal como nós dizíamos relativamente

ao PROCONVERGENCIA que não resolveu. Piorou o desemprego, piorou a saúde e piorou a educação.

A educação é gritante. Em vez apostarem na educação apostaram no betão. O resultado é o que está à vista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo, nesta fase final do debate, reafirmar aquela que é a posição do PPM.

A questão tem a ver com uma definição de prioridades com que concordamos, uma definição de eixos de atuação com que concordamos.

O que temos verificado é que neste momento a questão essencialmente é de carácter político.

A questão tem a ver com a sua execução e com a capacidade de execução.

Essa capacidade de execução, essa capacidade de criatividade, essa capacidade de adaptação aos problemas, de energia, de vontade de superar as questões, de vontade de estabelecer uma meta de transformar os Açores numa das regiões mais ricas da Europa, desapareceu no projeto político do Partido Socialista.

O Partido Socialista é um partido cansado.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, estamos cheios de energia! Aqui ninguém está cansado, Sr. Deputado!

O Orador: Após dezoito anos de poder, o Partido Socialista não tem hoje criatividade, o Partido Socialista não tem capacidade de resposta, o Partido Socialista arrasta-se no Governo.

O problema, meus senhores, é político.

É necessário que exista renovação, é necessário novas ideias, é necessário novo espírito para resolver os problemas.

Podem dizer que o Presidente do Governo Regional, hoje, é diferente, mas o problema é que o apoio político que o sustenta e o projeto político são velhos. É um projeto político sem energia, sem ambição, gasto e visto.

É essa a principal questão que nos traz a este debate, a dificuldade de transmitir um espírito de missão, de energia dos departamentos do Governo, de toda a administração regional. Todos os agentes políticos trabalham com esta energia, uma energia que tem a ver com a crença absoluta que é possível dar a volta a esta situação.

O Partido Socialista, após quase duas décadas no Governo, já não tem esta energia, já não tem esta mensagem de renovação, já não tem esta capacidade de dar a volta por cima.

Esse é o problema mais grave que a nossa Região atravessa.

Na concretização deste Plano Operacional vamos ver aquilo que temos visto ao longo dos últimos anos, que é um Governo que gere as existências, um Governo que não tem a energia necessária para enfrentar estes problemas. Um Governo que enfrenta um problema fundamental, que é ele próprio, a falta de energia, a falta de ambição, a falta de um espírito de missão e de ambição, de transformar a Região Autónoma dos Açores não numa Região Ultraperiférica eternamente atrasada, a necessitar de fundos estruturais constantemente e a manter-se num intervalo de desenvolvimento que permite que possa ter acesso mais uma vez, a partir de 2020, a um novo programa.

A nossa ambição é que este seja o último programa, porque temos que sair do atraso económico, do atraso social em que nos encontramos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições pergunto ao Sr. Vice-Presidente se quer usar da palavra para encerrar o debate.

Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O debate que hoje tivemos nesta Assembleia desenvolveu-se procurando olhar essencialmente para o passado. O desafio que colocamos a esta Assembleia, em relação à nossa estratégia de desenvolvimento dos Açores até 2020, é, refletindo

sobre o passado e analisando criteriosamente o presente, termos uma estratégia concreta e objetiva de assegurar em 2020 uns Açores substancialmente melhores.

Para isso elegemos o emprego como nossa prioridade absoluta.

A criação de emprego e de mais emprego é, sem dúvida, a nossa principal prioridade e o principal problema para o qual o Governo é convocado a combater.

Isso implica e está refletido em toda a nossa estratégia de desenvolvimento da Região. Uma alteração substancial de paradigma, que passa essencialmente:

Por um reforço substancial das dotações afetas aos programas de emprego;

Por outro lado, criando condições para que o apoio às empresas seja em maior intensidade, alargando a ilegitimidade e essencialmente fazendo um novo paradigma de apoio à iniciativa privada;

Assenta essencialmente em valorizar não o volume de investimento, mas o efeito do investimento privado na criação de emprego e na criação de riqueza;

E assenta também no desenvolvimento de mecanismos de apoio às empresas em todo o seu ciclo de vida e de competitividade, não concentrando o apoio no investimento que a empresa faz, mas criando condições para que as empresas sejam mais competitivas, apoiando a sua capacitação de inovação, de recontração de recursos humanos, de competitividade e consequentemente de criar condições para incorporarem maior riqueza e rendimento na atividade económica.

A mensagem final que gostaria de deixar ficar é que este programa que propomos não é um programa para o Governo investir e ter recursos para o Governo. É um programa para os Açores e para a sociedade açoriana.

À concretização e execução deste programa chamamos os municípios, as empresas, as associações e câmaras de comércio, os sindicatos e todas as entidades que vão partilhar destes recursos e que partilham dessa estratégia.

Consequentemente a concretização deste programa não é um programa de investimentos do Governo. É um programa estratégico de execução de todos os

agentes económicos que pretenderem contribuir para o desenvolvimento da nossa Região.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Para o encerramento do debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, a figura que usamos trouxe a esta Casa a oportunidade de todos os partidos e o Governo publicamente se pronunciarem sobre o Programa Operacional 2014-2020.

As soluções são aquelas que o Governo quis apresentar e as críticas são aquelas que nós fizemos.

Trouxemos esse tema a debate para esclarecer a sociedade açoriana, para que ficasse esclarecida sobre o programa que o Governo quer e sobre os fundos que vamos ter à nossa disposição: outra vez 1.500 milhões de euros, ou cerca, disso. A conclusão, infelizmente, que retiramos à partida é que partimos para este programa como uma Região pobre. Acho que isso é uma conclusão triste de se tirar e que o próprio Governo tira na análise realista que faz até agora e no próprio PO.

O Governo faz a análise de que partimos de uma Região com muitas carências a vários níveis, uma Região pobre e que precisa ainda de muito para sair do estado de pobreza em que se encontra e em muitos indicadores na cauda do país e na cauda da Europa.

O que se espera, embora com pouca esperança, porque não se vislumbra que haja uma afetação diferente de fundos daquela que foi até agora, é que, para bem dos açorianos, das famílias dos Açores e das empresas dos Açores, ainda haja tempo de arrepiar caminho e de reafectar fundos a algumas questões que possam efetivamente desenvolver a sociedade e o seu nível social e económico, que é bem preciso para a economia e para as famílias dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Fica assim encerrado o ponto dois da nossa Agenda.

Vamos continuar o debate referente ao ponto quatro da Agenda, onde ficámos no dia de ontem.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD considera incontornável a problemática relativa ao impacto dos sacos de plástico e aos produtos da sua degradação no meio ambiente. Como tal, saudamos este projeto do PCP, o qual segue na esteira de uma petição com os mesmos propósitos, já discutida nesta Assembleia.

Foi pela boca do Senhor Secretário Regional dos Recursos Naturais, aquando das suas declarações em Comissão, que ficámos a saber que em Portugal, em média, cada habitante utiliza cerca de 400 sacos de plástico por ano, sendo que é um dos países da Europa (o outro é a Polónia) em que estes valores são mais altos. Foi também o mesmo governante que assumiu que se estes números fossem aplicados aos Açores, atingiríamos os 50 milhões de sacos por ano, o que é um número verdadeiramente assustador.

Grande parte destes plásticos, bem como dos seus produtos de degradação, tem como destino final o ambiente marinho, produzindo efeitos extremamente nocivos nos ecossistemas, entrando nas cadeias alimentares, afetando plâncton, peixes (já foram detetados vestígios de componentes químicos dos sacos de plástico nos tecidos de peixes, tal como referiu o Deputado Paulo Borges em sede de Comissão Parlamentar e também aqui em debate na Assembleia) e colocando assim também em risco a alimentação Humana.

São vários os países da União Europeia que têm desenvolvido intensos esforços para encontrar alternativas ao uso do saco de plástico. Os Açores têm de fazer o mesmo.

A dimensão deste problema numa Região pequena, e com as condicionantes e debilidades ambientais como têm os Açores, obriga a que se tomem medidas que levem a uma rápida redução da utilização dos sacos de plástico.

Julgamos que este imperativo é absolutamente consensual nesta casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

O Orador: A redução da utilização é consensual, Sr. Deputado.

Pelos trabalhos realizados em Comissão, também ficámos a saber que não há sacos bons, uma vez que até os sacos ditos biodegradáveis, têm um tempo demasiado longo de permanência no ambiente e os seus produtos de degradação são extremamente nocivos, onde se incluem também alguns metais pesados. Só há sacos de plástico maus para o ambiente.

Em todos os locais onde foram aplicadas taxas sobre a utilização de sacos de plástico, foram registadas fortes e rápidas reduções na utilização dos mesmos, o que comprova a eficácia deste tipo de medidas.

No entanto, é essencial que se coloque a tónica, não na aplicação ou cobrança de uma taxa, mas sim na necessidade absoluta da redução da utilização de sacos de plástico, e que tão ou mais importantes serão todas as medidas simultâneas que se tomem na área da formação e da sensibilização, de modo a que se mudem mentalidades e comportamentos. As alternativas ao saco de plástico existem e devem ser divulgadas, disponibilizadas e incentivadas.

Não podemos também, deixar de ter em conta o tempo de dificuldades em que se encontram as pessoas, e também as empresas, no momento em que aqui debatemos a aplicação de uma taxa mesmo que, como é o caso presente, os objetivos da mesma sejam os mais nobres. Fomos sensíveis às preocupações constantes dos pareceres da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e também da Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores.

Como tal, o PSD defende que o valor desta ecotaxa seja apenas “o suficiente” para que a medida seja efetiva. Apenas “o suficiente”. Nem mais, nem menos, pois qualquer taxa aplicada em momentos de crise, tem efeitos máximos imediatos, por força das dificuldades que pessoas e empresas já têm de enfrentar.

Voltamos a frisar a pertinência da iniciativa do PCP e assumimos, tal como já o fizemos em Comissão, que a mesma foi melhorada com os contributos que o Partido Socialista apresentou em sede de Comissão Parlamentar. Os consensos

foram e são quase absolutos no que a toda esta questão diz respeito. Friso o quase...

No entanto, consideramos que o valor proposto para a ecotaxa é excessivo. É excessivo quer em termos absolutos, quer em relação ao tempo de crise em que vivem as famílias e empresas na Região.

Quer os alemães do LIDL, quer a cadeia de supermercados Pingo Doce, de Alexandre Soares dos Santos, que há muito cobram pelos sacos plásticos que disponibilizam aos seus clientes, não ultrapassam os dois cêntimos por saco plástico. No caso do Pingo Doce, tal como foi confirmado pelo Senhor Secretário Regional dos Recursos Naturais em Comissão, conseguiu-se uma redução de 50% do consumo de sacos de plástico desde 2007.

Parece-nos paradoxal que aqueles a quem a esquerda chama de “capitalistas”, quer o LIDL quer o Pingo Doce, cobrem dois cêntimos por saco plástico em Portugal Continental e, nos Açores, socialistas e comunistas proponham uma ecotaxa de cinco cêntimos por saco plástico, a cair em cima dos consumidores. Não faz sentido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esse era escusado!

O Orador: Propomos assim uma alteração ao valor da ecotaxa para os dois cêntimos, valor que nos parece ser mais adequado, mais justo, mais equilibrado e, sobretudo “suficiente”, uma vez que é um valor que já provou produzir resultados significativos nas grandes superfícies do território continental que cobram pelo fornecimento de sacos de plástico aos clientes, ao mesmo tempo que permitem a utilização de outras formas de transporte dos produtos adquiridos, bem como permitem a reutilização de sacos que o cliente já tenha em casa.

Não há necessidade de sobrecarregar os Açorianos com uma ecotaxa de cinco cêntimos por saco de plástico, como propõem o PS e o PCP, quando, para os objetivos pretendidos, o valor de dois cêntimos já provou ser eficaz. Não se pode transformar uma ecotaxa num imposto.

Apelo à sensibilidade social das senhoras e senhores deputados no que ao valor da taxa a aplicar diz respeito.

A outra proposta de alteração a este diploma que gostaríamos de ver aprovada é a do início imediato das ações de sensibilização e formação por parte da ERSARA, logo que o presente Decreto Legislativo entre em vigor. Não se deve esperar pela arrecadação da receita da ecotaxa para que se comecem a realizar as ações de sensibilização que são essenciais à mudança de mentalidades e formação de consciências que se pretende com um diploma deste teor. Essa ação educativa deve ser iniciada tão cedo quanto possível.

Julgamos também que 90 dias, em vez dos 180 dias propostos pelo Partido Socialista, são mais do que suficientes para que o Governo regule este diploma. 180 dias são seis meses. É demasiado tempo.

Acreditamos que este projeto de DLR tem tudo a ganhar com as propostas simples e objetivas do PSD, favorecendo-se os objetivos ambientais iniciais e procurando onerar o mínimo possível as pessoas e as empresas, que são o mais importante.

Deputada Judite Parreira e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção, ontem, do Sr. Deputado Félix Rodrigues, relativa aos preços e ao número de sacos de plástico que iriam para o ambiente, quero realçar um aspeto. Nas minhas várias visitas às zonas costeiras dos Açores é muito frequente encontrar sacos de plástico abandonados em vários sítios e mesmo na zona costeira.

Fazendo um cálculo do impacto económico dos sacos de plástico nas famílias (fiz uma série de cálculos), por exemplo, se considerarmos o imposto de cinco cêntimos e o número de sacos de plástico consumidos em média por família, que seria 8,25 por semana, teríamos um gasto, com a atual Ecotaxa de vinte e dois euros por ano. Mesmo reduzindo para dois cêntimos seria oito euros e sessenta e quatro cêntimos por ano, por família, pagando o supermercado estes sacos de plástico.

Se considerarmos os sacos de plástico pretos, que o Prof. Félix referia, com um consumo de três sacos por semana, seriam dez euros por ano, por família, o que significa, por outro lado, um custo semelhante mesmo à taxa de dois cêntimos, mas com uma redução imensa do número de sacos de plástico, colocados de oito por semana para três por semana para o ambiente.

Se considerarmos os sacos de plástico verdes, biodegradáveis, que têm um volume muito superior, o custo seria oito euros e cinquenta cêntimos por ano, por família, usando um saco de plástico por semana.

Portanto, temos um custo que poderá ser, se as pessoas tiverem uma ação de mudança comportamental, deixando de usar os sacos de plástico brancos e passando a usar os sacos de plástico pretos ou verdes, praticamente inferior aos brancos ou semelhante, se reduzirmos para uma ecotaxa de 2%. O número de sacos de plástico para a natureza diminui grandemente passando dos brancos para os pretos, ou para os verdes.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a iniciativa do Partido Comunista Português. Também entendemos que as propostas de alteração vindas da Comissão vieram, em muito, melhorar a iniciativa na sua forma original.

Consideramos que esta é uma primeira etapa de um processo longo, de um processo que requer uma mudança de atitude, uma mudança de comportamentos. Como todos sabemos, mudar atitudes e comportamentos não é algo fácil, não é algo que se faça de um dia para o outro.

Existem várias formas de o fazer, também é verdade, sendo que imputar um custo a um produto (o caso do saco plástico) não é mais do que também

compensar por um custo de produção, porque os sacos de plástico não nascem do ar, têm o seu custo de produção.

Portanto, achamos que também deveriam ter o seu custo de comercialização. Não entendemos por que é que deverão ser gratuitos. E isto por quê? Isto se entendermos a cobrança pelo saco de plástico como uma forma de desincentivar o seu consumo.

Aliás, todos aqui concordaram com isso, que cobrando o saco de plástico, seja ele branco, preto ou verde, irá desincentivar o consumo do saco de plástico, em consonância mais ou menos com o que se passa, por exemplo, com o caso do tabaco e das bebidas alcoólicas, em que se aumentarmos o preço do tabaco e das bebidas alcoólicas, as pessoas consomem menos. É claro que existem outras formas de desincentivar o consumo desses produtos, mas o agravamento do preço é uma das formas.

É claro que não poderíamos concordar, e por vezes a direita também utiliza, o agravamento de preço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Neste caso é a esquerda!

O Orador: ... em outros produtos, em outros serviços.

Não faz qualquer sentido que tenha que ser cobrado, como por exemplo, na saúde e na educação.

Para a direita não faz qualquer sentido que se torne disponível de forma gratuita e acessível a qualquer um. Não!

Para a direita faz todo o sentido pôr um preço à saúde e à educação, mas já não faz qualquer sentido colocar um preço aos sacos de plástico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a falar daquela direita que implementou as taxas moderadoras!

O Orador: Consideramos que esta medida, apesar de ser o tal primeiro passo, a primeira etapa, será importante para a Região, numa Região ainda por cima que depende muito da sua biodiversidade marítima e terrestre.

Além do mais, não esqueçamos que estamos a falar aqui de uma medida que implica a redução do consumo de resíduos, aliás, a primeira etapa do PEGRA,

que penso que é um documento que tem merecido a aceitação de todos nesta Casa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começaria por lembrar que esta iniciativa do PCP surgiu, como foi aliás assumido pelo proponente, na sequência de uma petição que foi apreciada nesta Assembleia no final do ano passado, petição essa que visava a irradicação dos sacos de plástico da Região Autónoma dos Açores.

Nas conclusões dessa petição, que foram aprovadas na Comissão por unanimidade e com a presença de todos os partidos que têm assento na Comissão (é por isso que digo isto olhando para os Srs. Deputados do CDS-PP),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores são mesmo desonestos, é mesmo a vossa génese!

A Oradora: ... a conclusão nº 4 diz que “no caso particular da utilização dos sacos de plástico, devem ser adotadas medidas que permitam a redução substancial, no curto prazo, da sua utilização no comércio, designadamente a aplicação de uma taxa, ainda que de valor simbólico, no momento da sua disponibilização.”

A Sra. Deputada do CDS-PP, Graça Silveira (que era quem estava na altura, na CAPAT, em representação do CDS-PP) dizia, na síntese das posições dos partidos que “existem, no imediato, soluções baratas que podem ser adotadas mesmo pelas pessoas com menores rendimentos. (...) não se pode pensar apenas nas grandes superfícies, uma vez que nos Açores 98% são pequenos comerciantes”. Concluiu dizendo que “a solução do problema é, também, responsabilidade da Assembleia Legislativa”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Dizia também a Sra. Deputada que “o objeto da petição é louvável” e que por isso saudava “os peticionários, não só pela sua iniciativa, como pela sua pertinência” e que não podia deixar de concordar que “temos que sair do paradigma do descartável e passar a utilizar sacos que não sejam descartáveis mas reutilizáveis”.

O CDS-PP concordou que a imposição de uma taxa era uma das estratégias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

A Oradora: É verdade, porque aprovou a conclusão que eu acabei de ler.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! Isso é o que a senhora quer!

A Oradora: Aprovou a conclusão que eu acabei de ler!

Sr. Deputado, não se irrite! Não vale a pena...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente deixa isso para as Jornadas Parlamentares nas Furnas!

A Oradora: ... porque vamos discutir o problema à mesma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! Seja correta!

A Oradora. Portanto, não foi sem espanto que ouvi ontem a intervenção do Sr. Deputado Félix Rodrigues.

O senhor, em síntese, critica três aspetos na proposta: que ela não é social, que a melhor política ambiental é a educação e que ela não levará à redução do consumo do plástico, porque as pessoas adquirirão sacos pretos para acondicionamento dos resíduos domésticos.

Deputado André Bradford (PS): Mudaram de deputada, mudaram de opinião!

A Oradora: Sr. Deputado, em relação a não ser uma proposta social, se o senhor pensa isto da Ecotaxa, o que pensa o senhor dos cortes às pensões e aos salários feitos pelo seu Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as taxas moderadoras que a senhora aplicou nos Açores?

A Oradora: É o que lhe tenho a dizer quanto à natureza social da proposta.

Quanto à questão da educação ambiental, estamos de acordo que a educação ambiental é uma estratégia fundamental, mas ela não esgota em si todos os

meios que são necessários para se atingir determinados objetivos. Aliás, isso mesmo lembra o projeto de diretiva europeia que será brevemente aprovado.

Sobre os sacos pretos o Sr. Deputado Paulo Borges já o elucidou quanto ao impacto. Naturalmente que as pessoas continuarão a acondicionar os seus resíduos domésticos e essa questão foi também discutida em sede de Comissão.

De qualquer forma gostava de registar a avaliação extremamente positiva que o Sr. Deputado fez das políticas ambientais dos governos do Partido Socialista, avaliação essa que eu, naturalmente, subscrevo.

Já não o posso acompanhar na desvalorização que o Sr. Deputado fez da problemática da utilização dos sacos de plástico, passando a ideia de que este é um problema para o qual os Açores, no contexto do planeta, tem um contributo muito pequeno...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem de estudar mais um bocadinho!

A Oradora: ... e que por isso não vale a pena enveredarmos por medidas desta natureza, porque essa questão não tem representação na Região. Discordamos em absoluto dessa sua visão.

Penso também que o Sr. Deputado deixou de fora uma dimensão essencial desta questão, que é a dimensão simbólica, sobretudo numa Região que tem tido as preocupações ambientais que a Região tem tido.

É um sinal importantíssimo que damos dentro dos Açores, mas também para fora dos Açores com a adoção destas medidas, lembrando-lhe novamente que brevemente a União Europeia aprovará uma diretiva que prevê um conjunto de medidas nas quais se incluem as medidas que ficam incluídas nesta proposta, em toda a sua extensão, com as propostas de alteração que o Partido Socialista apresentou, mas que prevê também a utilização de instrumentos económicos como é o caso das taxas.

Uma vez publicada essa diretiva, nunca nos poderíamos frutar à sua transposição e ao seu cumprimento. Aquilo que estamos a fazer, numa atitude que acho que é de saudar, é anteciparmo-nos aos esforços que a comunidade irá fazer nessa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já nos antecipámos nas taxas. Grande esquerda!

A Oradora: O senhor para umas coisas é de uma maneira, para outras é doutra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Compre um espelho e veja-se!

A Oradora: Enfim! A coerência é de cada um e o povo avaliará a sua.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires (serve isto também para as críticas que o Sr. Deputado Luís Rendeiro teceu à solução que o PS apresentou para a taxa), a proposta do Partido Socialista é de que a Assembleia fixe um teto máximo que em circunstância alguma poderá vir a ser ultrapassado, mas deixa ao Governo a fixação da taxa, desde logo, para conferir agilidade e adaptação da taxa, quer às circunstâncias concretas que se vivam em cada momento, quer a sua adequação aos fins que se visam atingir com a sua introdução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cinco milhões de euros!

O Orador: Não impomos um valor, impomos um teto máximo de taxa, o que é diferente.

Quanto aos prazos, que foi outra das críticas que o Sr. Deputado Aníbal Pires teceu às propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista, entendemos desde logo que é necessário dar aos estabelecimentos comerciais um tempo conveniente para se adaptarem à nova legislação, porque esses estabelecimentos têm que gerir os seus *stocks* porque eles não compram os sacos para o acondicionamento das mercadorias que vendem numa base diária.

Entendemos, no entanto, que deveríamos distinguir as grandes superfícies dos pequenos estabelecimentos de comércio a retalho, precisamente porque se tratam de realidades diferentes.

Entendemos que diferenciando estes estabelecimentos o prazo que foi dado é um prazo razoável para adaptação.

Uma vez, Sra. Presidente, que todos os partidos entraram já na discussão na especialidade, terei que dizer que aquilo que o PS fez, com as propostas de alteração que apresentou, foi alargar o leque de medidas dirigidas à redução do

consumo dos sacos de plástico, que na proposta inicial se limitava à cobrança de uma taxa.

Introduzimos um conjunto de restrições à publicidade nesses mesmos sacos e a imposição da realização de ações de sensibilização, que virão reforçar aquele que tem sido um extraordinário trabalho desenvolvido, quer pelo Governo Regional, quer pela grande maioria das autarquias,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As autarquias sim, Governo Regional zero!

A Oradora: ... ao nível das nossas escolas. A verdade é que temos hoje uma população muito mais sensibilizada para as questões ambientais do que tínhamos há uns anos.

Procedemos também à distinção entre os sacos de plástico leves e os outros, usando para essa distinção a definição que já consta do projeto de diretiva, porque o grande problema advém efetivamente dos sacos de plástico leves que, ao serem inclusivamente distribuídos de forma gratuita, não têm uma utilização, vamos dizer, regrada por parte das pessoas e são aqueles que maiores problemas ambientais colocam.

Esses sacos têm um regime mais exigente, nomeadamente ao nível das regras da publicidade.

Outra questão muito importante foi que procedemos à introdução de um conjunto de contraordenações em matéria ambiental, uma vez que na proposta inicial apenas se previam infrações tributárias, deixando toda a matéria importantíssima, pelos diversos fins de prevenção geral e específica que visam, das contraordenações ambientais.

Para já, era só.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero enaltecer a iniciativa que o Partido Comunista Português trouxe a esta Casa, na sequência, conforme acabámos de ouvir da

intervenção da Deputada Isabel Rodrigues, da petição que foi lançada no final do ano passado, face à importância deste assunto e ao forte envolvimento que todas as forças políticas, todos os cidadãos devem ter relativamente à erradicação, ou pelo menos à minimização, deste problema da nossa sociedade e de todas sociedades modernas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores arrecadam cinco milhões de euros!

O Orador: Se avaliarmos aquilo que acontece na nossa sociedade no dia a dia, relativamente ao consumo de sacos de plástico, certamente todos concordarão com o exagero daquilo que é a utilização deste meio de transporte de bens, particularmente a partir das grandes superfícies e do comércio em geral.

Reforçando um pouco aquilo que disse o Sr. Deputado Luís Rendeiro relativamente àquilo que é o consumo de plástico na nossa Região, de facto, eu referi esse número em Comissão como transpondo a média europeia para a nossa Região e contabilizando pelo número de habitantes atual, mas se utilizarmos a média do nosso país, esse número (50 milhões) subirá certamente bastante, porque a média nacional é muito superior à média europeia. Isto só faz com que a atenção que todos devemos dispensar a este problema seja naturalmente maior.

Devo ainda referir que recentemente, há cerca de três semanas, concretamente no dia 16 de abril, o Parlamento Europeu, através da Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar, propôs metas para a redução obrigatória da utilização dos sacos de plástico em todo o espaço europeu, metas bastante ambiciosas: atingir cerca de 50% dos números atuais em 2017 e cerca de 80% de redução em 2019.

Tudo isto vem reforçar o valor desta iniciativa e o empenho que tivemos que colocar para atingirmos esse desiderato e é uma forma de anteciparmo-nos àquilo que será também a diretiva europeia que está neste momento a ser construída e que brevemente será discutida no Parlamento e terá força da regulamentação comunitária para esta matéria.

Relativamente a uma pequena apreciação que gostaria de fazer à proposta legislativa do Partido Comunista Português, que já disse que é naturalmente meritória, parece-nos que é de alguma forma limitante relativamente àquilo que são os objetivos que se pretendem atingir.

Limitante, por quê?

Porque tem uma incidência principal, para não dizer única, apenas na aplicação dos instrumentos financeiros disponíveis, referindo apenas a aplicação de uma taxa à utilização destes sacos de plásticos.

Exceciona-se desta taxa os sacos de plástico biodegradáveis, o que também não nos parece bem, porque eles constituem também um problema, com um perigo de degradação menor (é certo) dos restantes, mas com um perigo de degradação bastante longo no ambiente.

Portanto, parece-nos que estes não deviam ser excecionados deste Decreto Legislativo, mas sim serem incluídos nesta proposta, conforme muito bem referiu a Deputada Isabel Rodrigues.

A proposta do Partido Comunista também não faz distinções entre aquilo que são os sacos de plásticos leves e os restantes, quando todos sabemos que os sacos de plástico leves são aqueles que maiores problemas causam, porque são aqueles que são utilizados naturalmente em muito maior número.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não é do Partido Comunista, é sua, é do Partido Socialista. Está toda alterada!

O Orador: Aplica-se a mesma bitola àqueles que são os consumos dos grandes estabelecimentos, das grandes superfícies, e àqueles que são os consumos dos estabelecimentos tradicionais.

Importa, de facto, considerar estas alterações, para que se possa ter um documento mais ambicioso e que venha ao encontro daquilo que são, para já, as nossas metas, mas que serão também as metas europeias para resolver um problema desta natureza.

Entendemos por isso que esta medida da criação desta Ecotaxa deve ser acompanhada de outras, designadamente que visem a restrição da utilização dos sacos de plástico, como por exemplo, a colocação de mensagens de

sensibilização nos próprios sacos, à semelhança do que acontece, conforme o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda referiu, com o tabaco, em que há uma menção que desincentiva o consumo. Poderemos também fazer isto nesta área. Também estaremos disponíveis, através dos diferentes organismos da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, para incentivar, em cooperação com as diferentes autarquias da nossa Região, formas de divulgarmos esta preocupação entre os nossos concidadãos para que, num prazo relativamente rápido, possamos atingir estes objetivos e essa meta, que me parece que são naturalmente preocupação de todos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho de novo ao debate, após a intervenção inicial, para tecer algumas considerações, designadamente algumas considerações que foram colocadas pelo CDS-PP (não só, mas particularmente pelo CDS-PP).

Gostaria de começar por dizer o seguinte:

Efetivamente estamos de acordo. Há muitas formas de contribuir para atingir um objetivo que julgo que todos nós comungamos, que é a redução da utilização do plástico e a sua libertação no meio ambiente, designadamente aquele que vai para o meio ambiente marinho.

O CDS-PP tem dado um contributo, que por acaso ainda aqui não foi referenciado, importantíssimo para isso. Como todos sabemos, o empobrecimento leva à redução do consumo, logo existe menos produção de resíduos, logo existe menos utilização de sacos de plástico.

O CDS-PP tem dado um forte contributo para a redução dos sacos de plástico por via do empobrecimento dos portugueses.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, há aqui outros equívocos, que têm a ver com a questão da receita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que faz a sua subserviência!

O Orador: O que faz é outra coisa, Sr. Deputado.

Há aqui um outro equívoco, Sr. Deputado Félix Rodrigues.

V. Exa. não entendeu a finalidade desta iniciativa. A finalidade desta iniciativa, aliás senão não tínhamos o Sr. Vice-Presidente ali de sorriso aberto e rasgado, não é cobrar esta taxa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é! É a taxa esquerdina!

O Orador: ... não é aumentar a receita da Região por via desta iniciativa.

Não! Essa não é a finalidade. A finalidade, Sr. Deputado Félix Rodrigues,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É dar dinheiro ao Governo! Olha a cara de satisfação!

O Orador: ... é a redução da utilização dos sacos de plástico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: Relativamente aos efeitos que o plástico tem quando libertado no meio ambiente, designadamente no meio marinho, V. Exa., que é uma pessoa bem formada, certamente conhecerá ainda melhor do que eu,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito melhor!

O Orador: ... e terá visto melhor do que eu, as imagens das famosas “Ilhas de Plástico”, quer as do Pacífico, quer as do Atlântico Norte, quer a que se está a formar no Atlântico Sul, quer a que se está a formar também no Índico, que é onde as correntes marinhas concentram os resíduos de plástico.

Também saberá V. Exa. que, designadamente aqueles que são os sacos de plástico que são designados por biodegradáveis, que são aqueles que efetivamente se degradam mais rapidamente mas não são biodegradáveis, esse “caldo”, essa “sopa de plástico”,...

Deputado Francisco César (PS): Sopa?!

O Orador: “Sopa de plástico”! O plâncton alimenta-se daquela “sopa de plástico”.

Como V. Exa. sabe muito melhor do que eu, o plâncton é a base da alimentação dos seres marinhos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É em trabalhos manuais que se aprende!

O Orador: É o que está na base da cadeia alimentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tanta asneira seguida!

O Orador: Como já aqui foi referido, hoje, V. Exa., quando ingere peixe, eventualmente estará a ingerir também algumas moléculas de plástico. Enfim, é um problema que julgo que devemos ter em atenção.

Se é verdade que esta medida não resolve o problema global,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor anda a comer muito plástico!

O Orador: Não gostou, Sr. Deputado Artur Lima? Eu posso repetir tudo desde o princípio...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor anda a comer muito plástico. Faz mal ao cérebro!

O Orador: ... designadamente o contributo que o CDS-PP tem dado para redução dos sacos de plástico por via do empobrecimento dos portugueses. Se quiser eu volto ao princípio.

Portanto, há aqui um conjunto de equívocos na posição do CDS-PP, isto para não referir a posição que é completamente antagónica daquela que foi tomada e que a Deputada Isabel Rodrigues referiu...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: É falso, é! Pois é, Sr. Deputado! É falso, é! Está lá escrito, portanto não tem que saber.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, há aqui qualquer coisa que é necessário que o CDS-PP reveja esta posição, até para que não se encontrem aqui estas contradições.

Aliás, Sr. Deputado Félix Rodrigues, por toda a consideração que eu tenho por si, enquanto deputado, enquanto dirigente do CDS-PP e enquanto académico, julgo que V. Exa. cometeu alguns erros de apreciação neste diploma do PCP.

Depois há aqui uma outra questão.

Todos estamos lembrados – e eu já tive oportunidade de o fazer na intervenção de abertura – que quando o PCP apresentou, daquela tribuna, esta iniciativa, disse que ela necessitava de ser efetivamente melhorada e que esperava o contributo de todos os partidos com assento nesta Casa, nesta câmara.

Há contributos que foram dados em sede de Comissão, há agora os contributos do PSD.

Permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Luís Rendeiro, o seguinte, relativamente à redução para dois cêntimos. Como se percebeu pela alteração que o PS apresenta e sobre a qual eu tenho algumas reservas, embora a vá aprovar como disse além daquela tribuna, não quer dizer que sejam cinco cêntimos. Fica ao critério do Governo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já vou explicar por que é que fica ao critério do Governo!

O Orador: Sr. Deputado, dá-me licença ou como é?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já vou explicar!

O Orador: Pronto! Então depois explique.

Eu coloco alguma reserva. Já disse, e disse na Comissão que votava favoravelmente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também já disse que vamos votar favoravelmente as propostas do PS!

O Orador: Agora a questão é esta: V. Exa. podia ter apresentado (V. Exa. em nome do PSD) essas propostas em sede de Comissão. É evidente!

Mas a disponibilidade era um pouco... Era um pouco, não! Era toda, para se encontrar consensos no seio da Comissão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas faz assim tanta diferença?!

O Orador: Faz, Sr. Deputado. Faz!

Por exemplo, relativamente aos prazos, eu também tenho reservas.

Se V. Exa. tivesse trazido essa questão para a Comissão, eventualmente podia-se ter encontrado uma outra solução.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Encontra-se aqui!

O Orador: Aqui já será um pouco difícil ou mais complicado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A não ser que V. Exa. já esteja comprometido!

O Orador: Sr. Deputado Luís Rendeiro, manifestou V. Exa. sempre, em nome do PSD, apoio a esta iniciativa e vontade de contribuir para...

Trouxeram ao plenário. Não levaram para a Comissão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor faz isso tantas vezes!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor faz isso 99% das vezes. Vai à Comissão e sai calado!

O Orador: Enfim, são formas de abordagem. Tem toda a legitimidade e eu não estou a pôr em causa. Só que teria tornado esta situação talvez muito mais simples do que trazê-las agora só para plenário.

Mas tudo bem! A estratégia é do PSD. Não tenho nada a ver com ela, mas eu não podia deixar de fazer esta referência.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor está contra as propostas do PSD “n” vezes!

O Orador: Sra. Presidente, para já terminei.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico tem uma especial responsabilidade nesta matéria como o mais antigo partido ecológico da Península Ibérica, com quase quarenta anos de existência. Vamos comemorar os nossos quarenta anos no dia 23 de maio.

Isso significa um património importante...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Conserve esse património ambientalista!

O Orador: ... que faz de nós um partido nuclear na Democracia portuguesa.

Deputado Francisco César (PS): Nós, quem?

O Orador: Devo dizer, como tive oportunidade de manifestar no âmbito da petição, que estamos muito preocupados com esta problemática.

Deputado Francisco César (PS): Nós, quem?

O Orador: Nós, Partido Popular Monárquico.

Deputado Francisco César (PS): Ah!

O Orador: O Sr. Deputado Francisco César está muito preocupado em acentuar que o PPM só tem um deputado neste Parlamento. Toda a gente sabe isso!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Eu gosto de dizer é que o senhor é dos dirigentes políticos mais antigos!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! É o mais antigo!

O Orador: Toda a gente sabe isso, Sr. Deputado! Não se preocupe.

Sr. Deputado, eu falo em nome do Partido Popular Monárquico, aliás, falo como Presidente Nacional do Partido Popular Monárquico. Acho que posso utilizar com liberdade e até com toda a legitimidade o *nós*. *Nós*, é o discurso coletivo do partido.

O meu partido reconhece-me essa legitimidade.

Devo dizer-lhe que é muito diferente da sua posição, Sr. Deputado Francisco César, em relação à utilização do plural.

A questão fundamental aqui é que, existindo da nossa parte uma preocupação ecológica, uma preocupação com esta questão fundamental, consideramos que ainda não foram cumpridas algumas etapas, nomeadamente no âmbito da educação ambiental, no âmbito da sensibilização, no âmbito da introdução obrigatória, por exemplo, de outros materiais, os materiais biodegradáveis. Ou seja, há uma série de etapas que se podem preencher antes de se chegar a esta solução.

Há também uma questão fundamental e quero ser justo com V. Exa.

V. Exa. tem esta preocupação, uma preocupação que eu partilho. Não partilho é dos meios, nem do caminho para resolver este problema.

Vejo, por exemplo, que na proposta inicial, V. Exa. não faz incidir esta taxa sobre o consumidor final. Portanto, não tem esta opção no artigo 3.º, mas vejo que o Partido Socialista tem uma proposta de alteração em que utiliza este mecanismo. Portanto, faz incidir esta taxa diretamente sobre o consumidor.

Sinceramente, tenho grandes dúvidas em relação à aceitação por parte da população de uma medida deste género, estando neste momento os Açores no pico da crise económica.

Eu acho que as coisas vão começar a melhorar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa saiu-lhe mal!

O Orador: Mas neste preciso momento não sei se uma medida destas...

Primeiro, nós representamos a cidadania. Uma medida deste tipo, considero que neste momento é uma medida errada...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Oh senhor, mas isso não vai entrar em vigor neste momento!

O Orador: ... porque vai contra o sentimento e a sensibilidade geral da população.

As questões ambientais, como é doutrina do Partido Popular Monárquico, não são resolvidas num primeiro momento taxando. É necessário resolver através da educação ambiental e é necessário que este problema ambiental seja um problema em que todos sejam sensibilizados e todos se sintam responsáveis. É esta a primeira etapa.

Não sei se este momento é o momento ideal.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas isso não vai entrar em vigor agora! Santa paciência!

O Orador: Considero que pode ser até contraproducente, porque o que precisamos é de ganhar o apoio da população para esta batalha, pela ecologia, pelo ambiente.

Precisamos ganhar a população para esta batalha!

Considero que uma medida deste tipo não traz o apoio popular que é necessário. Nesse sentido, Sr. Deputado, não posso acompanhá-lo em relação a esta medida.

Percebo o seu objetivo, mas considero que o contexto em que V. Exa. está a apresentar este diploma, as soluções que vão ser adotadas não são as mais corretas.

Deputado André Bradford (PS): E por isso fez propostas de alteração!

O Orador: Mais. Têm o grande problema do legislador – e eu quero ter o prazer de o acompanhar a um supermercado daqui a uns meses – ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Daqui a uns meses não vai estar em vigor!

O Orador: ... para ver o que lhe dizem na fila do consumidor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para todos os assuntos que dizem respeito ao ambiente julgo que devemos procurar, sempre que possível, a obtenção de consensos.

Todos sabemos que a importância da componente ambiental, em tudo aquilo que se faz nos Açores, é essencial. É uma das imagens que queremos ter como imagem de marca.

Todos sabemos que a qualidade ambiental também tem os seus custos. Por ter os seus custos, entendemos que este debate não pode deixar de ter em conta uma questão central e fundamental, que é a questão do valor da taxa.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, eu percebo e compreendi perfeitamente aquilo que estava escrito no texto da proposta de alteração do Partido Socialista, em que refere que os cinco cêntimos são um teto máximo e que depois competiria ao Governo Regional fazer a respetiva regulamentação.

Mas o PSD entende que o teto máximo, de facto, é alto. É alto e permite que o Governo lá chegue.

Vamos fazer aqui algumas continhas. A ver pelos números que nos foram aqui mencionados pelo Sr. Secretário Regional, os cinquenta milhões de sacos de plástico consumidos anualmente na Região, têm por base o cálculo feito através do valor médio de consumo da União Europeia (corrija-me se eu estiver errado, Sr. Secretário!).

Provavelmente se a gente aplicar aos Açores os valores médios de consumo de sacos de plástico do país, estes cinquenta milhões vão crescer e vão crescer muito.

Mas vamos fazer as contas a cinquenta milhões.

Se utilizarmos o valor máximo possível que a taxa admite nas vossas propostas obteremos, vezes cinquenta milhões de sacos de plástico, um valor de 2.5 milhões de euros ao ano, com a aplicação desta taxa.

Se utilizarmos o valor que o PSD propõe, que são os dois cêntimos, que vêm em linha com aquilo que se pratica nas superfícies que cobram sacos de plástico no continente e que já têm resultados que podem ser medidos, esse valor desce para um milhão de euros.

A nossa preocupação deve ser a de criar uma medida suficiente, tal como eu disse na minha primeira intervenção, para que possa ser dissuasora do consumo e não uma medida que possa transformar-se num imposto.

Deputado André Bradford (PS): Interessante é que o senhor em Comissão não disse nada disso!

O Orador: Não queremos um imposto. Queremos uma medida que promova a alteração de hábitos e a alteração de comportamentos.

Também entendemos por bem que deve ser a ERSARA a promover as atividades de sensibilização ambiental, porque é uma entidade com especiais responsabilidades nesta área, mas também consideramos que se o valor máximo, ou próximo do máximo, for aplicado, corremos o risco do Governo Regional se servir desta Ecotaxa para financiar a ERSARA, que como todos sabemos tem problemas de financiamento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Façam uma proposta de alteração!

O Orador: ... e assim que entrar em funcionamento as Unidades de Valorização Energética de Resíduos da Região, mais problemas de financiamento terá o transporte de resíduos inter-ilhas para alimentar essas Centrais de Valorização Energética.

Portanto, o que pretendemos aqui não é que os açorianos paguem os custos da ERSARA, nem os custos inerentes ao transporte de resíduos da Região. O que pretendemos é que os açorianos tenham um valor que seja tão baixo quanto possível e suficiente para mudar os seus comportamentos.

É aqui que traçamos a fronteira. Não queremos que fique por definir qual vai ser o valor. Deve ser esta Assembleia a definir qual o valor.

O Partido Socialista não pode pedir contributos e propostas aos partidos da oposição e depois, quando elas chegam, fazer de conta que elas não existem, não as discute e não as aborda, como por exemplo, não abordou, nem fez o Sr. Secretário Regional. Acho que o devia ter feito.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Ainda não estamos na discussão na especialidade!

O Orador: Não! Temos estado na discussão transversal na generalidade e na especialidade, ao longo de todo o debate, como a Sra. Deputada também admitiu.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não se mostre ofendido antes do tempo!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, ficou muito perturbado por termos trazido as propostas de alteração apenas a plenário. Quantas vezes é que o senhor faz isso?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todas!

O Orador: Não há plenário em que o Sr. Deputado não traga propostas de alteração.

Portanto, eu não percebo quais é que são as suas queixas.

Os Deputados do PSD, na Comissão, entenderam que deviam discutir mais aprofundadamente este tema, pelas implicações no financiamento da ERSARA, com todo o grupo parlamentar (e entenderam bem!) e como tal trouxemos ao local próprio, que é o plenário, as nossas propostas de alteração.

Se isso o incomoda, pois temos pena, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não incomoda nada!

O Orador: Agora, entendemos que a possibilidade de alargar até cinco cêntimos o valor da Ecotaxa é transformar a taxa num imposto, é onerar excessivamente os açorianos e não queremos onerar excessivamente os açorianos.

Entendemos que as preocupações ambientais têm um custo, sim senhor!

Queremos reduzir os sacos de plástico (muito bem!)

Entendemos que a proposta do Partido Comunista era positiva e foi valorizada com muitos dos contributos que o Partido Socialista lhe acrescentou, sem dúvida!

Trouxemos aqui as nossas propostas de alteração que também com certeza lhe reconhecerá bondade.

Portanto, apelo de novo, como fiz na minha primeira intervenção, à vossa sensibilidade social...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Também apelo à sua!

O Orador:... para que tenham em conta o período em que vivemos e o objetivo inicial (que acreditávamos ser!) da proposta do PCP, que era o de reduzir o consumo de sacos de plásticos e não dar aqui uma margem para fazer outra extrapolação, que é o financiamento da ERSARA por meio de um imposto adicional cobrado sobre os consumidores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Exmos. Membros do Governo: Começaria por explicar uma coisa muito simples, para que não restem dúvidas, tanto ao Deputado Aníbal Pires como à Deputada Isabel Almeida Rodrigues. Fui candidato à Assembleia da República e não fui eleito para lá.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Temos pena, Sr. Deputado!

O Orador: Logo, não tenho trauma nenhum com a República. Sendo assim a República não me serve.

Quer isto dizer que quem tem deputados na República é o Partido Socialista e o PSD. Peçam justificações a essas pessoas, porque eu não tenho nada a ver com o assunto.

Deputado Berto Messias (PS): Mas olhe que o Vice-Presidente do CDS-PP, a nível nacional, está aí, ao seu lado!

O Orador: Relativamente às questões do plástico, das taxas, não me ouviram dizer que a taxa não era eficaz do ponto de vista da redução de resíduos.

Por outro lado, quando falamos em biodegradabilidade dos sacos, há muito que se lhe diga, porque um saco biodegradável não é feito de polietileno. Ou seja, aqueles sacos ditos biodegradáveis são plásticos normais e vivemos numa era de plásticos.

O que eu dizia é que temos que arranjar uma solução para os resíduos orgânicos que tem que ser devidamente acondicionados e têm que ser devidamente acondicionados em sacos herméticos. Esses sacos herméticos podem ser biodegradáveis, mas um saco hermético biodegradável custa a módica quantia de quarenta cêntimos por saco de dez litros e tem que se comprar quinhentas unidades.

Por outro lado, se utilizarmos os grandes sacos que o Deputado Paulo Borges fala, os de cento e vinte litros, cada saco custa dois euros e esses são feitos com fécula de batata e amido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprendam!

O Orador: Isto é que é ser biodegradável, não é o polietileno que existe nos sacos ditos biodegradáveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Grande lição! O senhor não percebe nada disto!

O Orador: Acontece também que não somos contra a taxação. A questão que aqui se põe é que achamos que deve ser simbólica e não ser cinco cêntimos.

Está provado no trabalho de duas distintas professoras da Universidade dos Açores, uma chamada Rosalina Gabriel e outra Emiliania Silva, que fazem uma análise das perspetivas e comportamentos dos açorianos face ao ambiente, que,

comparando albicastrenses com açorianos, os açorianos estão muito preocupados com os resíduos sólidos, contrariamente aos albicastrenses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Rosalina o senhor sabe quem é?!

O Orador: Isso quer dizer que de facto têm um comportamento muito distinto dos outros sítios. Logo, não podemos comparar (é o que eu dizia) os comportamentos a nível continental com os comportamentos a nível Açores. São muito distintos!

É evidente que eu não posso valorizar a boa gestão de resíduos sólidos nos Açores sem desvalorizar a problemática dos sacos plásticos nos Açores. Ou seja, não é possível dizer que nos Açores há uma boa gestão de resíduos sólidos e a seguir dizer que temos um gravíssimo problema de sacos plásticos no ambiente.

Mas há aqui duas questões que me parecem fundamentais, que é o aparecimento de sacos de plástico na orla costeira. De facto, existem alguns açorianos. Tem a ver com crime ambiental e crime ambiental deve-se a falta de fiscalização.

Outra tem a ver com as correntes. E as correntes são várias, de facto, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): São cinco: 2 no Pacífico, 2 no Atlântico e 1 no Índico!

O Orador: A maioria, se olhar para as correntes, vem dos Estados Unidos da América e de outros países. Porquê? Porque relativamente aos Estados Unidos da América, eles produzem e consomem mais 20% de plástico que na Europa. Todavia, os europeus reciclam cinco vezes mais. Ou seja, eu estou a minimizar a participação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas há ou não plástico no Atlântico Norte?

O Orador: Há um aumento do plástico no Atlântico.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah!

O Orador: Há, sim senhor.

E há plástico na nossa costa que não é açoriano. É isso que lhe estou a dizer.

Por isso, quando me diz que a gente anda aqui a comer moléculas de plástico que vêm de qualquer sítio, é verdade. Até andamos a respirar alguma molécula de dióxido de carbono que veio do tempo de Napoleão.

Isto é ridículo, porque é vestigial.

O que quero dizer é que temos que desvalorizar isto para aplicarmos uma taxa que seja justa e eficaz e que permita a diminuição...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Bem me parecia que Napoleão tinha culpa nisso!

O Orador: Napoleão tem um comportamento parecido consigo de vez em quando.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mais do que de vez em quando!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não sei se isso foi um elogio se foi uma crítica!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi um elogio!

O Orador: Isso quer dizer que a gente precisa pensar devidamente o que é que é o justo nessa taxa. E cinco cêntimos não é justo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é a vossa proposta?

O Orador: Estamos mais de acordo com a proposta do PSD, do que com a sua proposta.

Por outro lado, voltando à Comissão, que é importante.

Eu não estive presente na Comissão e apresentei a minha justificação.

A minha colega diz, e com razão, que é uma taxa simbólica. Os senhores não entendem isto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Simbólica!

O Orador: Tenham paciência! Mas simbólica tem um significado completamente diferente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Peço desculpa, Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às dez para as cinco.

Eram 16 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues a quem dou a palavra.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, se for possível, fazer um esclarecimento à câmara, porque, ao que me parece, há aqui alguma confusão. Pelo menos é o que me parece!

Quando o Partido Socialista assume as propostas da Comissão, se não retira a consignação de verbas à ERSARA.

Obrigado, Sra. Presidente, e agradecia o esclarecimento.

Presidente: Refere-se ao artigo 6.º?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

Presidente: Sim, confirma-se. Subscrive apenas os artigos que provêm da Comissão, à exceção do artigo 6.º.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, penso que desta vez vou poder dar-lhe a palavra. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começava por um esclarecimento que acho que é fundamental para as açorianas e para os açorianos, depois do exercício profundamente demagógico que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Demagógico?!

A Oradora: Este diploma não vai entrar em vigor amanhã.

Se o Sr. Deputado leu, não vai entrar em vigor amanhã, nem vai afetar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que disse que era amanhã?

A Oradora: Não, não! Vai desculpar-me, mas não é assim que diz.

De acordo com as propostas de alteração que foram apresentadas pelo Partido Socialista, e que até agora não foram questionadas por nenhum partido aqui, o que nós propusemos (e eu referi isso na minha primeira intervenção) foi o prazo de um ano após a publicação da regulamentação para as grandes superfícies e dois anos para os restantes estabelecimentos comerciais.

Se se mantiver a proposta do Partido Socialista que a regulamentação será feita no prazo de 180 dias, isto remete-nos para setembro de 2015 e setembro de 2016. É muito diferente do drama que o senhor tentou passar aqui de que amanhã as pessoas estariam a pagar esta taxa.

A verdade tem que ser reposta, porque aquilo que o senhor fez foi um exercício de demagogia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que falou em amanhã?

A Oradora: Amanhã, agora, hoje, são expressões que conduzem ao mesmo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a faltar à verdade!

A Oradora: A fórmula que o senhor utilizou transmite às pessoas a ideia de que isto se aplicará num futuro imediato, se o senhor prefere a expressão.

Um futuro imediato nunca será um ano e meio ou dois anos e meio, que é aquilo que resultará da aprovação da proposta do Partido Socialista. Esta verdade era importante que fosse reposta.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, devo dizer que o acho muito desanimado, porque o senhor faz contas como se esta legislação não tivesse qualquer impacto na redução do consumo de sacos. Não é essa a nossa expectativa.

Aquilo que nós esperamos, as contas que o senhor faz, é como se depois da entrada em vigor deste diploma as pessoas continuassem a consumir exatamente o mesmo número de sacos que consomem hoje.

É importante lembrar que o objetivo desta taxa não é arrecadar receita. Aliás, quanto menos receita se arrecadar...

Deputado Rogério Veiros (PS): Melhor!

A Oradora: ... melhor, porque será sinal de que o diploma cumpriu o objetivo pelo qual o vamos aprovar.

O senhor referiu-se também à questão do transporte de resíduos.

Sr. Deputado, vamos entender-nos: se o senhor concorda que existam na Região três ilhas que são reserva da biosfera, tem que concordar que nessas ilhas não pode haver aterros, que eles têm que ser selados e que tem que haver transporte de resíduos, porque há resíduos que em circunstância nenhuma podem ser objeto de reciclagem ou de reutilização.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Acho que nessa matéria estamos de acordo, até porque a deposição em aterro ocupa o último lugar da hierarquia das operações de gestão de resíduos.

Por último, só para dizer ao Sr. Deputado Félix Rodrigues que registei o seu esforço de se demarcar do Governo da República, mas, Sr. Deputado, o senhor está sentado na bancada do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com muita honra!

A Oradora: Portanto, nessa matéria não há demarcação possível.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos a pagar a dívida que a senhora fez!

A Oradora: É o seu partido que está no Governo da República.

Agradeço muito os esclarecimentos que o senhor amavelmente prestou, mas mantenho aquilo que disse. Acho que o senhor desvaloriza esta problemática,

não lhe conferindo sequer a dimensão simbólica que estas medidas têm e a mensagem que é importantíssima que passemos.

Por último, relativamente à questão da taxa, volto a dizer que aquilo que se define é um teto máximo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um imposto!

A Oradora: Definido esse teto máximo o Governo tem toda a legitimidade para a fixar dentro das balizas que são definidas por esta câmara, na certeza de que o fará atendendo às circunstâncias e aos fins que se visam.

Por esse motivo consideramos que a nossa proposta é a melhor proposta. É uma proposta que confere flexibilidade e que permite responder a cada momento concreto.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos a pagar dívidas que o Eng.º Sócrates fez, a senhora e essa bancada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Às declarações da Sra. Deputada?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu considero nesta Casa que é absolutamente fundamental que os partidos políticos e os diversos deputados se respeitem mutuamente.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Eu não lhe faltei ao respeito!

O Orador: Da minha parte já cometi excessos, com certeza. Mas agora foi a vez da Sra. Deputada Isabel Almeida...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Eu não lhe faltei ao respeito!

O Orador: ... ter um registo absolutamente desadequado em relação à sua própria forma de estar na política e em relação àquilo que eu tinha dito.

Eu disse de uma forma absolutamente civilizada, racional, nada exaltada, muito menos demagógica, que este não era o momento.

A Sra. Deputada vai desculpar-me, mas falta à verdade quando diz horas,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O Sr. Deputado é o único detentor da verdade!

O Orador: ... momentos. Eu não disse nada disso.

Os Srs. Deputados que ouviram, e foram muitos, ouviram-me falar em meses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu ouvi!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Ouvi falar em “agora”!

O Orador: Este é o registo.

A Sra. Deputada faltou à verdade e desrespeitou aquilo que eu tinha dito que não foi num estilo nada demagógico. É uma preocupação.

Eu até disse que concordo com, em determinadas circunstâncias e cumpridas determinadas metas, uma taxa, mas considerei que neste momento as circunstâncias são essas.

Depois, também não pode interpretar como jurista que é, e uma jurista que eu respeito em absoluto, que compete ao Governo Regional no prazo máximo. Prazo máximo, não quer dizer que se vai cumprir os 180 dias, ou seja, até pode ser um mês depois.

O Governo Regional é que sabe e é que fica com essa incumbência.

Portanto, não me venha dizer, somar o prazo máximo e depois mais um ano. Mais um ano são mais 180 dias. Dependerá daquela que for a decisão do Governo Regional nessa matéria.

Portanto, essa contabilidade também não pode ser efetuada dessa forma, Sra. Deputada.

O meu protesto, com a maior consideração que tenho por V. Exa., é que conceda que V. Exa. se excedeu na forma como se me dirigiu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peça desculpa! Fica-lhe bem pedir desculpa!

A Oradora: ... penso que ter dito que o senhor tinha procedido a um exercício demagógico, não constitui uma ofensa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!!! Chamar demagogo a alguém, não é ofensa?!

A Oradora: Se o senhor me deixar concluir, eu concluo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há dois mil anos que isso é ofensivo!

A Oradora: O Sr. Deputado deixa-me concluir ou não?

Presidente: Vamos permitir que a Sra. Deputada termine o seu contraprotesto.

A Oradora: Eu espero que este tempo seja descontado dos meus minutos, Sra. Presidente.

Presidente: Claro que sim.

A Oradora: Obrigada.

Não creio que constitua uma ofensa. Foi a apreciação que eu fiz da forma como o senhor procurou induzir as pessoas na ideia de que este diploma entraria em vigor mais cedo do que na realidade vai entrar.

De qualquer forma, se o ofendi, peço-lhe desculpa e lamento que isso tenha acontecido, porque não é meu apanágio ofender ninguém e acho que o debate se deve fazer com elevação.

Reitero no entanto que, em consciência, acho que a expressão que utilizei não é de todo ofensiva. Espero que o Sr. Deputado utilize em todas as suas próximas intervenções nesta Casa o mesmo critério e o mesmo rigor que me exigiu agora. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Passo então a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou inscrito?

Presidente: Estava inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, prescindo.

Presidente: Então passo a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Chegada a esta fase do debate e partindo do princípio que a aplicação de uma Ecotaxa vai reduzir o consumo de sacos de plástico e irá favorecer o ambiente, tem que se fazer uma outra pergunta: o que é que é melhor para os açorianos? É uma taxa de dois cêntimos ou é uma taxa que pode ir até aos cinco cêntimos? O que é que é melhor para os açorianos num contexto de crise?

Convinha que o proponente e os subscritores do diploma em discussão respondessem a esta pergunta.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Já respondi!

O Orador: Se para alguns pode ser fácil ser mãos largas com o dinheiro dos outros, para o PSD não é!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se pode criticar a austeridade todos os dias e depois ir buscar milhões de euros ao bolso dos consumidores. Não pode ser assim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Quais milhões?

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, sendo retirada a consignação da Ecotaxa à ERSARA, a situação ainda se agrava mais, uma vez que vamos ficar sem saber de todo para onde é que vão estes milhões de euros.

Já não estamos a falar de uma Ecotaxa, mas sim de um imposto. Portanto, até o nome do diploma devia ser alterado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor devia saber que os impostos podem ser consignados!

O Orador: O Sr. Secretário Regional assumiu aqui que o consumo de sacos de plástico na Região seria certamente muito superior aos cinquenta milhões de unidades por ano. Logo, mesmo com a expetável redução do consumo de sacos de plástico continuaremos a falar da cobrança de milhões de euros aos consumidores açorianos.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Aonde, senhor?

O Orador: Não é aonde, é objetivo. É fazer as contas, Sra. Deputada.

Estamos aqui a falar da aplicação já não de uma Ecotaxa, mas de um imposto que vai arrecadar milhões de euros (mais de um milhão certamente!) ao bolso dos consumidores açorianos.

Todas as cautelas devem ser utilizadas por quem tem a responsabilidade de produzir leis, que é esta Casa, quando se decidem matérias deste teor e desta importância.

Mais uma vez volto a apelar aos Srs. Deputados para que tenham consciência e sensibilidade social, para quando se vai buscar dinheiro aos consumidores e aos contribuintes da Região, para que o façamos apenas na medida suficiente (nem mais, nem menos!) para atingir os objetivos que são pretendidos.

Os objetivos pretendidos são a redução da poluição ambiental causada pelos sacos de plástico e não quaisquer outros, sob pena disto ser uma medida excessiva e castigadora da população dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições para participar no debate. Não havendo, penso que estamos em condições...

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Queria só aproveitar esta última intervenção para realçar mais uma vez a importância desta iniciativa. Por outro lado, agradecer a todos os deputados

envolvidos neste debate a visão positiva e pró-ativa nesta questão, que penso que irá ser muito importante na imagem que os Açores vão ter a nível europeu como uma das primeiras regiões que vai tomar uma iniciativa no âmbito de uma das metas que vai ser em breve votada e aprovada na Comunidade Europeia para redução dos sacos de plástico na Europa.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos então passar à votação do diploma.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 1.º deste Projeto de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 3.º.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, pedia a votação do artigo 3.º, número a número, se fosse possível.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que sendo aprovada a proposta do Partido Socialista a proposta do PSD ficará prejudicada, creio que esta é a oportunidade para reiterar aquilo que disse nas minhas duas intervenções anteriores.

A proposta do Partido Socialista não fixa a taxa neste valor. Estabelece apenas um teto máximo para essa taxa, confiando, como não pode deixar de ser, no julgamento do Governo que em cada momento fixará o valor que for mais adequado, quer em função das circunstâncias que se verificarem em cada momento, quer em função dos fins que se visam com a taxa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Um cheque em branco!

A Oradora: Queria reiterar esta explicação para que não haja indução em erro das pessoas de que a taxa foi fixada neste valor.

É permitida uma margem e aquilo que fazemos é limitar o valor máximo que essa taxa poderá algum dia vir a ter.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta as palavras da Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, o facto é que a votação deste ponto, caso seja aprovado (o valor da taxa) é a parte mais importante da votação de todo deste diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é não!

Deputado André Bradford (PS): É porque o senhor não percebeu o espírito do diploma!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora se percebemos!

O Orador: Percebemos, percebemos.

Queríamos reiterar que, apesar da abertura apresentada pela Sra. Deputada dizendo que isto é o valor máximo, o PSD o que defende é que o valor máximo seja o valor de dois cêntimos e não permita a oscilação de valores superiores, porque é o que faz a diferença entre uma Ecotaxa e um imposto.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não é isso que diz a sua proposta!

O Orador: O que defendemos é que o valor seja fixado nos dois cêntimos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, lamento, mas não é isso o que diz a sua proposta.

A sua proposta não fixa um valor máximo. A sua proposta fixa um valor. Ponto final.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi isso que eu disse!

A Oradora: De acordo com a proposta do PS, pode até ser fixado num valor inferior ao que os senhores propõem. Aquilo que o senhor faz é isso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está-se mesmo a ver!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ponha isso no diploma!

A Oradora: Além de que a vossa proposta, em relação à proposta do Partido Socialista, deixa de fora uma questão instrumental, mas que é fundamental, que é, a taxa cobrada ao consumidor final seja obrigatoriamente discriminada no recibo que é entregue ao consumidor.

Obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Deputada, vamos votar a favor do n.º 2.
Tenha calma, vamos chegar lá!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Penso que agora estamos em condições de passar à votação.

Está à votação a alteração do Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a alteração ao n.º 2, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração do PSD a este artigo.

Queria apenas informar a câmara que, por lapso, não votei os artigos 1.º e 2.º com as alterações que lhes foram introduzidas. Farei agora juntamente com o artigo 3.º.

Está à votação o artigo 1.º com as alterações que foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º com as alterações que lhe introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: E, agora sim, está à votação o artigo 3.º com as alterações que lhe introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do Projeto de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PS, ao n.º 2 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Os artigos 6.º, 7.º e 8.º não têm propostas de alteração. Penso que poderei colocar à votação em conjunto.

Não havendo oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento do artigo 8.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do artigo 8.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 9.º com as alterações introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao artigo 10.º, apresentada pelo Partido Socialista.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sendo que aprovada esta proposta do Partido Socialista fica prejudicada uma proposta de alteração, ao mesmo artigo, apresentada pelo PSD, para frisar que entendemos que 180 dias são seis meses. Parece-nos um tempo excessivo para que o Governo Regional possa regulamentar esta matéria.

Entendemos que 90 dias (a proposta que fazemos) seriam mais que suficientes para que os serviços do Governo possam trabalhar e regulamentar um diploma desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, a nossa proposta não dá mais tempo não porque os serviços do Governo não possam fazer num prazo mais curto,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, pois!

A Oradora: ... mas porque combina-se esta regra com a regra da entrada em vigor do diploma, dando mais tempo aos empresários e aos consumidores para se adaptarem ao novo regime.

É esta a razão de ser da proposta que o Partido Socialista apresenta.

É beneficiar os empresários e beneficiar os consumidores, dando-lhes mais tempo para se adaptarem ao novo regime.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca vi uma taxa beneficiar um consumidor!

(Risos do Deputado Artur Lima)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Vamos votar o artigo 10.º com a alteração que lhe introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do artigo 10.º-A, apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta norma transitória que o PSD propõe sob a forma de aditamento visa ir ao encontro daquilo que é o espírito deste diploma, que é a preocupação ambiental, a educação ambiental e a mudança das consciências acima de todas as outras preocupações que o diploma verte.

Portanto, entendemos que não se deve esperar pela arrecadação de receita para que comecem as ações de sensibilização.

Elas devem ser tão imediatas quanto possível.

Portanto, uma vez que aqui foi votado um prazo maior para que o Governo possa regulamentar este diploma, julgamos que 180 dias para regulamentar mais 30 dias, será mais do que suficiente para que se iniciem as campanhas de sensibilização quanto à redução do consumo de sacos de plástico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar esta proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação o artigo 11.º com a alteração que lhe introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o Projeto de DLR foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Luís Rendeiro pede a palavra para?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD absteve-se na votação final deste diploma, porque continua a entender que a forma como decorreu o debate e a votação levou a que se criasse mais um imposto sobre os açorianos. Não poderíamos votar favoravelmente a criação daquilo que se pode tornar em mais uma medida penalizadora para os consumidores.

Somos sensíveis às preocupações ambientais que estão na origem, na génese, quer da petição, quer da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Entendemos que o diploma contém um conjunto de preocupações e contém, na sua estrutura, um conjunto de normas às quais somos completamente favoráveis (também não poderíamos votar contra), mas entendemos que o teto máximo que o Partido Socialista atribuiu à possibilidade que dá ao Governo de cobrar cinco cêntimos, ou até cinco cêntimos por um saco de plástico, é excessiva, é penalizadora e é um peso que não deveria ser colocado sobre os ombros dos consumidores açorianos nesta fase.

Daí a nossa abstenção num diploma que poderia ter sido muito importante para o ambiente, mas que vai acabar por, para além de ter a sua preocupação inicial contida, ter às costas um imposto e um peso extraordinário para os consumidores da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não podia deixar de fazer esta intervenção depois da intervenção da Sra. Isabel Rodrigues para explicar aquela que foi a orientação de voto do PPM nesta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada, talvez!

O Orador: Sra. Deputada Isabel Rodrigues!

Deputado Berto Messias (PS): Nós percebemos, Sr. Deputado. Não se incomode!

O Orador: A Sra. Deputada Isabel Rodrigues, nesta matéria, demonstrou bem que esta medida não é para levar a sério.

Diz a Sra. Isabel Rodrigues: bem, 180 dias, mais um ano, ou no caso da alínea b) do artigo 11.º, dois anos, é um período de adaptação. Este período de adaptação tem a seguinte característica:...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Isso é uma declaração de voto ou é uma intervenção que o senhor não teve coragem de fazer no período de debate?

O Orador: ... há um momento em que consumidor é taxado e depois há um outro momento em que o consumidor não é taxado. Há um momento que não é e um momento em que é!

Sra. Deputada, diga-me qual é o período de adaptação?

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Só se for a mentalização, ou seja, o consumidor...

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar as outras bancadas.

O Orador: Já vou terminar.

Presidente: Não é.

Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Eu percebo, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não estou a pedir para terminar. Só lhe estou a dizer que não pode interpelar as outras bancadas...

O Orador: Claro!

Presidente: ... porque está no uso da palavra para uma declaração de voto.

O Orador: Muito bem!

Eu só estava a fazer esta referência, porque esta referência é absolutamente convincente, penso eu, em relação à forma como esta legislação está a ser aprovada.

De facto, o consumidor tem aqui uma benesse...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sr. Deputado, faça a sua declaração de voto!

O Orador: ... por parte do Partido Socialista e do Partido Comunista, que é conivente.

Não nos podemos esquecer, apesar do diploma ter sido alterado em 90% pelo Partido Socialista, que o diploma original é do PCP.

São absolutamente coniventes nesta matéria. Portanto, tem aqui uma benesse para o consumidor açoriano. A benesse é que tem dois anos e meio para se adaptar e habituar à ideia que vai ser taxado.

O problema é o facto de que se decorrerem os prazos máximos, como a Sra. Deputada Isabel Rodrigues tinha referenciado, isto significa que isto já vai parar à responsabilidade do próximo Governo Regional dos Açores.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não é verdade! É lamentável que o senhor diga isso numa declaração de voto!

O Orador: Se fizermos as contas é isto que pode acontecer.

Neste sentido, devo dizer que esta decisão que o Parlamento dos Açores tomou hoje é negativa para a imagem do Parlamento, é contraproducente do ponto de vista ambiental, é contraproducente do ponto de vista ecológico e não traz ninguém para a causa ambiental, não traz ninguém para a causa ecológica, não traz ninguém para a defesa dos interesses dos Açores. Muito pelo contrário, vai ser muito mal recebida pela população e evidentemente serve muito mal os interesses ambientais da Região.

Nesta matéria é absolutamente evidente que isto é um erro brutal por parte de quem propôs, de quem alterou...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor está a dizer um chorrilho de asneiras!

O Orador: ... e de quem acabou por aprovar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues pede a palavra para?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada não pode...

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Eu tenho que protestar, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão não usou do tempo de debate para me interpelar e

para discutir as questões que eram para ser discutidas e reservou-se para a declaração de voto para interpelar a bancada do PS e fazer a discussão que não quis fazer quando era tempo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Inadmissível!

Presidente: Sra. Deputada, eu não lhe posso dar a palavra para um protesto, porque efetivamente o Regimento não permite protestos a declarações de voto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ela sabe!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas também não permite declarações de voto a interrogar-me!

Presidente: ...apesar de que naturalmente o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem plena consciência de que não utilizou devidamente esta figura regimental, com certeza.

Deputado Berto Messias (PS): Não é possível protestar pela falta de consciência num debate parlamentar!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aproveitar esta última intervenção para fazer uma declaração de voto no sentido de que penso que foi perdida uma excelente oportunidade dos partidos envolvidos nesta discussão, desde o período em que se discutiu a petição de um cidadão da Ilha de Santa Maria, até à iniciativa do Partido Comunista, e as discussões que decorreram na CAPAT e aqui neste Parlamento, para chegarmos a uma solução de consenso que não foi possível. Mas gostaria de salientar dois aspetos:

Primeiro: a proposta do Partido Socialista, que melhorou a proposta do Partido Comunista, permite uma grande flexibilidade na aplicação deste custo para o saco de plástico, permitindo até, se possível, um custo até inferior à proposta do PSD.

Depois, queria realçar que o período de transição que é necessário realizar-se deve-se ao facto muito simples de que as empresas precisam de gerir *stocks* já existentes.

É necessário termos em consideração este facto importante para a gestão e planeamento das empresas.

Queria realçar também mais uma vez que os Açores vão servir como exemplo europeu, que os Açores são um destino europeu de excelência ambiental e esta é mais uma medida nesse sentido.

Obrigado.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Votámos contra este diploma e este é um momento que exige alguma solenidade, porque é um momento histórico neste Parlamento.

É um momento histórico em que desde os Deputados oriundos da UDP e integrantes do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem são?

O Orador: ... da esquerda mais radical e contestatária, desde a esquerda mais aburguesada do Partido Socialista...

Deputado José Ávila (PS): E a declaração de voto?

O Orador: ... à esquerda radical do Partido Comunista, à esquerda caviar do Bloco de Esquerda, todos aplicaram uma taxa aos açorianos.

O momento é histórico e digno de registo.

A direita foi absolvida!

Pode aprovar todas as taxas daqui para a frente...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não pode!

O Orador: ... porque vai ser conhecida esta taxa como a taxa esquerdina.

O Bloco de Esquerda a aplicar uma taxa aos açorianos! O Bloco de Esquerda!... Louçã deve estar em êxtase, coitado, quando ouvir estas coisas.

Os fundadores da UDP, coitados, vão dar voltas no túmulo!

Deputado Berto Messias (PS): Estão vivos, por aí!

O Orador: Os que já faleceram.

Dos camaradas socialistas da esquerda aburguesada, já não se estranha, porque estes já eram coniventes e apoiantes do camarado Eng.º Sócrates.

Portanto, votámos convictamente contra esta taxa. O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, o grande defensor dos trabalhadores, vêm para aqui e em vez de taxar as grandes empresas, o Partido Comunista vem taxar o povo. Esta é a taxa do povo! Vai ficar conhecida como a taxa do povo, aplicada pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista.

Ao PS ainda se lhe perdoa porque já estavam habituados a taxar. No entanto, ficam as velhas glórias da UDP também associadas a essa taxa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem são?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Como foi nítido ao longo da tramitação desta iniciativa da Representação Parlamentar do PCP, alguns dos partidos alhearam-se de dar contributos, contributos que foram solicitados pelo autor em janeiro.

Aliás, um desses partidos é exatamente o CDS-PP que, como ficou comprovado, sobre este assunto, nada tem a dizer e que o contributo que pode dar para a redução da utilização de sacos de plástico é mesmo o caminho do empobrecimento do país...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador:... que leva à redução do consumo, que leva à redução de menos resíduos e, como tal, à redução da utilização de sacos de plástico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O povo vai pagar as taxas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os pensionistas vão pagar!

O Orador: Esta é a solução da direita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As velhinhas, coitadinhas, vão pagar!

O Orador: Outros partidos não souberam muito bem de que lado é que deviam estar em defesa do ambiente, mas entretanto com situações sempre de grande dualidade relativamente a esta matéria, como foi o caso do PSD, que não foi capaz de assumir uma coisa que é fundamental, porque aquilo que aqui foi aprovado, ao contrário do que disse o CDS-PP, não foi um imposto a uma taxa. Aquilo que aqui foi aprovado foi uma iniciativa que visa e tem por objetivo a redução da utilização de sacos de plástico.

Todos temos consciência de quais são os impactos negativos da libertação destes materiais no meio ambiente, designadamente no meio ambiente marinho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, ou há regras, ou não há! Quero protestar!

O Orador: A aprovação desta iniciativa coloca os Açores à frente de todas as regiões do país.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, pois coloca!

O Orador: Coloca os Açores ao lado de muitas regiões, de muitas cidades e países que já assumiram medidas que visam o desincentivo do uso de sacos de plástico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande progresso! Aplicar taxas quando os outros países não têm!

O Orador: Aliás, é um problema para o qual todos devíamos ter consciência. Alguns dos partidos aqui presentes e que se arvoram de uma grande tradição na sua fundação, até de uma grande matriz ambientalista, acabaram por não aprovar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não nos esquecemos do povo!

Deputado Manuel Pereira (PS): O povo é que se esqueceu de vocês!

O Orador: Estamos, com a aprovação desta iniciativa, a agir de forma local, procurando reduzir a utilização dos sacos de plástico na Região Autónoma dos Açores.

Mas estamos também a agir globalmente dando força a esta ideia, contribuindo para a consciência global em relação aos malefícios da utilização do plástico que forçosamente têm que ser reduzidos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, como não podia deixar de ser, votou a favor desta iniciativa do Partido Comunista Português.

Votámos, porque entendemos que irá beneficiar imenso a Região enquanto um marco mundial de biodiversidade.

Portanto, faz todo o sentido, na nossa Região, a existência de medidas que desincentivem a utilização de sacos de plástico. Aliás, o plástico é tido como uma autêntica praga ambiental, comparável por exemplo ao tabaco e ao álcool. Além disso, tem um custo de produção que deverá ser devidamente compensado.

Eu não entendo, e o Bloco de Esquerda também não entende, como é que o CDS-PP, que tem responsabilidades governativas, criou e prefere criar contribuições extraordinárias de solidariedade para...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a mesma taxa! A mesma coisa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sei qual é a ligação com um saco de plástico!

O Orador: Pois, mas é uma taxa sobre o quê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a mesma taxa, Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há taxa nenhuma!

O Orador: O CDS-PP prefere cobrar impostos extraordinários sobre o trabalho do que propriamente criar uma taxa para os sacos de plástico. Isso é completamente incompreensível.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Álcool, tabaco e saco de plástico, é tudo a mesma coisa!

O Orador: Até parece que trabalhar é prejudicial à saúde, enquanto que um saco de plástico não requer qualquer taxação, apesar de ser uma reconhecida praga ambiental com consequências não só em termos ambientais, mas também de saúde pública.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E uma taxa para o álcool e para o tabaco?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos assim no ponto cinco da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 64/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos de idade, inclusive”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do CDS-PP tem em conta que a Região Autónoma dos Açores, à semelhança do que acontece no país, atravessa uma crise grave económica, financeira e social, que tem levado a um aumento da taxa de desemprego, sobretudo na faixa etária jovem, bem como a um aumento do êxodo de muitos jovens açorianos.

Assim, considerando que compete ao Governo Regional dos Açores criar condições necessárias e suficientes para estimular a fixação de jovens na Região;

Considerando também que o Governo Regional tem desenvolvido um conjunto de medidas no sentido de facilitar a mobilidade dos jovens açorianos inter-ilhas e dentro do quadro europeu;

Considerando também que um dos instrumentos vigentes que facilita essa mobilidade, em particular por via marítima, é o Cartão Interjovem, que merece atualmente o reconhecimento por parte dos jovens açorianos, principalmente com o intuito de potenciar o turismo jovem nos Açores;

Considerando que dadas as circunstâncias em que nos encontramos é que cada vez menor o número de jovens com capacidade financeira para potenciar um fluxo de turismo interno nos Açores;

Considerando também que um dos fundamentos para o estabelecimento do contrato programa entre o Governo Regional dos Açores e as Pousadas da Juventude dos Açores, SA, para promover a gestão do Cartão Interjovem se prende com a necessidade do mesmo evoluir nas suas diversas componentes passando a ser mais abrangente;

Propomos que se alargue o âmbito da aplicação do Cartão Interjovem visando abranger os jovens até aos 35 anos de idade, inclusive, em todas as suas valências (isto por quê? Por o escalão etário dos 29 aos 34 anos ser aquele que tem sofrido mais com o desemprego) e que reformule o protocolo estabelecido com a SATA que criou o Cartão Interjovem, mantendo assim a redução de 50% sobre a tarifa de residente nas ligações aéreas inter-ilhas no sentido de assegurar que essa tarifa promocional normal garanta o direito à reserva de lugar nas condições que vierem a ser definidas pela SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Cartão Jovem Europeu, inicialmente, foi produzido para os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 26 anos de idade.

A União Europeia tem tido uma forte aposta no âmbito de incentivo e apoio à juventude europeia, ao fomento do emprego, à mobilidade jovem e ao turismo jovem.

No ano de 2009, a União Europeia alargou a idade do Cartão Jovem Europeu para os 30 anos. Desta forma, para as instâncias europeias 30 anos é a idade definida como a idade limite para o acesso a iniciativas públicas destinadas a jovens.

Nos Açores, foi criado o Cartão Interjovem por forma a fomentar a mobilidade dos nossos jovens na nossa Região.

Uma política de mobilidade jovem não se pode, única e exclusivamente, resumir ao Cartão Interjovem. É preciso mais, como é óbvio.

No entanto, o Cartão Interjovem é apenas um pequeno incentivo à mobilidade dos nossos jovens, fomentando a troca de experiências e o conhecimento pela diversidade das ilhas dos Açores, tornando-os cúmplices no desenvolvimento da nossa Região.

Ao longo dos anos, o Cartão Interjovem sofreu diversas alterações, nomeadamente o preço a pagar pela viagem final.

Inicialmente, após a aquisição do Cartão, as viagens passaram a custar, única e exclusivamente, um euro. Posteriormente, a tarifa por viagem foi alterada para cinco euros por viagem.

Atualmente, segundo dados do *site* da RIAC, o custo é de sete euros e meio.

Recentemente, a SATA, em parceria com o Cartão Interjovem, criou condições especiais para os passageiros com idades compreendidas entre os 13 e os 31 anos que preveem descontos de 50% nas viagens entre as ilhas dos Açores e 20% nas viagens para a Europa.

Para isso, o passageiro tem que ser detentor do Cartão Interjovem, as reservas não têm confirmação de lugar, o cliente fica sujeito à disponibilidade de lugares no dia do voo,...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, já conhecemos a realidade!

O Orador: ... são permitidas alterações de reserva, a tarifa não é reembolsável, o passageiro tem direito à franquia normal de bagagem permitida segundo o que está no *site* da SATA.

Nas viagens para a Europa, todos os portadores do Cartão Interjovem têm um desconto sobre qualquer tarifa nas rotas europeias.

No entanto, os descontos não se aplicam em viagens entre os Açores e o Portugal Continental, que supostamente é onde existe o maior fluxo de passageiros jovens, na sua maioria estudantes, os quais muitas famílias fazem muitos sacrifícios para que os seus filhos possam completar os seus estudos.

Desta forma, importa também perceber quantos jovens, no último ano, por exemplo, viajaram na SATA ao abrigo dos termos deste Cartão Interjovem, bem como no transporte marítimo de passageiros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, com este Projeto de Resolução, pretende alargar o âmbito do Cartão Interjovem visando abranger os jovens até aos 35 anos de idade, inclusive em todas as suas valências e que o Governo Regional reformule o protocolo estabelecido com a SATA que criou a tarifa Interjovem, mantendo a redução de 50% sobre a tarifa de residente nas ligações aéreas inter-ilhas, no sentido de assegurar que essa tarifa promocional, normal, garanta o direito à reserva de lugares nas condições que vierem a ser definidas pela SATA.

O PSD apoia esta iniciativa do CDS-PP.

É uma iniciativa equilibrada e uma forma equilibrada de ajudar os nossos jovens, porque achamos que é uma forma de contribuir para o combate às dificuldades financeiras por que passam diversos jovens e famílias jovens na nossa Região, dificultando-os na sua mobilidade inter-ilhas.

É preciso não esquecer que atualmente temos as maiores taxas de desemprego já alguma vez verificadas na história da nossa Autonomia Política Administrativa, nomeadamente nas faixas mais jovens, atingindo os 39,6%, sendo que cada vez mais a juventude encontra sérias dificuldades, com poucas capacidades financeiras e poucos recursos que as possibilite na sua mobilidade.

Por outro lado, com a desertificação de algumas das nossas ilhas, trata-se de uma boa forma para fomentar a fixação de jovens na nossa Região dando-lhes boas acessibilidades a baixo custo e boas condições de mobilidade.

Podemos afirmar que trata-se igualmente de facilitar a mobilidade e o turismo jovem dentro da nossa Região, fazendo com que os nossos jovens possam conhecer a nossa realidade e a realidade de cada uma das nossas ilhas, trocando experiências e fomentando o intercâmbio cultural e juvenil.

Não podemos é ter um peso e duas medidas. Se existe, por exemplo, uma série de programas do fomento ao incentivo e ao empreendedorismo, como o caso do

SIDER, do EMPREENDEJOVEM, entre outros, que considera de facto a idade de um jovem até aos 35 anos, ou mesmo como é exposto no Projeto de Resolução em que refere que os Conselhos Municipais de Juventude eleva como idade limite de um jovem os 35 anos, assim faz também sentido que o Cartão Interjovem possa ser expandido até aos 35 anos de idade.

Desta forma, o PSD irá votar favoravelmente esta medida a bem da juventude açoriana.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Cartão Interjovem quando foi criado tinha objetivos perfeitamente delimitados e o principal objetivo de todos era de facto, como bem disse o Sr. Deputado Cláudio Almeida, o fomento da mobilidade jovem.

Dentro desse fomento de mobilidade o que se pretendia era que os nossos jovens conhecessem as suas ilhas, todas elas, nas suas diversas vertentes, a sua cultura, o seu ambiente, no fundo também, que criassem laços entre si, entre os jovens de todas as ilhas.

Visava também possibilitar a jovens de uma determinada faixa etária e que ainda não detivessem autonomia financeira, no meio de jovens que também a detinham, a possibilidade de, de forma mais vantajosa, poderem mover-se entre as ilhas.

É este o real objetivo do Cartão Interjovem, é o turismo jovem.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Temos que olhar para o Cartão Interjovem como tendo este principal objetivo. É aqui que encontramos o primeiro problema com a proposta do CDS-PP.

A proposta do CDS-PP desvirtua aquilo que é o objetivo principal do Cartão Interjovem.

Temos aqui um instrumento de mobilidade jovem, não um instrumento de fomento económico puro e duro. É um instrumento dirigido exclusivamente ao turismo jovem.

Oferece também um conjunto de vastos benefícios que foram negociados com cerca de trezentos parceiros, parceiros esses que em virtude desta proposta ver-se-iam obrigados a renegociar ou a repensar todas as condições que levaram a que aderissem ao Cartão Interjovem e uma dessas condições era claramente o limite dos 30 anos.

Aquilo que se prevê efetivamente é que com o alargamento do Cartão Interjovem até aos 35 anos haja uma perda de aderentes na ordem dos 70 a 90%.

Haverá uma redução larga de benefícios que serão dados aos jovens que hoje usufruem do Cartão Jovem, porque também este alargamento, este aumento, implica custos para os aderentes do cartão, que a ele podem naturalmente não querer continuar a fazer parte.

Depois, outra questão que se põe, e que aqui foi colocada pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, é a uniformidade da idade.

É uma questão com a qual temos que ter cuidado, porque cada caso é um caso.

O Cartão Interjovem foi criado para jovens até aos 30 anos.

O EMPREENDEJOVEM, que aqui tanto fala, foi criado para jovens até aos 35 anos, porque os objetivos do EMPREENDEJOVEM são diferentes dos objetivos do Cartão Interjovem.

De qualquer modo, o Sr. Deputado referindo-se ao EMPREENDEJOVEM, como se referiu na sua proposta, não referiu que o EMPREENDEJOVEM pode ir até aos 40 anos, consoante certas condições.

Temos também os programas da agricultura que vão até aos 40 anos, porque que as condições e os objetivos são diferentes. Cada caso é um caso.

Não podemos uniformizar tudo aos 35 anos, nem está legalmente determinado em lado nenhum que a idade máxima para qualquer programa são os 35 anos, depende dos objetivos que se pretendem alcançar com cada programa, com cada sistema de incentivos, com cada iniciativa.

Também temos aqui uma questão, que é a questão principal, que é a questão da responsabilidade.

Este alargamento até aos 35 anos irá implicar para os parceiros do Cartão Interjovem um aumento de custos tremendo e que será incomportável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Justifique!

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Quais são?

A Oradora: Justifico sim senhor.

No caso das tarifas aéreas, por exemplo, a reformulação da tarifa aérea até aos 35 anos irá implicar uma perda para a SATA no valor de quase dois milhões de euros (1.7 milhões de euros!).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Credo!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso paga-se com os sacos de plástico!!!

A Oradora: No caso das companhias de transporte marítimo este alargamento de idade irá causar um custo no valor de meio milhão de euros (500 mil euros).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Orador: Isto não é falso. São contas reais.

A questão é saber, já que estão tão preocupados em não sobrecarregar as pessoas, em não sobrecarregar mais o erário público,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois milhões por ano?

A Oradora: ... se os senhores estão dispostos a responsabilizar-se por uma proposta que tratará uma maior sobrecarga às empresas de transporte marítimo e aéreo?

O PS não está disposto a responsabilizar-se por isso. O PS não pode aprovar esta proposta por uma questão de responsabilidade.

Não podemos aceitar uma proposta que implique este tipo de custos, que diminua largamente a atratividade do cartão, que reduz benefícios, contrariando aquilo que o Sr. Deputado até pretendia com esta proposta.

Deste modo a bancada do Partido Socialista irá votar contra a proposta apresentada.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha! Com falsidades!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Vai esclarecer as falsidades todas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois milhões de euros ao ano? É mentira!

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à questão da definição de jovem e dos programas específicos (é evidente que há objetivos específicos para os vários programas), de facto, jovem é apenas um conceito, conceito este que evolui ao longo do tempo, de tal forma que se tem até alterado o conceito de reforma (vamos reformar todos mais tarde, como sabemos). Portanto, o conceito de 3.^a idade também se altera e os conceitos são notáveis.

O que acontece é que me parece ser contraproducente termos diferentes definições de jovens que cumprem e que pretendem atingir quase os mesmos objetivos. Por exemplo, os Conselhos Municipais de Juventude vão dos 18 aos 35 anos; o EMPREENDEJOVEM vai dos 18 aos 35 anos;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até aos 40!

O Orador: ... o PRORURAL até aos 35 anos, a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade vai até aos 40 anos, etc., etc..

Vamos às questões que poderiam ser críticas e que têm a ver, de facto, com a autonomia financeira, ou não autonomia financeira, dos jovens.

Quando entramos com o escalão dos 29 aos 34 anos, há apenas um crescimento de 8% da população. Mas se compararmos o que acontece com os senos de

2001, tínhamos hipoteticamente 25% da população açoriana que podia ser abrangida pelo Cartão Interjovem.

De acordo com os censos de 2001, o que temos é um decréscimo da população dos 15 aos 24 anos. Portanto, há menos beneficiários do Cartão Interjovem neste momento, de acordo com os censos de 2001, o que implica que temos uma redução de potenciais utilizadores desse cartão.

Se considerarmos o acréscimo que há no escalão acima, que vai até aos 35 anos, acontece que há um acréscimo percentual de apenas 3% da população.

Mas reparemos noutra coisa, nas condições que existem neste momento e que no passado não havia, que é o aumento do número de lugares disponíveis nos aviões de SATA, o número de lugares disponíveis nos barcos que estão aí e que ultrapassa largamente esses 3%, que sobe relativamente à população jovem que poderia usufruir do Cartão Interjovem em 2001.

Portanto, não percebo como é que se gastam dois milhões de euros por ano.

De facto, o que acontece é que passámos de 2007 para 2012, de uma taxa de ocupação da SATA de 66% para uma taxa de ocupação de 56%.

Acontece também que é no escalão etário dos 24 aos 29 anos que há a maior taxa de desemprego na Região. É nesse escalão etário.

A senhora vem dizer que essa gente tem autonomia financeira. Tem! Os pais têm autonomia financeira. Os pais e os avós que têm que garantir a alimentação desses casais jovens que não têm emprego e que não têm possibilidade de conhecer novas realidades.

Portanto, é necessário alterarmos os objetivos do Cartão Jovem. Não é só para passear, é para conhecer, é para estabelecer amizades e para dar sentido à coesão territorial que não temos.

Não percebo essa postura do Partido Socialista, porque não há números que justifiquem estes acréscimos.

O que acontece é que sempre que há uma alteração implica alterar as regras, implica fazer novas negociações. Agora não há argumentos económicos para justificar um chumbo desta natureza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que a grande novidade em relação a esta matéria é, porque em termos de Comissão o Governo não fez chegar, certamente porque não lhe foi pedido, estes dados, mas gostava de perceber que variáveis foram tidas em consideração para que a Sra. Deputada Marta Couto chegue à extraordinária verba de quase dois milhões de euros.

Queria que me descrevesse as variáveis para saber como é que chega a um valor desses. É um valor que eu, desde já, tenho muitas dificuldades em perceber como é que a Sra. Deputada chega a ele.

Aguardo esse esclarecimento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fico com a sensação de que o Partido Socialista e a Sra. Deputada Marta Couto têm uma visão reduzida daquilo que deve ser o plano para o Cartão Interjovem. Aliás, quando a Sra. Deputada refere aqui que vem desvirtuar o inicial do Cartão Interjovem, digamos que não pensam em evoluir, não querem contribuir para a mobilidade dos jovens, para a economia da nossa Região.

Mais do que um instrumento de mobilidade e de turismo, o Cartão Interjovem também deve ser (e tem de ser!) um estímulo para a iniciativa dos jovens e a sua mobilidade enquanto jovens e não só destinado para o turismo.

Deve ser mais do que isso, mais do que mobilidade. Deve contribuir para a fixação dos jovens nas ilhas, deve contribuir para que jovens que estejam a residir e a trabalhar em determinadas ilhas possam ao fim-de-semana ou durante a semana ir a casa visitar os familiares.

Tem que ser mais do que mobilidade e do que turismo. O Cartão Interjovem tem que abrir portas, tem que abrir a sua visão em relação a isso.

A Sra. Deputada Marta Couto referiu aqui que obrigava à renegociação das condições com os parceiros do Cartão Interjovem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Mas isto é obrigação do Governo, é renegociar todos os anos as condições com os parceiros do Cartão Interjovem. Têm que pensar anualmente, porque todos os anos, como sabem, a economia apresenta novos destinos e diferencia-se de anos anteriores.

Mais do que isso: a Sra. Deputada refere aqui, por exemplo, que haveria uma perda dos parceiros entre 70 a 90%.

Com que base é que a Sra. Deputada refere isso?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já os consultou?

O Orador: Já agora fico curioso para saber com que base a senhora refere isto. Será que já os consultou? Já fez um estudo de mercado? Ou o Partido Socialista e o Governo não fazem estudos de mercado?

Mais do que isso, Sra. Deputada, devo reforçar aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu aqui. Com que base é que a Sra. Deputada refere que vai haver perdas na ordem dos dois milhões de euros para a SATA?

Com que base é que a Sra. Deputada refere aqui que vai haver perdas na ordem dos 500 mil de euros para os transportes marítimos, se o próprio Projeto de Resolução refere, no segundo ponto:

“Que o Governo reformule o protocolo estabelecido com a SATA que criou a tarifa Interjovem, mantendo a redução de 50% sobre a tarifa de residente nas ligações aéreas inter-ilhas, no sentido de assegurar que esta tarifa promocional normal garanta o direito à reserva no lugar, nas condições que vierem a ser definidas pela SATA”. “Nas condições”!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na SATA, Sra. Deputada! “Nas condições”! É má-fé da vossa parte!

O Orador: Portanto, a SATA pode muito bem estabelecer condições para que se ponha em prática e se garanta esse direito, o direito à reserva, aliás, como a própria SATA faz, por exemplo, com as tarifas promocionais.

Colocou no mercado um determinado número de tarifas promocionais para que as populações, e quem queira andar de transporte aéreo, possa comprar e já sabe quantas passagens aéreas tem disponíveis para adquirir.

Deixo estas questões à Sra. Deputada, porque gostávamos de tentar perceber com que base é que foi feita a sua argumentação para podermos ficar elucidados.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda irá obviamente votar favoravelmente a Resolução do Grupo Parlamentar do CDS-PP, mas gostaria de fazer uma breve observação. Não deixa de ser peculiar que, logo no primeiro considerando, surjam conceitos como crise económica, financeira e social, desemprego, elevadas taxas de desemprego, emigração jovem, inclusive até no segundo parágrafo fala-se numa medida que poderá estimular a fixação de jovens na Região.

Deputado André Bradford (PS): Vota a favor por quê?

O Orador: Quem olha para todos os considerandos, sem olhar e sem ter em conta a sua designação e a sua parte resolutiva, até parece que vai nascer daqui uma Resolução que irá resolver todos os problemas, toda a crise económica, financeira e social da Região, todo o desemprego e inclusive até vai (quem sabe?) evitar a emigração jovem.

Eu estava à espera de algo mais ambicioso, mas não deixa de ser pertinente a parte resolutiva, porque vai, de facto, promover a coesão territorial. Isso, sem dúvida!

Agora, estranho os considerandos, porque parecem-me demasiados ambiciosos para a parte resolutiva, mas de qualquer maneira vai merecer o voto favorável da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Deputado André Bradford (PS): Mas mesmo assim vai votar a favor!

O Orador: Mais uma dica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esteja à vontade, Sr. Deputado!

O Orador: Por que é que se fala tanto em aviões, em barcos e pouco se fala de autocarros?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que a faixa etária entre os 30 e os 35 anos representa 34% da procura total das tarifas da SATA, estima-se que a procura por esta tarifa mais barata, que se geraria com a aprovação desta recomendação, diminuiria a procura, naturalmente, da tarifa normal que uma pessoa com autonomia financeira poderia recorrer.

Logo, este produto mais barato cria uma procura de cerca de 73 mil passageiros, representando isto uma diminuição de receita...

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP): Quantos?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Se os senhores estivessem atentos tinham ouvido: 73 mil!

A Oradora: ... no valor de 1,7 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): É só fazer a conta!

A Oradora: É só fazer a conta.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, o senhor diz que temos uma visão reduzida do Cartão Jovem, que é um instrumento de mobilidade jovem, que não é um instrumento de política social, é de mobilidade jovem?

Que nós temos uma visão reduzida do Cartão Interjovem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Pois, nós temos a mesma visão que o Cartão Jovem que existe no Continente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Aprenda alguma coisa!

A Oradora: Temos a mesma visão dos Cartões Jovens que existem pela Europa fora. Não é visão reduzida nenhuma e pouquíssimos deles têm 300 parceiros.

Muito se trabalha e muito se faz com este Cartão Jovem.

Visão reduzida só se for a sua, não é esta.

Deputados Lúcio Rodrigues e José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Um sorriso, vá lá!

A Oradora: Se o senhor o merecer eu dou-lho!

Espero ter respondido às vossas questões.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do CDS-PP que recomenda o alargamento da abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos inclusive, é, à primeira vista, uma iniciativa generosa, que de resto já mereceu aqui muitos elogios dos partidos da oposição, mas que padece de uma intenção populista que é apanágio de muitos partidos que são capazes de assumir na oposição medidas que nunca seriam capazes de tomar se fossem governo.

Recordemos um pouco da história, Srs. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deram-lhe alguma vitamina?

O Orador: O Cartão Interjovem foi criado para facultar o acesso a deslocações marítimas e aéreas, aos beneficiários e aos benefícios daí decorrentes, como de resto já foi salientado aqui pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida e pela Sra. Deputada Marta Couto, à população jovem que, em razão da idade, ainda não dispõe de recursos financeiros próprios.

Atualmente o Cartão Interjovem tem mais de 200 parceiros comerciais, cujos protocolos foram estabelecidos com base numa abrangência de público com o máximo de 30 anos de idade.

O Projeto de Resolução do CDS-PP recomenda que o âmbito de aplicação do cartão abranja a população até aos 35 anos, inclusive, em todas as suas valências, como também já foi reforçado aqui pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues, ou seja, envolvendo os mais de 200 parceiros atuais.

O mesmo projeto recomenda que se mantenha como uma dessas valências a redução de 50% sobre a tarifa de residente nas ligações aéreas inter-ilhas operadas pela SATA com garantia de direito à reserva de lugar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leia o resto. “Nas condições...” Leia o resto!

O Orador: Em nenhum dos dois pontos do Projeto de Resolução os seus autores fazem qualquer restrição da época do ano ou de operadores, antes, acentuam em todas as suas valências,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não está a ser correto! Está a ser demagogo! Leia o resto!

O Orador: ... ou seja, a utilização pelos cerca de 23 mil cidadãos que (de acordo com os censos que V. Exa. referiu; o Sr. Deputado diz que consultou, mas não referiu aqui) atualmente se encontram na faixa etária dos 30/35 anos do Cartão Interjovem, em todas as suas valências e junto dos atuais 200 parceiros. No entanto, e é bom que se recorde, no dia 30 de novembro de 2011, em sede de debate nesta Casa do Plano e Orçamento para 2012, o Sr. Deputado Artur Lima, primeiro subscritor deste Projeto de Resolução, afirmou o seguinte e vou citar:

“Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que o Governo Regional institua uma tarifa aérea promocional nas ligações inter-ilhas, destinada aos jovens portadores do Cartão Interjovem, correspondendo a 50% de desconto sobre a tarifa de residente.

Estas tarifas vigorarão durante a época baixa representando assim um potencial crescimento do turismo interno nos meses de maior quebra de procura externa.”

Ou seja, os Srs. Deputados achavam que isto só devia acontecer na época baixa. Agora não só aumentam o leque dos beneficiários como obrigam ao ano inteiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não está a ser correto! Pergunte ao Sr. Deputado Bradford que ele explica!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado. É o que está aqui e no Projeto de Resolução não fala em época baixa. Portanto, devem ter hesitado alguma coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leia o resto!

O Orador: O Sr. Deputado que há pouco mais de dois anos propunha uma tarifa aérea promocional associada ao Cartão Interjovem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não está neste mundo!

O Orador: ... para vigorar apenas – eu estou a repetir para que conste – durante a época baixa, entende agora que a mesma deve vigorar durante todo o ano e para um público muito mais vasto.

Os Srs. Deputados proponentes não fazem qualquer referência à condição económica dos portadores do Cartão Interjovem, e por isso beneficiários das regalias a ele associadas, pelo que recomendam, por exemplo, que um médico, um advogado, um empresário de sucesso, um professor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um desempregado!

O Orador: ... um deputado com menos de 36 anos de idade, porque é 35 anos inclusive – é aquilo que os senhores propõem – usufruam de benefícios que na sua origem foram pensados e instituídos para jovens até aos 30 anos de idade, que ainda não dispõem de meios financeiros próprios.

Passemos a algumas das consequências práticas de tal medida, caso viesse a ser aprovada, e naturalmente estamos a falar de projeções.

Teríamos um aumento do universo de potenciais beneficiários na ordem dos 23 mil novos utentes do cartão e das respetivas valências, sem distinção de qualquer tipo para além da idade.

Este aumento da abrangência implicaria um aumento de custos a suportar pelo Orçamento da Região (e agora vou referir-me ao Orçamento da Região, relativamente às viagens marítimas) na ordem de meio milhão de euros por ano. Como é que se fazem essas contas?

Atualmente sabemos quantos passageiros, com as idades que estão previstas, circulam, sabemos quanto é que pagam e sabemos qual é a diferença que o Orçamento da Região paga à empresa para compensar essa redução.

Considerando que apenas de todas as pessoas que têm o Cartão Interjovem, cerca de 30% seriam aqueles que utilizariam nestas viagens (portanto já não falaria da totalidade dos 23 mil cidadãos entre os 30 e os 36 anos, incluindo os 35, que existem atualmente na Região, já me referiria apenas a 30%);

Se considerarmos a diferença que a Região paga atualmente, que é cerca de 46 euros por cada bilhete, e se multiplicarmos, fizermos uma projeção (saliento, estamos a falar em projeções), estamos a falar, só para as viagens marítimas, na ordem de meio milhão de euros por ano.

Por isso é necessário fazer-se estudos a sério, que considerem todas as variáveis, para que se possa tomar uma decisão, que não seja meramente uma decisão, como há pouco alguém dizia aqui, suponho que o Sr. Deputado do PSD, que é muito fácil: fazer promessas com o dinheiro dos outros.

Pois muito bem! De certa maneira o que é que está aqui a acontecer?

O CDS, e pelos vistos os outros partidos da oposição concordam, está a propor que se aumente regalias a pessoas que eventualmente não precisam delas à custa do Orçamento da Região.

Srs. Deputados, imaginem, por exemplo, um casal com 34/35 anos. Podem ter, suponhamos, três filhos com oito, nove e dez anos. Essa família de cinco pessoas pode viajar pagando sete euros e meio, inter-ilhas, de barco. E, portanto, vamos fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na SATA não é assim. O senhor não sabe o que está a dizer. Isso é ignorância!

O Orador: Essas pessoas podem ser altos funcionários, podem ser pessoas muito bem pagas, mas só porque têm menos de 35 anos já são beneficiários disto. Acha justo, Sr. Deputado?

Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que também concorda, acha justo que todo o povo ande a pagar para que eventualmente pessoas que não precisam deste benefício o venham a ter?

Sras. e Srs. Deputados, pensem um pouco nesses números.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Demagogia!

O Orador: O Sr. Deputado Félix Rodrigues também há pouco citou números dos censos.

Quero referir-lhe que em 2012 houve 1.835 viagens aéreas com desconto. Em 2013 houve 2775.

Portanto, ao contrário do que diz, não estão a baixar os utentes, em geral, do Cartão Interjovem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem disse isso?

O Orador: Possivelmente há uma descida na utilização das viagens marítimas, mas nas viagens aéreas está a aumentar, porque também corresponde a outro custo, esse sim, suportado pela SATA, que é preciso contabilizar, mas que já existem projeções e que já foram referidas, enquanto a SATA vende estes bilhetes com 50% de desconto.

Agora, com aquilo que os senhores querem, que é o aumento da abrangência da população, mais o direito à reserva do lugar, isso implica que a SATA perca lugares que seriam pagos integralmente ao preço de residentes para os vender.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira! Falso!

O Orador: Não, Sr. Deputado. Se houver reserva de lugar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: ... esses lugares não podem ser vendidos a outros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leia o que está lá escrito!

O Orador: Não, não senhor! Eu sei ler.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sabe! Ou sabe, mas não quer! Leia!

O Orador: O Sr. Deputado leia o que escreveu aí. Porquê?

O Sr. Deputado diz: “ah, está a chamar a atenção para as condições que vai negociar com a empresa”.

Então acha que a empresa, qualquer empresa, ia negociar nessa base, em que ia perder passageiros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ganhar!

O Orador: Poderíamos ter uma quebra de passageiros pagantes de 73 mil para 45 mil.

Sr. Deputado, é muito bonito e é muito demagógico vir fazer esse tipo de propostas aqui.

Agora, faça as contas e se é uma pessoa, como eu considero que é, honesta, verifique o que é que isso pode ter de implicações, para as empresas que participam. E eu não referi todas as outras empresas que atribuem descontos aos portadores deste cartão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já lá vamos!

O Orador: Portanto, teríamos que contabilizar tudo isso para depois podermos tomar alguma decisão nessa matéria.

Neste momento, Sras. e Srs. Deputados, esta proposta não merece a concordância do Governo e considero que se baseia em dados e em premissas populistas que ficam bem a quem as propõe, mas ficaria muito mal a quem as apoiasse.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui algumas dúvidas que essencialmente me surgiram no debate que está a ocorrer à volta desta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP que visa alargar a idade do âmbito do Cartão Interjovem até aos 35 anos, nas suas diferentes valências.

Um dos argumentos que ouvi por parte do Partido Socialista, designadamente pela Sra. Deputada Marta Couto, numa forma exata, foi que esta iniciativa, a vir a ser aprovada, levaria a uma perda de receita por parte da Transportadora Aérea Regional de dois milhões de euros e, salvo erro, de 500 mil euros para as companhias de transportes marítimos, partindo do princípio que havia uma diminuição da procura das tarifas normais.

Certamente, não tenho nenhuma dúvida, que se esta medida for aprovada, essa procura diminuirá, mas há uma outra que aumenta.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual é?

O Orador: Eu não sei, e gostaria de saber, se nas contas que a Deputada Marta Couto fez teve em consideração que efetivamente daqui resultaria uma diminuição da procura da tarifa normal, mas que havia certamente um aumento da procura desta nova tarifa. Esta é uma questão.

Depois, a questão da reserva.

Está claro aqui, e todos nós sabemos ler, o seguinte:

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência... Cultura e Ciência...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): É o contrário, mas já estou habituado!

O Orador: Diz, no fim do segundo ponto:

“O direito à reserva do lugar nas condições que vierem a ser definidas pela SATA.”.

Portanto, não é a AIMS! Não é, eu quero viajar e tenho direito à reserva. Não!

Deputado André Bradford (PS): Então é inócuo! Não serve para nada! Vamos tirar isso daí!

O Orador: Esta recomendação diz que a Transportadora Aérea Regional definirá as condições de reserva.

Portanto, Sr. Deputado, também não é bem como V. Exa. leu, porque isto tem outra leitura e V. Exa. esqueceu-se de ler esta parte.

Portanto, fico a aguardar as explicações da Deputada Marta Couto, se, de facto, no rigor com que apresentou aqueles números, tomou em consideração que havendo efetivamente uma diminuição da tarifa normal, haveria certamente um aumento da procura com a abrangência desta nova tarifa, ou melhor, com a abrangência, até aos 35 anos do Cartão Interjovem e também da nova tarifa.

Por outro lado, há aqui uma outra questão que é de ordem mais geral, mas que na opinião da Representação Parlamentar do PCP não deixa de ser importante.

Tem a ver com o seguinte:

Queremos na Região que se promova a mobilidade interna dos cidadãos ou não queremos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor por acaso votou a favor do orçamento!

O Orador: Independentemente dos jovens até aos 35 anos serem quadros superiores e precisem até de se deslocar dentro da Região. Qual é o problema?

Queremos ou não queremos promover a mobilidade dos cidadãos na Região Autónoma dos Açores?

O ideal, Sr. Secretário, o ideal Exmas. Senhoras e Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, era que as tarifas normais fossem acessíveis à generalidade da população e não haver necessidade de encontrarmos aqui estas medidas apenas para um segmento da população.

Isso sim e é isso que Vs. Exas. ainda não fizeram. Não sei se querem fazer, que é efetivamente tornar a mobilidade acessível.

Temos os meios. Vão até ser acrescentados novos meios e concordamos com isso, mas entretanto não os utilizamos, porque as tarifas são muito elevadas.

Isto também se entronca nesta questão: queremos ou não queremos fomentar a mobilidade das açorianas e dos açorianos, independentemente deles terem 30, 35, 40, 50 ou 58 anos?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Fico a aguardar.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, agora percebo por que é que não o deixam falar. É porque V. Exa., realmente, quando vem falar, não está neste mundo e não sabe o que se passou aqui.

Como citou aí a minha pessoa numa intervenção, numa iniciativa do CDS-PP, um Projeto de Resolução que foi aprovado e que recomendava exatamente a redução de 50%, eu quero devolver o epíteto populista a todos os Srs.

Deputados que aqui estavam e que votaram favoravelmente esse Projeto de Resolução.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Referi-me a este agora!

O Orador: Esqueceu-se de dizer foi que foi aprovada, por unanimidade neste Parlamento, a redução de 50% e foi aprovada para os médicos, para os enfermeiros, para os advogados, para os jornalistas, para os professores... Foi aprovada por unanimidade nesta Casa.

O que o senhor acabou de fazer foi desconsiderar todos os deputados que aqui estavam. Chamou populistas a eles todos, não foi a mim, porque a mim já não me ofende.

A mim ofende-me quem eu deixo e não quem quer.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não foi populista! Foi este Projeto de Resolução que apenas se referia à época baixa!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor ofendeu...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não, não!

O Orador: ... toda essa gente que votou a medida. Foi proposta nossa e foi aprovada por unanimidade.

O desconto de 50% (não é o que está aqui em vigor) até aos 30 anos...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Até aos 30 anos e na época baixa!

O Orador: ... para o Cartão Interjovem e na época baixa. É verdade, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Era a isso que me referia! Já não é populista!

O Orador: Ah! Na época baixa não é populismo, na época alta é.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Exato!

O Orador: Na época alta é que é populismo, Sr. Secretário? É por ser época alta é que é populismo?

Então vou explicar-lhe quem é que propôs o populismo.

André Bradford! Sabe quem é? É aquele Sr. Deputado que está ali sentado e que era Secretário Regional da Presidência.

A proposta do CDS era para a época baixa, Sr. Secretário. O Governo Regional dos Açores é que alargou à época alta.

Vai levantar-se e pedir desculpa a seguir.

O Governo Regional dos Açores, pela voz do Sr. Secretário Bradford, é que alargou à época alta e vou citar (Presidência do Governo, GaCS, sabe o que é?):

Sr. Secretário Bradford: “O Cartão Interjovem, que já existe há nove anos, vem, agora, favorecer um outro tipo de mobilidade (a aérea), permitindo, assim, que estes passageiros possam viajar no verão, assim como no inverno, altura em que acreditamos que essa mobilidade possa vir a ser mais utilizada”.

Ou seja, o CDS propôs na época baixa. O Governo alargou à época alta.

Portanto o senhor vai levantar-se e vai pedir-me desculpa, aqui.

O senhor é que foi demagogo, populista, para não lhe chamar outro nome pelo respeito tenho por si, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Pode chamar à vontade!

O Orador: Fico à espera das desculpas.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não vai ter desculpa nenhuma!

O Orador: Se não vier a desculpa, então aí vai os outros nomes todos.

O senhor mentiu aqui. O senhor acusou-me de uma coisa. O senhor mentiu descaradamente neste Parlamento. O senhor ocultou a verdade, Sr. Secretário.

Ou foi por má-fé ou foi por ignorância. O senhor agora escolha...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): A escolha é sua!

O Orador: ... qual das duas é que o levou a mentir descaradamente neste Parlamento, Sr. Secretário Regional.

O senhor não sabe o que se passa, não sabe o que se passa na Região Autónoma dos Açores. Caiu aqui porque foi corrido da Assembleia da República e nem sabe o que se passava na Região Autónoma.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, o que é isto?

O Orador: Foi corrido pelo seu partido da Assembleia da República e chegou aqui e não sabia o que o Partido Socialista aprovou nesta Casa a bem da mobilidade dos jovens açorianos, a bem da mobilidade dos jovens da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Secretário Regional, fico à espera das desculpas.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, passou dos limites!

O Orador: Eu disse alguma coisa que não fosse verdade?

Deputado Berto Messias (PS): Foi ofensivo!

O Orador: Disse alguma coisa que não fosse verdade?... Disse alguma coisa que não fosse verdade?

Deputado Berto Messias (PS): Disse sim senhor!

O Orador: Tudo verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Mas foi ofensivo!

O Orador: Ofensivo foi o Sr. Secretário...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário refere-se a esta proposta!

O Orador: ... que mentiu deliberadamente.

Portanto, Sr. Secretário estamos conversados nessa matéria.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário está a referiu-se a esta proposta, não à anterior, e o senhor sabe bem isso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não mentiu. Foi uma inverdade!

O Orador: O que o senhor disse é totalmente falso e as acusações que o senhor fez aplicam-se àqueles Srs. Deputados e não a este Grupo Parlamentar (o dinheiro dos outros, aqueles deputados).

Sr. Deputado Berto Messias, os 50% de desconto a que o senhor se referia, há médicos com 24 anos, há advogados com 23 anos, há professores com 25, há professores com 27, com 29 e com 30.

Deputado Francisco César (PS): Não têm direito a reserva!

O Orador: O direito a reserva, Sr. Deputado Francisco César, e os senhores estão a ser demagogos nessa conversa, é nas condições que vierem a ser definidas pela SATA, o que quer dizer que até podia ser no próprio dia, o que quer dizer que até podia ser com 12 horas de antecedência, o que quer dizer, Sr. Deputado, que em vez de andar com um avião vazio...

Deputado Francisco César (PS): Mas pode acontecer exatamente agora, Sr. Deputado!

O Orador: ... como andam muitas vezes, infelizmente com uma taxa de ocupação de 56%, com uma tarifa de 100 euros, podiam levar mais 50 passageiros a 50 euros.

Sabe o que é que estava a fazer? Estava a ganhar dinheiro, Sr. Deputado, mas é isso que a SATA não quer e que os senhores não querem, porque os senhores preferem financiar a SATA em vez de promover a mobilidade dos açorianos. É isso que se passa.

De resto, as contas da Sra. Deputada Marta Couto “não bate a bota com a perdigota”.

Diz a Sra. Deputada, 73 mil. É um milhão e setecentos mil por redução dos outros passageiros?

Não é uma causa/efeito.

Deputado Francisco César (PS): Também é!

O Orador: Não é uma causa/efeito!

Deputado Francisco César (PS): Ah, é, é! Basta olhar para a tarifas promocionais e vê que tem!

O Orador: Não lhe vou ensinar economia, Sr. Deputado Francisco César, porque não quero e o senhor não precisa.

O senhor sabe que não é causa/efeito, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): É, é!

O Orador: Pode ter alguma relação. Agora, não é uma causa/efeito direta.

Mais, Sr. Deputado Francisco César. Com estes números que a Sra. Deputada apresentou, isto dava uma tarifa de 23 euros, o que é falso.

Deputado Francisco César (PS): O senhor pode ter aumento de passageiros e diminuição da receita!

O Orador: Não há nenhuma tarifa na SATA que seja de 23 euros. Nenhuma! Pelas contas da Sra. Deputada isso dava 23 euros, o que é de resto impossível. Sr. Secretário, comecei consigo e acabo consigo.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): É um prazer, Sr. Deputado!

O Orador: O problema, Sr. Secretário, é que atualmente o desemprego jovem nos Açores é de 40%. Ou seja, em cada 10, quatro estão desempregados. Se estiverem casados e tiverem a sorte de ter dois filhos nunca vão poder viajar. Nem solteiros podem viajar que fará casados e com dois filhos.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é uma tarifa social!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): E depois eu é que sou demagógico!

O Orador: Era uma felicidade que se pudesse ajudar essa gente. Era uma medida de mitigar austeridade da República que os senhores tanto associam aqui.

Nem toda a gente tem os seus privilégios, Sr. Secretário, e tem dinheiro para viajar. Nem toda a gente tem!

Era para esses que o socialismo devia existir, mas pelos vistos não existe.

Os senhores preocupam-se apenas e só com critérios economicistas.

Estou à espera das desculpas.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Vai ficar à espera toda a vida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que deixei aqui algumas questões que gostaria de ver esclarecidas por parte, quer do Governo, quer do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque elas não foram respondidas.

Por outro lado, anunciar o sentido do PCP relativamente a esta iniciativa, que é favorável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

Era o que faltava, Sr. Secretário Regional, que quando se aplicasse uma taxa, fosse a quem fosse, se lhe perguntasse à entrada, quer do avião, quer do barco, o senhor é filho de quem, para poder entrar para dentro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o socialismo!

O Orador: Isso quer dizer que temos lidar com estatísticas e as estatísticas não são justas muitas vezes.

É evidente que as estatísticas não são justas. Basta imaginar a distribuição de alimentos. Sabemos muito bem que em média podemos ter no país uma boa distribuição de alimentos, mas sabemos que há gente que passa fome.

Quando olhamos para as estatísticas é para isto que devemos olhar e não para a discriminação: o senhor é pobre, é rico ou é desempregado?

É baseado no escalão das estatísticas e baseado no desemprego que existe na Região nessa faixa etária que fazemos a proposta.

É curioso que a proposta, mesmo que conste 1,7 milhões mais 0,5 milhões, o que daria 2,2 milhões, é muito menos do que aquilo que o Governo Regional vai arrecadar com os sacos de plástico.

Então se prova que aquilo que eu dizia há pouco estava certo. O Governo está numa posição de cortar tudo em todo o lado. Portanto, não há grandes responsabilidades sociais do Governo do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Não vamos reduzir nada, estamos é a aumentar!

O Orador: Vamos reduzir o emprego como? Reduzindo a mobilidade? Deixando os aviões a andar com as taxas de ocupação que estão?

Não estamos a rentabilizar nem barcos, nem aviões.

Falámos num Plano Integrado que permitiria diminuir os custos na Região, mas somos incapazes de fazer uma leitura que não seja com cifrões.

Dizia o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, num aparte, que nas questões do ambiente éramos um bocadinho fundamentalistas. Posso ter ouvido mal.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ouvia, ouvia!

O Orador: Ouvia mal! Então se ouvi mal, pronto! Retiro o que ia dizer...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pode ter pensado, mas eu não disse!

O Orador: ... que tinha a ver com a visão dos cifrões do Partido Socialista.

Então a visão não é sua, mas do Governo Regional, que vê apenas dinheiro neste momento e preocupa-se muito pouco com as pessoas. É isto que criticamos, a falta de preocupação com as pessoas.

Acaba-se de ganhar dinheiro de uma forma, não se justifica que venham dizer que não há, porque não temos orçamento, etc., etc..

Por outro lado, não há um argumento de rentabilização e vem o senhor com o argumento da discriminação.

Então esse argumento de discriminação não é o mesmo que é válido para quem trabalha com 18, 19, 20, 25, 30? Os senhores têm algumas pessoas com essas idades a trabalhar nas suas secretarias.

Acontece é que são quadros superiores e que não se pergunta à entrada do avião, o senhor o que é que faz ou o senhor é filho de quem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esse argumento é tudo menos válido e é tudo menos democrático.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

É fascista esse argumento! Ouviu, Sr. Secretário? Esse argumento é fascista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação ao valor com que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista avançou aqui, já se verificou que é muito problemático que possa alcançar esse valor tão significativo.

Eu estou absolutamente convencido, até pelas contas que estou a fazer e pelos dados que estou a reunir, que esse número não está bem calculado.

De qualquer das formas, se a questão é esta, é em relação ao custo da implementação desta medida, em relação à medida em si eu considero que os argumentos a favor são muito significativos e são do conhecimento de todos.

Em primeiro lugar, não estamos a viver numa sociedade em que a esperança de vida aumenta e em que a esperança de vida tem vindo a aumentar, muito significativa e paulatinamente, nos países ocidentais.

Mais do que isso. Não só a esperança de vida aumenta, como também as condições em que vivem as pessoas tem vindo a melhorar de forma gradual.

É evidente que isso relativiza aquela que são as referências e os padrões tradicionais em relação à idade a partir da qual se define quem é que é jovem e quem é que deixa de ser jovem.

Temos visto um pouco por todo o mundo que este parâmetro, em relação à juventude, tem vindo a aumentar.

Por outro lado, é inegável que hoje em dia os nossos jovens têm um período de formação mais alargado. Em muitos casos já não basta tirar a licenciatura, é necessário tirar a seguir o mestrado e depois um período de formação e de estágio.

Portanto, há um período de formação muito mais alargado do que anteriormente.

Lembro-me que até há muitos poucos anos ainda temos profissionais a desempenhar funções que tiravam o antigo 5º ano, o 9º ano, mais dois anos de magistério e já eram professores.

Hoje em dia o período de formação tem vindo a alargar-se muito. Isto significa que estes jovens têm um acesso a um vencimento muito mais tarde.

Depois, é evidente que isto alarga o período de dependência em relação às famílias, em relação aos pais.

Os jovens, e isto está estatisticamente comprovado, permanecem em casa dos pais muito mais tempo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desempregados!

O Orador: ... com uma dependência económica e financeira em relação aos pais, uma independência de subsistência em relação aos pais que é hoje muito mais alargada.

Isto é irrefutável. É um facto!

Na nossa perspetiva faz sentido que se alargue (e é isso que têm vindo a fazer as diversas instituições internacionais e muito países, nomeadamente os países do Norte da Europa) ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... estes padrões e estas referências e este conceito.

Neste sentido, esta proposta enquadra-se bem naquilo que são as tendências atuais em termos de definição desta matéria.

É evidente que traz benefícios evidentes, porque ninguém me diz a mim ou a qualquer outro deputado deste Parlamento que as infraestruturas que são colocadas à disposição dos nossos jovens estão a ser totalmente utilizadas. Muito pelo contrário, as nossas infraestruturas são subutilizadas.

Podemos referenciar o caso das Pousadas de Juventude,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outras! Estão vazias!

O Orador: ... podemos referenciar o caso da presença nos museus, por exemplo, do acesso aos museus; podemos referenciar os casos ligados aos diversos tipos de mobilidade.

É absolutamente falso que estas infraestruturas estejam a ser, neste momento, utilizadas a 100%.

Existe disponibilidade para absorver este alargamento.

Considero também, não estando a falar de uma tarifa social, que estamos a dar um apoio específico a este grupo exatamente porque ele tem determinadas condições do ponto de vista económico e do ponto de vista social.

Estes apoios têm essa explicação e esse contexto.

Nessa perspetiva é evidente também que traz benefício a este grupo e é justo que o traga, até porque nestas circunstâncias (e conhecemos os números) o desemprego jovem nos Açores é um fenómeno que está a afetar gravemente este intervalo etário.

Juntando este conjunto de argumentos (referenciei sete ou oito argumentos a favor) considero que esta proposta é uma boa proposta, é uma proposta que vai no sentido de servir os jovens açorianos, é uma proposta que tem racionalidade, é uma proposta que se enquadra nas decisões que os governos estão a tomar um pouco por todo o mundo. É uma proposta que deveria ser aprovada por este Parlamento e o PPM vai votar favoravelmente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Cláudio Almeida pede a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente este Projeto de Resolução porque entende que mais do que uma mobilidade virada para o turismo é preciso contribuir para uma mobilidade económica e social que leve a que os nossos jovens possam percorrer as nossas ilhas.

Foi neste sentido a nossa votação, ao contrário daquilo que hoje fez transparecer nesta Casa o Partido Socialista que tem uma visão reduzida e com falta de ambição, fruto de quase 20 anos de poder na Região.

Tenho dito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui hoje a um chumbo do Partido Socialista à juventude açoriana.

Foi o que se passou aqui: um chumbo à juventude açoriana!

Pior do que isso, um chumbo que negou os princípios da proposta inicial que foi aqui aprovada de desconto de 50% do Cartão Jovem.

Um chumbo baseado em argumentos falsos quer pela bancada do Partido Socialista, quer pelo Governo Regional dos Açores.

Não tiveram argumentos e por isso socorreram-se de falsidades para virem chumbar aquilo que era inteiramente justo para a mobilidade dos jovens açorianos.

É uma medida imposta contra a mobilidade, contra a juventude e sobretudo contra um segmento da população onde em cada dez jovens quatro estão desempregados.

Isso é que é uma vergonha! Devia envergonhar o Governo Regional dos Açores.

Deviam aprovar todas e quaisquer medidas que fossem no sentido de mitigar o desemprego que existe na Região Autónoma dos Açores e que o Governo é incapaz de combater.

Gente que vive com dificuldades e que, por isso, não pode viajar, não pode conhecer os Açores. Vai contra a mobilidade que o Governo defendia aquando da aprovação desta medida. O Governo defendia pela voz do então Secretário Bradford que isto era uma medida para favorecer a mobilidade dos jovens açorianos.

Neste momento o Partido Socialista vem contra essa mobilidade, vem contra os jovens que estão desempregados, vem contra aqueles que passam mais necessidades e vem contra aqueles que menos posses têm.

É esta a política do Governo Socialista dos Açores nesta altura. É esta a política que o Partido Socialista defende e impõe aos Açores austeridade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições.

Sra. Deputada Marta Couto, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra esta proposta não por estar contra a juventude açoriana, muito pelo contrário, foi por estar a favor de todos os açorianos...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... por não querer sobrecarregar o setor público empresarial do estado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fugiu-lhe a boca para a verdade! Não quer sobrecarregar o Estado!

A Orador: ... da Região com mais dívida.

Para além disso, também não votámos a favor por não considerarmos a proposta coerente, por não considerarmos que a proposta fazia jus ao Cartão Interjovem, ao verdadeiro objetivo do Cartão Interjovem quando este foi criado.

Não estamos aqui perante uma medida de carácter social. Estamos perante uma medida de carácter de mobilidade.

As medidas e os programas que temos a nível de incentivar a empregabilidade jovem, esses sim, foram criados para dar autonomia aos jovens e dar-lhes a capacidade de se moverem pelos seus próprios meios.

Esses, sim, foram criados para dar aos jovens a sua própria sustentabilidade, a sua verdadeira autonomia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Aquilo que nós não fazemos de modo algum aqui, é mandar os jovens sair da Região, é mandar os jovens emigrar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, estão, estão!

A Oradora: Tudo aquilo que aqui é feito, é feito para os manter cá dentro, mas mantê-los cá dentro com a sua devida autonomia através dos diversos programas de emprego e de empregabilidade que temos.

Muito obrigada.

Deputados José Ávila e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Isso é subsidi dependência!

Deputado José Ávila (PS): Agora é que é subsidi dependência?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é uma privilegiada!

Deputada Marta Couto (PS): Como assim?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora tem emprego!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico votou a favor desta iniciativa. Eu diria que esta iniciativa é uma iniciativa de civilização.

É uma iniciativa que tem a ver com os padrões que são referenciados em relação aos apoios e à mobilidade que é concedida aos jovens.

Os Açores é cada vez mais uma Região desenquadrada daqueles que são os parâmetros civilizacionais que são adotados na Europa do Norte.

É evidente que o Partido Socialista e o Governo Regional, em relação a esta matéria, não apresentaram argumentos que tivessem convencido os restantes Deputados.

Ainda hoje assistimos ao Partido Socialista a pedir à oposição que traga ideias, que traga propostas.

O Partido Socialista pediu propostas.

A questão aqui é que algumas vezes (poucas vezes, é certo) o Partido Socialista e o Governo Regional apresentam um conjunto de argumentos que são argumentos racionais e válidos. Neste caso, nem sequer isso aconteceu.

Deputado André Bradford (PS): Assuma o seu voto! Mas isto é uma declaração de voto?

O Orador: Por isso é que o Partido Popular Monárquico teve o sentido de voto que teve.

O Partido Socialista e o Governo Regional não lograram convencer o Partido Popular Monárquico que esta proposta era uma má proposta, uma proposta que merecesse o chumbo.

Aliás, notou-se a falta de convicção com que os Deputados Socialistas votaram em relação a esta matéria.

Sabem que estão contra a história, sabem que transformam os Açores numa exceção e não se enquadram naquelas que são as políticas europeias.

Com o aumento da esperança de vida, com o aumento do período de formação dos nossos jovens, com as dificuldades que existem do ponto de vista do emprego jovem, têm que reconhecer que neste momento o Partido Socialista deixa um conjunto de jovens desprotegidos apenas por puro preconceito e porque tem um conceito arcaico em relação a esta questão.

Os senhores ficam desfasados daquilo que são as nossas políticas europeias nesta matéria e que é a evolução deste conceito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Não havendo vamos entrar no ponto seis.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, foi pedido um intervalo de 30 minutos. É regimental. Considerando o nosso horário e considerando que também íamos entrar num ponto novo, vou encerrar os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 10 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Luís Carlos Correia Garcia

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco